

A CAPOEIRA DO MARANHÃO

ENTRE AS DÉCADAS DE 1870 E 1930

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

C245

A capoeira do Maranhão: entre as décadas de 1870 e 1930 / coordenação, Izaurina Maria de Azevedo Nunes; texto e pesquisa, Roberto Augusto A. Pereira. – São Luís: IPHAN-MA, 2019.
127 p.; 21x21cm.

ISBN: 978-85-7334-366-3

1. Capoeira - Maranhão. 2. Capoeira – História. I. Nunes, Izaurina Maria de Azevedo. II. Pereira, Roberto Augusto A.

CDD 796.81

Bibliotecária responsável: Carolina Nascimento de Medeiros – CRB-1/3321

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

A Capoeira do Maranhão

ENTRE AS DÉCADAS DE 1870 E 1930

São Luís | Iphan | 2019

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA CIDADANIA
Osmar Gasparini Terra

PRESIDENTE DO IPHAN
Kátia Santos Bogea

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - DPA
Marcos José Silva Rêgo

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E FOMENTO - DECOF
Marcelo Brito

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL - DPI
Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz

COORDENADORA GERAL DE PROMOÇÃO E SUSTENTABILIDADE - CGPS
Rívia Ryker Bandeira de Alencar

SUPERINTENDENTE DO IPHAN NO MARANHÃO
Maurício Abreu Itapary

COORDENADOR TÉCNICO DO IPHAN NO MARANHÃO - COTEC
Raphael Gama Pestana

COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO IPHAN NO MARANHÃO - COAD
Fernando César Beliche Alves

PROCURADOR FEDERAL NO IPHAN DO MARANHÃO/ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (AGU)
José Armando Costa Amorim

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Superintendência do Iphan no Maranhão
Rua do Giz, 235 – Centro
65.010-180
São Luís/MA
Telefones: (98) 3231-1388 / 3221-1119
Homepage: http://www.iphan.gov.br
E-mail: 3sr@iphan.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Izaurina Maria de Azevedo Nunes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
DEMACAMP Planejamento, Projeto e Consultoria

TEXTO E PESQUISA
Roberto Augusto A. Pereira

ESTAGIÁRIO
Jadi Seguins Pereira

FOTOGRAFIAS
Acervo do Museu da Memória Audiovisual do Maranhão (MAVAM)
Marc Ferrez

MAPAS
Acervo da Biblioteca Nacional

ILUSTRAÇÕES
Johann Moritz Rugendas (p.76)
Manuel Ricardo Canto (p. 21)
Herbet Reis (capa e demais ilustrações)

REVISÃO ORTOGRÁFICA E NORMALIZAÇÃO
Joelma Baldez

Tiragem: 1.000 exemplares



APRESENTAÇÃO

Esta é uma importante obra para a historiografia maranhense. Vem, ela, preencher sentida lacuna entre os estudos sobre a Cultura popular ao resgatar a manifestação e permanência da prática da Capoeira no Maranhão, sobretudo no ambiente urbano de São Luís, desde meados do Século XIX, até o Século XX.

A Capoeira, por alguns estudiosos considerada como arte marcial e por outros como dança, foi criada por africanos em terras brasileiras, sendo reconhecida como expressão cultural típica de algumas comunidades das quais provieram contingentes de escravos para os principais portos do Brasil durante cerca de trezentos anos. Nesse período, teriam sido aprisionadas e traficadas mais de 5.000.000 de pessoas oriundas, inicialmente, do continente africano. Estados brasileiros, onde se concentravam as atividades de produção de maior expressão econômica, seriam os portos de desembarque e venda da maior parte desse grande contingente humano.

Essas populações traziam consigo costumes, valores culturais e práticas religiosas que, embora violentamente reprimidos nos ambientes do cativeiro, permaneciam latentes no espírito de cada individuo e no subconsciente coletivo, aflorando com autenticidade e vigor sempre que surgissem oportunidades como em momentos de eventual e fugaz liberdade, longe da aterradora e severa vigilância de senhores e feitores. É, em alguns Estados que a Capoeira surge no Brasil como singular modalidade de expressão grupal a modo de mescla de arte marcial, dança e música. Melhor dizendo: modalidade de luta, acompanhada de música, que plasticamente se expressa em ágeis e complexos movimentos de bailado, características que

levaram a UNESCO a registra-la na categoria de patrimônio cultural imaterial da humanidade.

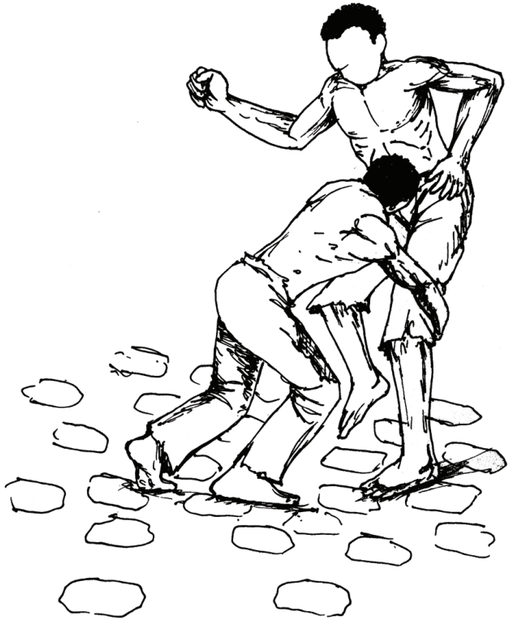
Embora tenha sido o quarto maior importador de escravos africanos, no Estado do Maranhão, desde o inicio do período Colonial, preponderou a escravização do indígena e o seu emprego como instrumento de produção até final do Século XVII. De fato, somente a partir de 1693 seriam autorizados pelo Conselho Ultramarino embarques de escravos africanos para o Maranhão, depois da fracassada tentativa de escravização dos indígenas, fato que inviabilizara a lavoura de cana e o funcionamento de engenhos de açúcar, antes quase que exclusivamente fundados na exploração dessa mão de obra apresada nos sertões.

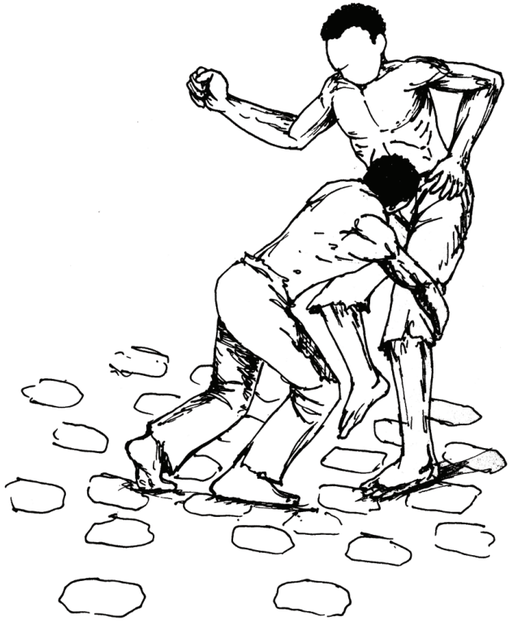
Não obstante o grande contingente de negros escravizados no Maranhão em meados do Século XVIII, o Autor desta obra de alto significado antropossociológico, ao fim de apuradas pesquisas em outras fontes primárias, da extenuante consulta a documentos públicos e a coleções de periódicos, da leitura de extensa e seleta bibliografia encontra referências à prática da Capoeira no Maranhão, apenas nos anos iniciais do Século XIX. A partir de então, o historiador Roberto Augusto A. Pereira retrata, com invejável competência e raro talento, um quadro da vida maranhense no qual a Capoeira exibe suas qualidades de expressão cultural a figurar, com igual valia importância, ao lado de outras manifestações culturais como o Tambor de Crioula e o Bumba meu boi, por exemplo.

Ao editar e publicar esta obra, o IPHAN cumpre uma das suas importantes funções institucionais, qual seja a de proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

Maurício Abreu Itapary

Superintendente do Iphan no Maranhão





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 07

INTRODUÇÃO 13

ENTRE MALTAS DE MOLEQUES E CAPOEIRAS 18

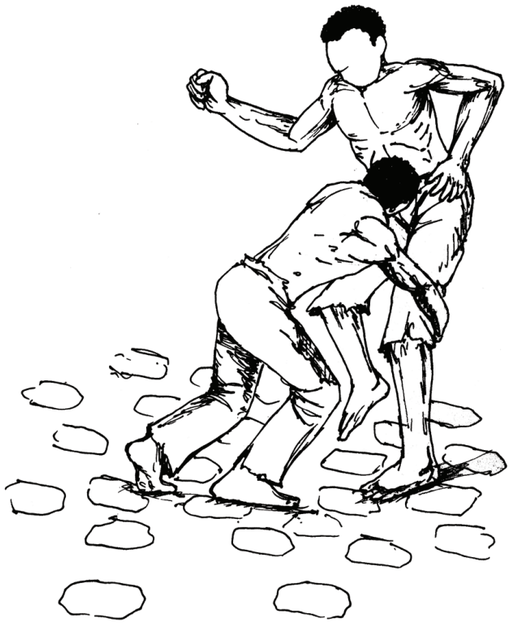
LAMEGOS 52

PRESA "POR CAPOEIRAGEM" 74

DOS REDUTOS DE CAPOEIRAGEM PARA A TINTA DOS LITERATOS 84

CONSIDERAÇÕES FINAIS 115

FONTES BIBLIOGRÁFICAS 120



INTRODUÇÃO

Certo dia, por volta do início de setembro do ano de 1903, o eminente jornalista negro Nascimento Moraes[1] chegou à redação do periódico *A Campanha*, com o qual colaborava, num misto de intriga e indignação. Haviam-no contado, há pouco, que alguns espíritos tacanhos, inimigos certamente, espalharam pela cidade de São Luís que ele fora ameaçado de pancada no desembocar da rua Formosa, na Praça João Lisboa.

Além de tudo, o que o exasperava profundamente era a pecha de covarde que lhe tentavam imputar. Disseram que, diante da ameaça, ele tremera e quedara silencioso! Que ultraje! Como um bom jornalista, sacou da arma de que dispunha, sua pena, redigiu uma pequena nota, publicada dias depois, narrando a "tolice" insidiosa que havia sido inventada contra ele, e enfrentando os injuriosos em alto e bom som, dizia: "É celebre! nunca dei provas de valente, mas de covarde também não, mesmo porque nunca joguei o boxe pelas praças e pelas ruas. *Desde os meus tempos de estudante que eu nunca mais soube do jogo da capoeiragem*. Contudo os meus inimigos não achando meio de me molharem arranjaram essa tolice que desmancho agora [...]"[2](grifo nosso).

Esta resposta pública a seus detratores, redigida sem maiores pretensões que não fosse refutá-los, trouxe à tona este pequeno

1 Cf. ARAÚJO, Adriana Gama de. **Em nome da cidade vencida**: A São Luís republicana na obra de José do Nascimento Moraes (1889 – 1920). 2011. 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.; BRAS, Helayne Xavier. **Os marginalizados pela república**: o discurso sobre modernidade e cidadania na obra de José Nascimento Moraes. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

2 Cf. A CAMPANHA: Jornal diário. São Luís, 08 set. 1903.

fragmento de memória da juventude do literato, que, nos dias de hoje, mais de cem anos depois do incidente, é uma minúscula, porém importante peça no enorme tabuleiro que precisa ser montado para tentar conhecer um pouco da capoeira maranhense de fins do século XIX até as primeiras três décadas do século XX, recorte que tem esta pesquisa.

Os percalços que Nascimento Moraes teve que enfrentar para sobreviver e se firmar enquanto intelectual negro em uma sociedade marcadamente preconceituosa e desigual – que via a si própria como uma Atenas decadente dos trópicos, "branca" e "civilizada"[3] –, eram, metaforicamente falando, em grande parte, semelhantes aos obstáculos que a capoeiragem também teve que sobrepor para prolongar a sua existência enquanto prática.

Pelo pequeno trecho de seu relato – um dos raros, diga-se, não carregados de ojeriza à prática – Moraes, nascido em março de 1882, registrava que viu com os próprios olhos a capoeiragem que aflorava nas ruas de São Luís das últimas décadas do século XIX. A capoeira do tempo de juventude do escritor era "grupos de negros ou homens pobres de todas as origens, portando facas e navalhas, atravessando as ruas em "correrias", ou indivíduos isolados, igualmente temidos, conhecedores de hábeis golpes de corpo que passaram a tradição como "capoeira" [ou] os capoeiras, como eram chamados [...]",[4]conforme explica Carlos Eugênio L. Soares, um dos maiores estudiosos do assunto.

A capoeira maranhense começou a ganhar certa visibilidade, nas páginas policiais dos jornais, nas últimas décadas do século XIX – o que refletia certamente a sua presença mais acentuada nas ruas de São Luís. As queixas publicadas pelos periódicos ludovicenses com o intuito de dizimá-la ou de reprimir os seus praticantes romperam o século e continuaram sendo impressas até meados dos anos 1930.

Contudo, a ausência sentida por Moraes – não o desaparecimento da capoeiragem



–, já no início do século, talvez se deva a que, a capoeira no Maranhão, como veremos, de modo semelhante ao ocorrido no Rio de Janeiro, *mutatis mutandis,* perpetuou-se de forma menos intensa como prática coletiva, inserida/vinculada/camuflada em meio as correrias e algazarras das maltas de moleques que trilhavam por toda a parte urbana de São Luís nos fins do século XIX, e se transfigurou, de forma mais visível, em uma prática de "indivíduos isolados, igualmente temidos, conhecedores de hábeis golpes de corpo", encarnados na figura de desordeiros-valentões-turbulentos-capoeiras, denunciados pelos periódicos até a terceira década do século XX.

"A escassez de testemunhos sobre o comportamento e as atitudes das classes subalternas do passado é com certeza o primeiro – mas não o único – obstáculo contra o qual as pesquisas históricas do gênero se chocam."[5] O caso da capoeiragem demonstra bem esta assertiva do historiador italiano Carlo Ginzburg. Deste modo, para superar esta dificuldade e adentrar neste universo em que habitavam a capoeira e os capoeiras do período aqui estudado (1870-1930), levantamos um conjunto de fontes bastante fragmentárias e de diversas origens, no intuito primeiro de demonstrar de forma mais fundamentada a própria existência da prática no Maranhão, para, a partir daí, tentar compreendê-la em seu contexto.

Portanto, além de um raro depoimento oral sobre a capoeira do século XIX em São Luís, utilizamos como fontes alguns documentos do Arquivo Público do Estado do Maranhão, obras literárias maranhenses que deixaram rastros sobre a capoeiragem local e, principalmente, pequenas notas produzidas pela imprensa do Estado, notadamente os jornais *Pacotilha*, *Diário do Maranhão* e *O Imparcial*, que apresentaram maiores registros sobre a prática da capoeira em diversos períodos, além de outros com menos incidências. [6]

Ao tratar do caso baiano, o ilustre pesquisador Frederico de Abreu afirmava que a imprensa escrita se constituía "hoje, na principal fonte de informações para o estudo da capoeira

3 Cf. BARROS, BARROS, Antonio Evaldo Almeida. O processo de formação de "identidade maranhense" em meados do século XX. **TOMO** - Revista do Núcleo de pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais Universidade federal de Sergipe,São Cristóvão-SE, n. 17 jul./dez. 2010.

4 SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890. 1993. 451f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. p. 8.

5 GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 2006. p. 11.

6 Todos os jornais foram acessados e podem ser consultados no acervo da Hemeroteca digital brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Para uma melhor compreensão procedemos à atualização da grafia dos documentos.

no século XIX [...]".[7] O mesmo pode ser afirmado em relação à capoeira maranhense. Os periódicos se dedicaram, implacavelmente, ao longo de todo este período, a serem porta-vozes dos detratores e algozes da capoeiragem; registrando, por conseguinte, em pequenas notas, suas reclamações, denúncias, pedidos de providência, etc., geralmente direcionados às autoridades policiais, no sentido de dar cabo da prática, vista, assim como outros "batuques" como o bumba meu boi e demais manifestações de origem popular ou negra, como "símbolo do nosso atraso e da selvageria dos nossos costumes", uma pedra no sapato da sociedade em seu caminho rumo à "civilização". [8]

Deste modo, a partir desta representação marcadamente preconceituosa e avessa à capoeira, deixada por este segmento da sociedade, tentaremos, cuidadosamente, conhecê-la melhor. Assim, os mais diversos jornais da imprensa maranhense registraram, principalmente em suas seções policiais, as agruras dos capoeiras e de algumas poucas mulheres capoeiras, em situações das mais diversas do seu dia a dia. No mais das vezes, tratava-se de brigas, "desordens", "tumultos", em tavernas, pelas ruas, fontes e praças da cidade, que, em geral, acabavam nas dependências do quartel "São João", antiga sede da chefatura de polícia de São Luís, ao lado da igreja homônima.

Além disso, é importante, destacar um critério que utilizamos, tomado de empréstimo ao estudioso Antonio Liberac Pires, e aplicado quando de seu estudo acerca da capoeiragem baiana e carioca de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Diante da carência de fontes que indicassem de forma clara e direta a presença da capoeiragem, particularmente em Salvador, o pesquisador baiano perscrutou nas fontes disponíveis o que ele chamou de "cultura da capoeiragem". [9]

Ou seja, Pires buscou, nas entrelinhas das notas dos jornais, dos inquéritos policiais ou processos judiciais, indícios que apontassem a presença da capoeiragem. Deste modo, segundo o autor, diversos indícios como o uso de armas como navalhas, cacetes, objetos perfuro-cortantes; movimentos de corpo, agilidade e destreza; andar em correrias; o uso de golpes característicos como rabo de arraia, cabeçada, dentre outros; o ambiente frequentado como tavernas, "batuques", etc., todos estes elementos são indicadores da presença da capoeiragem. O que não quer dizer, obviamente, como ressalta ainda Pires, que qualquer pessoa flagrada em uma contenda em uma taverna ou armada de cacete seja um capoeira. Cada caso deve ser analisado e relacionado a outros elementos para se chegar a uma conclusão acertada.



Recorremos ainda, em determinados momentos, a comparação da capoeira ludovicense com a do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém do Pará, cidades em que as pesquisas sobre o tema estão mais avançadas. Este procedimento foi importante, pois, ao comparar as semelhanças e diferenças entre os diversos processos, ficou mais evidente de que forma as ausências ou presenças de determinados fatores – como a existência de leis, maltas ou a capangagem política, por exemplo – foram possivelmente responsáveis ou não por alguns desdobramentos, deixando mais claras as peculiaridades locais de cada capoeira.

Por fim, o texto está organizado em quatro capítulos para melhor leitura e compreensão. O primeiro trata das maltas de moleques e capoeiras que atuaram de forma intensa entre 1870 até o fim do século XIX. O segundo capítulo aborda principalmente a atuação de marinheiros, particularmente os tripulantes de uma Canhoneira de Guerra chamada Lamego, proveniente do Rio de Janeiro e que ficou estacionada em São Luís, também no fim do século XIX. Seus tripulantes, alguns dos quais denunciados diretamente como capoeiras, envolveram-se em diversos incidentes pela cidade. O terceiro discute brevemente e aponta indícios da participação feminina na capoeiragem maranhense, tendo como referência principal os estudos da presença das mulheres na capoeira do Pará. Por fim, o quarto capítulo discute a capoeira entre o fim do século XIX e as primeiras três décadas do XX a partir da atuação de desordeiros, turbulentos, valentões identificados como capoeiras.

7 ABREU, Frederico José de. Capoeiras – Bahia, século XIX: imaginário e documentação. Salvador: Instituto Jair Moura, 2005. v. 1, p. 160-161.

8 No período estudado, a quantidade e as características dos jornais publicados no Maranhão variaram bastante. Alguns jornais eram diários, muitos não; outros ainda circularam por um período breve de tempo. Sobre a imprensa no Maranhão no século XIX, Cf. SERRA, Joaquim. Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão. 3 ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

9 PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **Movimentos da cultura afro-brasileira, 1890-1950**. [s.n.] Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

1.

ENTRE MALTAS DE MOLEQUES E CAPOEIRAS



> "Pede-se ao Sr. Dr. chefe de polícia que dê suas ordens a fim de serem rondadas as ruas de S. Antônio e da Cruz, porquanto na quadra em que elas se encontram há tão grande ajuntamento de moleques, que parece um piquete do grande exército prussiano, prestes a dar batalha."
>
> *Publicador Maranhense, 27 de outubro de 1870*

A quantidade extraordinária de moleques que transitava pelas ruas de São Luís nas três últimas décadas do século XIX era certamente assustadora. A comparação com "um piquete do exército prussiano, prestes a dar batalha" não era mera figura de linguagem para insuflar um ânimo repressor das autoridades. Diversas fontes indicam que se tratava de um contingente de, às vezes, "centenas de moleques armados de cacetes" em "correrias" provocando distúrbios pelas ruas da cidade.

A capital da então província do Maranhão era uma cidade de pouco mais de 31 mil habitantes. Por suas ruas estreitas, sujas e mal iluminadas cruzavam diariamente cerca de 7 mil escravizados que se ocupavam dos mais diversos serviços. Segundo o historiador Josenildo Pereira,

> [...] São Luís, [era] um grande entreposto comercial e portuário. Nela, os inúmeros trabalhadores escravos, na condição de ganhadores ou de aluguel, praticavam as mais diversas atividades. Os homens, entre outras, as de marinheiros, carregadores, estivadores, oficiais da construção civil, de marcenaria, de barbearia. As mulheres, por sua vez, ocupavam-se de serviços domésticos (como cozinhar, lavar e passar), do comércio informal de alimentos (peixes, vísceras de gado, frutas, doces) e de outros artigos. Cabe observar que ainda eram parteiras e amas-de-leite, sobretudo de filhos dos que constituíam as classes dominantes.[10]

10 PEREIRA, Josenildo de Jesus. As representações da escravatura na imprensa jornalística no Maranhão na década de 1880. 2006. 191f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. p. 38. O Maranhão era uma província com a economia voltada para abastecer o mercado externo com produtos primários. Grosso modo, os setores abastados da sociedade eram divididos principalmente entre os descendentes dos colonizadores que viviam da agricultura produtora de algodão, arroz e açúcar, baseada no latifúndio existente principalmente no interior, e portugueses, geralmente, sediados no litoral – São Luís, que dominavam o comércio. A este respeito, ainda, Cf. REIS, Flávio A. M. Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850-1930). 1992. 222f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

A década de 1870 marca, na província do Maranhão, a superação numérica da população negra livre sobre a escravizada. A quantidade expressiva de livres (pretos e pardos) que habitava a cidade de São Luís, por exemplo, 12.340 pessoas, era um sinal de que a escravidão caminhava para os seus passos derradeiros. Apesar disso, o trabalho escravo ainda tinha um peso significativo na sociedade, sobretudo em áreas urbanas, como São Luís, que ainda concentrava a maior população de escravizados do Maranhão.[11] Entre esta população de homens e mulheres de cor, escravizados e livres, encontrava-se a maioria dos capoeiras, personagens diletos desta história.

A cidade de São Luís, nas últimas décadas do século XIX, era conformada por seis freguesias, sendo que a de Nossa Senhora da Vitória – Praia Grande, centro político-comercial da Província e área mais populosa – e a da Nossa Senhora da Conceição compunham seu perímetro urbano, juntamente com a freguesia de São João Batista, colada às duas, porém um pouco mais afastada da região de maior movimento. Podemos afirmar que estas três freguesias eram o principal reduto da capoeiragem antiga na Província do Maranhão. (ver mapa p. 50)

A cidade era mal calçada, não havia um sistema de esgoto, nem de fornecimento de água potável satisfatório para o atendimento da população, que, em grande parte, ainda se abastecia da coleta de água em chafarizes, conhecidos também como fontes, como as do Ribeirão, das Pedras, do Largo do Carmo e a "malfadada [fonte da] companhia Anil, localizada no interior da Casa das Tulhas.[12] Eram constantes as reclamações nos jornais contra o lixo nas ruas, animais abandonados e insegurança.

11 IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento de 1872, 1872. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>. Acesso em: 20. mar. 2017.

12 Cf. MARQUES, Cezar. Dicionario Historico-Geographico da Província do Maranhão. São Luís: Typ. do Frias [rua da Palma], n. 6, 1870, 473.



fig.1

São Luís vista da ponta de São Francisco. Litogravura do artista Manuel Ricardo Canto, impressa por Th. Müller & Gluck, 1864.

Fonte: Acervo do MAVAM

Como aponta Paulo Câmara, a

> iluminação pública de São Luís da passagem do século XIX ao XX [...] funcionou quase sempre de forma deficiente e contemplou principalmente os bairros centrais habitados pelos moradores abastados. A população pobre que morava nas áreas mais afastadas do centro foi excluída desse benefício [...] Destituídos de cabedal econômico e sem condições de morar em lugares mais adequados, parte da população foi ocupar os baixos de sobrados, ou deram origem a inúmeros cortiços [...][13]

Esta não era uma característica exclusiva de São Luís, mas algo comum a outras cidades como Salvador, por exemplo. A população de São Luís, em sua maioria negra e pobre, em geral tirava seu sustento do trabalho de rua, desempenhando funções como ambulantes, quituteiras, negros ao ganho, de aluguel, pedreiros, carpinteiros, pescadores, estivadores, dentre várias outras.[14]

Observar a conformação socioespacial da cidade, assim como as características gerais da composição de sua população é fundamental para tentar compreender quem eram esses/essas capoeiras, quais suas ocupações, que locais frequentavam, em que parte da cidade viviam, como eram vistos pela sociedade, ou pela parte dela que se expressava por meio dos jornais, assim como para seguir os seus passos pelas ruas e becos de São Luís.

13 CÂMARA, Paulo Roberto Pereira. Trabalho e Rua: dinâmicas do trabalho no mundo da rua. **Outros Tempos**. v. 5, n. 6, p. 31-32, dez. 2008. Dossie Religião e Religiosidade. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/issue/view/14/showToc>. Acesso em: 04 mar. 2018.

14 Cf. Ibid.



OS MOLEQUES DANDO A LEI

Era por estas ruas estreitas, sujas, tortuosas e mal cuidadas que circulavam, segundo incontáveis e insistentes reclamações publicadas nos periódicos, centenas e centenas de "moleques", muitos dos quais fugiam "da casa de seus senhores, ou se demoram nos recados, a que são mandados" para ficar, ociosamente,[15] em tripulias incessantes pela cidade, em esquinas e becos dando assuadas nas pessoas que passavam, quebrando telhados das casas a pedradas, atirando pedras em transeuntes, em algazarras e gritarias, chamando palavrões, rabiscando a fachada das casas com "as maiores bernadices", muitas consideradas imorais, andando "armados de cacetes", "canivetes" e outros "instrumentos cortantes e contundentes", enfrentando os mantenedores da ordem, atravessando a cidade de uma ponta a outra em "correrias", assim como sendo "presença infalível" em quaisquer ajuntamentos públicos, quando, nestas ocasiões, tomavam a frente das passeatas de partidos ou de estudantes, desfiles de bandas e procissões.

O realce dado a estes pequenos agentes sociais se deve a que as fontes indicam claramente, como discutiremos, que, pelo menos nas três últimas décadas do século XIX, estas maltas de moleques, como eram chamadas em São Luís, abrigavam em seu interior inúmeros "moleques capoeiras". A capoeira era uma prática vinculada a algumas destas maltas, pelo menos, ou, em outras palavras, estava integrada e camuflada em seu meio. Indo além, podemos afirmar, com base em fortes indícios encontrados nas fontes analisadas, que possivelmente algumas destas maltas de moleques eram maltas de capoeiras, ou pelo menos eram lideradas por "moleques capoeiras", como também será discutido.

O termo moleque comumente empregado para se referir a crianças e adolescentes escravizados, antes mesmo do fim da escravidão, em 1888, já havia adquirido um uso ampliado, abarcando também crianças e adolescentes pobres livres.[16] É o que se depreende

15 Cf. DIÁRIO DO MARANHÃO: Jornal diário. São Luís, n. X, 11 mai. 1875; Diário Do Maranhão (05 jan. 1877).

16 Como observa Matheus Gato, "[...] é preciso notar que, nas últimas décadas da escravidão, o campo

de diversas notas de jornal, como uma publicada pelo Diário do Maranhão de 19 de junho de 1877, denunciando os distúrbios provocados por uma "malta de moleques de todas as cores, todos os tamanhos", e que relatava ainda a detenção no incidente de vinte deles, "sendo 11 escravos e 9 livres."

Marília Ariza, ao se referir a estes moleques, esclarece sua onipresença e importância naquela sociedade das últimas décadas do século XIX. Segundo a autora,

> Nas cidades, as crianças estavam no interior das casas de famílias abastadas, das meramente remediadas, e por vezes nos lares pobres, nos quais eram mão de obra mais acessível, por ser mais barata que a dos escravos adultos. No espaço doméstico, meninos e sobretudo meninas desempenhavam toda sorte de tarefas: servir a mesa, varrer, costurar, recolher cinzas do fogão, carregar água, limpar urinóis, banhar senhores e seus filhos, ajudá-los a se vestir, espantar as moscas que os atormentavam, embalá-los no vaivém das redes, tudo aquilo, enfim, que seus braços de força ainda modesta pudessem suportar – e não raro, até mais do que isso. Nos armazéns em que as famílias citadinas se abasteciam, os meninos eram às vezes empregados como caixeiros, ocupando-se das vendas de mercadorias no balcão e da limpeza do lugar. Com menos frequência, também aprendiam ofícios especializados: pequenos sapateiros, ferreiros e marceneiros eram treinados ás custas de muito trabalho e castigos nos saberes de uma profissão futura. Nas ruas, carregavam embrulhos, trouxas de roupa, levavam e traziam recados, vendiam frutas e doces de tabuleiro, às vezes ajudando suas mães ou escravas mais velhas.[17]

Em relação à quantidade de moleques que perambulava pelas ruas de São Luís à época, a despeito de qualquer exagero por parte dos jornais, alguns incidentes, como o citado, que resultou na prisão de duas dezenas deles, demonstram que de fato seu número era bastante expressivo. Os jornais se referiam a eles sempre no coletivo: "maltas", "batalhões", "centenas".

semântico das palavras "moleque" e "negrinha" foi paulatinamente ampliado, a fim de tornar mais evidente que eles também se referiam a serviçais livres, recrutados para os trabalhos manuais costumeiramente designados aos escravos". Cf. GATO DE JESUS, Matheus. O MASSACRE DE LIBERTOS - Raça, Emancipação e a República de 1889 em São Luís. São Paulo: Editora Perspectiva, p. 60. (no prelo).

17 ARIZA, Marília B. A. Crianças/Ventre livre. In: SCWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2018. p. 170.



Para termos uma ideia aproximada, o *Diário do Maranhão* de 25 de abril de 1876, em uma grande nota intitulada "Os moleques dando a lei" denunciava a presença "na quinta das Laranjeiras", de "uma malta de alguns *trezentos moleques saltando* e uivando como desesperados, dirigindo insultos e as maiores obscenidades que se pode imaginar, sendo-lhe alvo principal os passageiros dos três bondes [...]" [18](grifo nosso).

Sua atuação coletiva, com espírito de grupo, como uma "malta", denunciada pela imprensa da época, era realçada por suas "correrias" por diversos pontos da cidade, atacando as pessoas, casas, bondes, animais, divertindo-se ao mesmo tempo, e chegando a desacatar e confrontar não poucas vezes até mesmo as autoridades. Diversos indícios no modo de agir destas maltas revelam a presença da cultura da capoeiragem em seu meio.

O *Diário do Maranhão* de 04 de março de 1877 denunciava, por exemplo, que "Anteontem *como é de costume*, concorreu *a tropa de moleques adiante das músicas*, que foram à procissão" (grifo nosso). Os moleques, pelo que se depreende, com regularidade tomavam a frente das bandas ("das músicas") que tocavam nas procissões pela cidade e tornavam o desfile, de acordo com o relato dos jornais, um verdadeiro caos, como nesta ocasião em que "atropelaram e espancaram" uma mulher sentada à porta de sua casa.

As fontes indicam ainda que a atuação destas maltas não se restringia aos desfiles das bandas de música, mas a qualquer "reunião", ajuntamento maior de pessoas que ocorria na cidade, assim como festividades e brincadeiras como o entrudo e o bumba meu boi. [19] Dois episódios são bem ilustrativos a este respeito. No primeiro, um leitor da Pacotilha, que assinava uma reclamação sob o pseudônimo de "um conservador pacato", acusava "[...] uma enorme cáfila de negros, grandes e menores, que, tinham como armas ofensivas grandes

18 Segundo Raimundo Palhano, os modernos "bondes animálicos", como eram conhecidos à época, puxados por burros, foram implantados em São Luís em 1879 e existiram até 1924, quando foram substituídos pelos elétricos, já há mais de duas décadas em funcionamento no Rio de Janeiro ou São Paulo. Cf. PALHANO, Raimundo Nonato Silva. **A produção da coisa pública**; serviços e cidadania na primeira república ludovicense. 2. ed. São Luís, 2017. v. 3, p. 311-312. (Biblioteca Básica Maranhense).

19 A título de exemplo, O PAIZ: Jornal diário. São Luís, 11 mar. 1886, queixava-se da presença de "pretos, negras e moleques armados de tudo" nas esquinas e ruas, em brincadeiras de entrudo e bumba meu boi.


1879 A FLECHA 88

TYPOS MARANHENSES.

A victima dos moleques, o popular Tinoco, gastronomo—amador, solemne *enxota-cães*, mão grado as bebedeiras e o peso da velhice, inda come um perú com vinte e quatro pães.

fig. 2
O jornal A Flecha (Ano I, n.11,1879, p.2) destaca, na esquerda da imagem, uma das diversas facetas da atuação dos moleques: dar assuada nos transeuntes.

varapaus e por escudos imundos cofos, agrediam as casas por onde passavam, dando pauladas nas portas e janelas das mesmas e nas pessoas que, infelizmente, nelas se achavam [...]" conturbando deste modo a passeata promovida pelo Partido Conservador. A nota ressaltava no fim que a "selvageria" era produto da "[...] *cáfila de moleques, infalível nas reuniões* [...]" [20] (grifo nosso)

O outro episódio deu-se após uma passeata dos estudantes do Liceu. Segundo o jornal Pacotilha de 12 de junho de 1886, "quando esta recolhia-se, cerca de nove horas, o grupo enorme de moleques que vinha na frente, vaiou e apedrejou os representantes da autoridade, que debalde tentaram filar alguns dos que o compunham."

Nestes episódios, como em muitos outros apontados pelos jornais, a alusão à quantidade "enorme" de moleques é constante, assim como a sua presença regular, "infalível" nos mais variados tipos de "reuniões" públicas que ocorriam em São Luís, como apontado pela primeira nota.

Esta conduta de acompanhar desfiles civis e militares era típica dos capoeiras em cidades como Recife e Rio de Janeiro entre meados do século XIX e início do XX. Segundo Carlos B. Marques, ao tratar da capoeira de Recife do mesmo período: "As atuações das maltas na frente das bandas de música, fosse em festas profanas ou religiosas, eram muito marcantes e pareciam fazer parte do cotidiano delas. [...]". O autor, utilizando-se do trabalho "Folk-lore Pernambucano", de Francisco A. Pereira da Costa, afirma ainda que "tais indivíduos" eram descritos como o "*moleque de frente de música, em marcha, armado de cacete*, e a desafiar os do partido contrário [...]"[21] (grifo nosso).

No mesmo sentido, ao se referir à capoeiragem antiga do Rio de Janeiro, Mathias Assunção e Luiz Renato Vieira afirmam que a prática da capoeira ganhava

> maior visibilidade, porém, durante as festas públicas, ou seja, as procissões, as paradas militares e o carnaval. *Nestas ocasiões se agrupavam à frente da procissão, dos batalhões ou dos préstitos, e, segundo os seus detratores,*

20 PACOTILHA: hebdomadário. São Luís, 21 ago. 1885.
21 MARQUES, Carlos Bittencourt Leite. **Brinquedo, luta, arruaça**: aspectos da capoeira no Recife no findar do império e alvorecer da República. Recife: Documentação e Memória/TJPE, v.3, n. 5, jan./dez. 2012, p. 38.

> *promoviam "distúrbios" ou "correrias", que resultavam frequentemente no ferimento de terceiros* [22](grifo nosso).

Gilberto Freire, em Sobrados e Mucambos, chega a misturar a atuação dos moleques e capoeiras ao discorrer sobre a participação destes nas procissões diversas que percorriam as cidades do século XIX. Segundo o autor,

> Na frente de tudo, o papa-angu com uma espécie de saco por cima do corpo, dois buracos à altura dos olhos, chicote na mão. *E os moleques atirando-lhe pitomba. Às vezes havia negro navalhado; moleque com os intestinos de fora* que uma rede branca vinha buscar (as redes vermelhas eram para os feridos; as brancas para os mortos). Porque *as procissões com banda de música tornaram-se o ponto de encontro dos capoeiras*, curioso tipo de negro ou mulato de cidade [...] [23]

Nota-se que toda a conduta das maltas de moleques de São Luís diante das procissões, "reuniões", bandas, era deveras semelhante à dos capoeiras cariocas e recifenses do mesmo período: as "correrias" e distúrbios provocados nestes eventos, o uso de cacetes, "a arma predileta para os exercícios de capoeiragem",[24] o seguir diante dos cortejos atirando objetos, como pedras, cofos, dando saltos e fazendo gritarias.

Por outro lado, apesar de as notas de jornais se referirem às maltas ludovicenses de forma genérica – o que poderia nos levar a crer que se tratava de um agrupamento único e indiferenciado de moleques que agia por toda a cidade – pequenos indícios nos permitem afirmar que havia possivelmente, de modo também semelhante ao caso das maltas da capoeira do Rio de Janeiro, uma divisão territorial da cidade entre elas.

Diante da incidência de reclamações em vários pontos do perímetro urbano,

22 VIEIRA, Luiz Renato; ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. "Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira". **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, n. 34, p. 98, 1998.

23 FREIRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 1. ed. digital. São Paulo: Global, 2013. p. 150-151.

24 Este trecho do jornal *A Semana,* 24 mar.1890, do Pará, citado por Luiz Leal, em seu estudo sobre a capoeira paraense, demonstra, como será melhor discutido adiante, uma clara semelhança entre a capoeira paraense e a do Maranhão. Cf. LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **A política da capoeiragem**: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888 – 1906). Salvador: EDUFBA, 2008. p. 66.



acreditamos que havia diversas destas maltas em atividade ao longo de toda área urbana de São Luís. Isto é o que podemos depreender, por exemplo, ao analisar a denúncia publicada pelo *Pacotilha* de 18 de junho de 1894, a partir da qual podemos claramente diferenciar duas maltas em atividade .

Segundo o jornal, um grupo de moleques das "7 horas da noite em diante na rua dos Remédios *a propósito de formar partido,* se reúnem na quitanda de um tal sr. Alexandre". Ainda segundo o periódico, "*A voz de pronto*! *O partido que forma à rua das Hortas vem de encontro à da rua dos Remédios*, abrem luta e o resultado disso é os do partido vencido proferirem nomes imorais aos do partido vitorioso, impedindo assim as famílias de chegarem à janela" (grifo nosso).

Note-se que todo o ritual de atuação das maltas de capoeira, apontado pelo escritor Plácido de Abreu em sua obra clássica "Os capoeiras", está nitidamente presente no relato deste embate. O encontro marcado na hora e local preestabelecidos para o conflito, "das sete horas da noite em diante"; o próprio local da contenda, uma quitanda – Abreu indicava as tavernas como ponto de encontro dos capoeiras; a formação dos agrupamentos em "partidos"; a "marcha, que" ainda segundo o autor, "é um partido ir ao encontro de outro para brigar"; até mesmo um grito de guerra era acordado para iniciar o combate: "pronto!".[25]

As informações não apontam diretamente mais detalhes sobre estas maltas em conflito, contudo, em anos bem próximos, o jornal *Pacotilha* denunciava dois supostos chefes de maltas de moleques em áreas adjacentes, o que indica outra semelhança entre estas maltas ludovicenses e as maltas de capoeiras: a existência de hierarquia nestes agrupamentos. Em 1897, o periódico acusava "Antonio Papudo", que atuava nas imediações "da rua do Ribeirão, canto da Saavedra",[26] e dois anos depois, em 1899, o mesmo periódico acusava Leonilio, que na noite anterior à publicação da nota, juntamente a mais dois "corriam atrás de um outro todos armados de cacete".

25 Para verificar as semelhanças, Cf. ABREU, Plácido. **Os capoeiras**. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola Serafim Alves de Brito, 1886.

26 Pacotilha (25 mai 1897).

Para que não se pense que tais conflitos relatados se tratavam de mera brincadeira de crianças, destacamos que o último periódico registrava ainda que dias antes "esses turbulentos vazaram a um dos olhos de um tal Christino, num rolo que fizeram."[27]

É necessário destacar também que a composição destas maltas de moleques neste percurso de cerca de três décadas obviamente mudou. Os chefes e os integrantes das maltas do fim da década de 1890 certamente não eram os mesmos dos inícios dos anos 1870, apesar de que a possibilidade de alguns integrantes terem permanecido não pode ser também completamente descartada, haja vista que algumas notas apontam a presença de "negros" e moleques "taludos", [28] ou seja, adultos ou quase adultos.

O mais provável, contudo, é que a permanência em atuação destas maltas ao longo de todo este período denote que houve um processo de renovação constante. Por outro lado, as características destes agrupamentos apresentadas no decorrer destas décadas permaneceram em grande parte, ao que parece, inalteradas, pelo menos no que concerne às característica gerais como áreas de atuação, composição das maltas, condutas e uso de armas.

27 Cf. Pacotilha (7 fev.1899).
28 Cf., por exemplo, Pacotilha (17 fev. 1881; 21 ago. 1885).



AOS MAGOTES, ARMADOS DE CACETE, EM EXERCÍCIOS DE CAPOEIRAGEM

Observando estas características gerais da atuação das maltas em São Luís apresentadas até aqui e traçando um paralelo a partir da minuciosa pesquisa de Walter Fraga Filho que engloba, além de "vadios" e "mendigos", as "quadrilhas" de moleques existentes no século XIX na Bahia, poderíamos, de modo geral, afirmar que em nada se diferenciaram as duas experiências. Do mesmo modo que em São Luís, na Bahia havia também os "magotes" de moleque pelas ruas, atirando pedras em transeuntes, em correrias pela cidade, em frente a bandas e procissões, desacatando as autoridades, etc. Em tudo, há imensa semelhança.[29]

O uso de armas como cacetes, facas, canivetes, por exemplo, foi uma característica comum às maltas maranhenses e baianas. Diversas notas, ao longo do período ora tratado, denunciam o uso destas armas pelas maltas de moleques ludovicenses. No *Diário do Maranhão,* de 15 de agosto de 1895, um morador das imediações da Praça da Alegria reclamava dos constantes encontros dos moleques no local e relatava um incidente em que ouvira pedidos de socorro, após um "cacete" em que um havia sido ferido "*com um ferro*"; em 30 de março de 1875, o *Diário do Maranhão* reclamava que "centenas às vezes de rapazes, *armados de cacete* percorram as ruas fazendo o que querem"; "trezentos moleques saltando e uivando como desesperados [...] *armados de paus"*, segundo o *Diário do Maranhão* de 25 de abril de 1867; em 12 de abril de 1884 o jornal *Pacotilha* denunciava que "à rua de Santana canto com a de São João [...] *moleques reuniam-se ali, armados de cacetes e varapaus*" prontamente para matar o "Judas", o que desembocou em confusão, dado que o "Judas" "representava um pobre homem que morava ali perto"; na rua da Cruz canto da de Santo Antonio, segundo o *Pacotilha*, de 21 de maio de 1884, ponto de reunião noturna de "uma troça de moleques e negros [...]

29 Cf. FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos e vadios na Bahia do século XIX**. 1994. 226f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

um rapazola, conhecido por José Caboclo, *puxou uma faca* e com ela empunhado marchou contra um pequeno que dizem ser escravo das senhoras Marinho, e o feriu." São muitas as denúncias, o que tornaria cansativo e repetitivo enumerá-las em sua totalidade. O mesmo, a partir da leitura de Walter Fraga, podemos afirmar, ocorre no caso baiano.

Deste modo, as enormes semelhanças entre as experiências baiana e maranhense conduzem o leitor a crer que se tratava de simples maltas de moleques, onde haveria, em ambos os casos, fortes indícios da cultura da capoeiragem. Walter Fraga, contudo, em sua excelente pesquisa, não atentou para tais indícios, nem para a presença de capoeiras entre os moleques da Bahia.

Poucos anos depois, Frederico de Abreu, de forma majestosa, ao analisar a obra de Walter Fraga e o trabalho do sociólogo baiano Ericivaldo Veiga, citado por ele, percebeu as claras evidências da presença da capoeiragem em meio aos moleques da Bahia, e em um breve ensaio que integra o livro "Capoeiras – Bahia, século XIX" "escancarou", utilizando-se de fontes jornalísticas e literárias, a presença e atuação dos pequenos capoeiras em meio às "quadrilhas" de moleques que também agitavam a cidade de Salvador dos últimos anos do século XIX.

Abreu faz ainda uma observação simples, porém valiosa, para se compreender a atuação dos moleques e sua sintonia com as características da capoeiragem do século XIX, em grande parte diferentes das de hoje. Ao se referir às "diabruras" perpetradas por eles, Frederico de Abreu afirma:

> Prestando bem atenção, percebe-se que no conjunto dessas diabruras atribuídas aos meninos/moleques estão incluídas todas aquelas que serviram de justificativa para o Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, criminalizar a capoeira:
>
> Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal [...].[30]

30 Abreu (1886, p. 155-156).



As semelhanças saltam aos olhos. No que concerne ao caso maranhense, a conduta de "diabruras" dos moleques, como já foi possível perceber, não era diferente. As fontes indicam que, fora as "correrias", o uso constante de "armas e instrumentos capazes de produzir lesão corporal" e a recorrente provocação de "tumultos e desordens", as maltas de moleques de São Luís também realizavam treinamentos com uso de "pontapés", aperfeiçoando as suas técnicas de "agilidade e destreza corporal" por diversos pontos da cidade.

O jornal Pacotilha de 11 de julho de 1895, por exemplo, denunciou duas vezes, pelo menos, um "batalhão de moleques" que se reunia na rua das Barrocas para fazer "*exercícios* [...] não só no *manejo de armas*, mas também no brinquedo da Bimbara" apresentado pelo periódico como um "folguedo desconhecido". Após a denúncia, a malta teria se mudado para o Cais da Sagração. (grifo nosso)

Menos de um mês depois, no Cais da Sagração, o mesmo periódico flagrava um "batalhão de moleques", que aos domingos se divertia empinando papagaios, sendo que, ainda segundo o jornal, "quando sucede os fios cruzarem-se (chamam a isto de lanceamento) produz-se entre eles uma algazarra, ao que segue um formidável rolo, *acabando sempre o negócio em tremendas bofetadas e bem aplicados pontapés*"[31](grifo nosso).

A percepção acurada do redator que chamou a atenção para a perícia dos moleques na aplicação de pontapés e bofetadas revela que, além do manuseio de armas, eles se dedicavam ao treinamento de "técnicas de combate" que envolviam também golpes de pés. Até aqui, todos os indícios apontam também para a existência de capoeiras entre os moleques de São Luís ou ainda para o fato de que estas maltas de moleques possivelmente seriam maltas de capoeiras.

Confirmando a primeira hipótese, pelo menos, uma nota publicada pelo jornal Pacotilha de 20 de janeiro de 1884, era taxativa ao afirmar que "é praxe reunirem todas as noites na rua do Sol, canto com a rua de Sant`Aninha *uns molecotes que aí fazem exercício de capoeiragem* impedindo, por vezes, o livre trânsito" (grifo nosso).

31 Pacotilha (5 ago. 1895).

E' praxe reunirem se todas as noites na rua do Sól, canto da rua de Sant'Anninha uns molecotes que ahi fazem exercicios de capoeiragem, impedindo, por vezes, o livre transito.

Mas é uma praxe ruim, que á policia cumpre acabar.

fig. 3

Pacotilha de 20 de janeiro de 1884



A presença de capoeiras entre as maltas de moleques de São Luís, semelhante ao apontado por Frederico de Abreu ao tratar do caso baiano, particulariza e dá realce a todos os indícios de cultura da capoeiragem encontrados na ilha do Maranhão no período, e apontados até aqui, marcando de forma sui generis também o caso ludovicense.

Cabe destacar também, que enquanto as maltas cariocas eram maltas de capoeiras, no caso de São Luís, pode ter havido dentre as diversas maltas de moleques, alguma ou algumas de capoeira, mas no geral, ao que parece, eram maltas eminentemente de moleques nas quais existiam e atuavam capoeiras. Podemos afirmar ainda que possivelmente algumas destas maltas eram lideradas por capoeiras, como discutiremos adiante.[32]

Reforçando ainda mais esta perspectiva, alguns dias depois da reclamação contra os moleques capoeiras da rua do sol, outra nota do mesmo jornal denunciava, de modo semelhante, que "Moleques reúnem-se em grandes magotes, quase todas as noites na rua dos Afogados, canto da rua do Pespontão, e ai *fazem exercícios de capoeiragem, armados de formidáveis cacetes*"[33] (grifo nosso).

Pelo que podemos deduzir a partir das notas e da geografia da cidade, as denúncias se referiam certamente aos mesmos moleques capoeiras, haja vista que os trechos em questão ficam em ruas diferentes, porém, em uma mesma quadra da freguesia de São João Batista. (ver mapa p. 50) Por outro lado, é importante perceber, ainda, a regularidade em que eles se reuniam para os treinamentos, segundo a denúncia, realizados de "praxe", ou "quase todas as noites". Do mesmo modo, além da capoeiragem, a nota destaca que o treinamento era realizado com o uso de "formidáveis cacetes".

As duas notas trazem ainda semelhanças com as denúncias que vimos referentes às maltas de moleques que circulavam pela cidade. Note-se que, na primeira, a

32 A atuação dos moleques, "caxinguelês", como eram conhecidos na gíria da capoeiragem carioca do século XIX, foi discutida *en passant* por Soares em obra já citada. Segundo este autor, na hierarquia das maltas cariocas, "No nível mais baixo estavam os "caxinguelês", menores que acompanhavam as maltas em suas incursões em terrenos adversários. Eram os aprendizes." (SOARES, 1993, p. 102).

33 Pacotilha (23 jan. 1884).

Moleques reunem-se em grandes magotes, quasi todas as noites, na rua dos Afogados, canto da rua do Pespontão e ahi fazem exercicios de capoeiragem, armados de formidaveis cacetes.

Bastaria uma patrulha pelas immediações do theatro para que os artistas não viessem a scena, como convem ao transito e á moral.

fig. 4

Pacotilha, 23 jan. 1884



quantidade, significativa de moleques capoeiras "impedia o livre trânsito". O que é ratificado pela segunda, ao se referir aos capoeiras como "grandes magotes" de moleques.

Outro detalhe importante é que as denúncias, nestes casos, não relatam brigas, desordens ou outros "atentados" dos moleques, mas simplesmente a sua reunião em "magotes" para a realização de "exercícios de capoeiragem". Estes pontos provavelmente eram locais onde estas maltas, quando não estavam em "correrias" pela cidade, "importunando" moradores ou se digladiando com outras, dedicavam-se, à noite – fora do horário onde poderiam estar ocupados com qualquer trabalho para si ou seus senhores, no caso dos escravos –, ao aprendizado e aperfeiçoamento da capoeiragem e do manejo de armas como cacetes e facas.

Cerca de um mês depois, ainda o jornal Pacotilha denunciava o que acreditamos se tratar, possivelmente, de outra malta de moleques capoeiras. Esta possibilidade é reiterada pela distância da área de atuação dos capoeiras citados nas denúncias anteriores e devido a que o ponto de encontro desta malta era em outra freguesia, na de Nossa Senhora da Vitória, fronteira com a de Nossa Senhora da Conceição.

A queixa do periódico era referente a um "brinquedo de entrudo" que ocorria "todas as noites na rua da Cruz canto da rua da Fonte das Pedras". (ver mapa p. 50) Segundo o jornal, "Molecões e negrinhas baixas, capitaneadas por alguns peraltas que dizem ser capoeiras, reúnem-se ali, sem respeitarem o pacífico transeunte, dando assuadas e entrudando até com bordoadas!!..."[34].

Este registro denuncia a presença de capoeiras em meio ao entrudo, "nosso antigo Carnaval. A festa se caracterizava por batalhas de talco e de água – às vezes água suja ou líquidos ainda menos nobres – lançadas por meio de enormes seringas ou "laranjas" ",[35] já proibido à época e com reminiscências até hoje nas ruas de São Luís.

34 Pacotilha: (20 fev. 1884).

35 REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p. 39. Para uma descrição pormenorizada do entrudo, Cf. MORAES FILHO, Mello [1843-1919]. Festas e Tradições Populares do Brasil. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2002. p 326, p. 115-121.

Será possivel...

Que continúe com grande escandalo um *brinquedo* de entrudo, todas as noites na rua da Cruz canto da rua da Fonte das Pedras?

Molecões e negrinhas baixas, capitaneadas por alguns peraltas que disem ser capoeiras, reunem se alli, sem respeitarem o pacifico transeunte, daudo assuadas e entrudando até com bordoadas!!...

Antes de hontem a noite reuniram-se, armados de cacêtes a espera da policia—por ter este jornal dado uma bem acertada noticia, contra o intoleravel procedimento da canalha que lá reune-se.

Não perdia a policia, dando um assalto em regra nessa horda de valentões.

A verdade.

fig. 5

Pacotilha, 20 fev. 1884



Três detalhes são de grande importância nesta denúncia: primeiramente, a autoidentificação de alguns dos envolvidos enquanto capoeiras reforça mais ainda a hipótese da existência de maltas de capoeiras; em segundo lugar, a indicação de que esta malta era "capitaneada" por capoeiras, demonstra que, além da presença de capoeiras nas maltas de moleques, eles podem ter exercido um importante papel de liderança nestes agrupamentos; e, por fim, a notável presença feminina em meio à capoeiragem, registrada de forma pejorativa pelo termo "negrinhas baixas".

Esta hipótese ganha força ao lermos o desfecho da reclamação. Ainda segundo o periódico, diante de uma denúncia anterior feita pelo jornal, "antes de ontem à noite, [os moleques] reuniram-se *armados de cacete* à espera da polícia" (grifo nosso).

Note-se que, além de se autointitularem "capoeiras", diante de uma possível repressão policial, estimulada pelo periódico, os moleques/capoeiras, ao contrário de fugir para outro trecho da cidade, como fizeram os da rua das Barrocas que se mudaram para o Cais da Sagração, resolveram permanecer em seu território, em flagrante afronta à autoridade, e, procedendo com espírito de grupo, como uma malta, armaram-se de "cacete" e se prepararam para um possível combate com as forças policiais, que pelo que parece não deram as caras.

Todavia, pelo que indicam as fontes, em grande parte das vezes muitos destes episódios acabavam em confrontos diretos com os mantenedores da ordem. A afronta, desobediência e o confronto com as autoridades, foi um traço característico da atuação destas diversas maltas ao longo de todo este período, tanto em São Luís, quanto no Rio de Janeiro e Salvador. *O Paíz* de 4 de abril de 1880, por exemplo, demonstrava a audácia dos moleques ludovicenses, após uma brincadeira de "morte de um Judas", defronte do hotel Central, ao tentarem tirar das mãos da "patrulha" um de seus companheiros presos, e como não conseguiram, "revoltaram-se contra os soldados dando-lhes pedradas e cacetadas."

Em 1884, mesmo ano em que as duas maltas de moleques capoeiras foram denunciadas, ainda *O Paíz* se queixava de que, após prenderem na travessa da Passagem,

beco da botica Francesa, uma "negrinha", [...] viram-se os soldados cercados por uma corja de indivíduos a maior parte moleques e negrinhas [que] armados de cacetes e pedras atiraram-se impetuosamente contra os policiais", [36]forçando-os a se refugiar em um depósito nas proximidades e permitindo a fuga da prisioneira. Note-se, mais uma vez, a destacada e ativa presença feminina também neste episódio.

Percebe-se que, além da conduta de desacato à autoridade, da atuação enquanto malta e do uso das mesmas armas, o trecho em que ocorreram todos estes incidentes, nas imediações da Fonte do Ribeirão, ficava a poucas quadras do local onde as duas maltas de moleques capoeiras costumavam frequentar a noite, ou seja, dentro de seu raio de ação (ver mapa p. 50), o que é um forte indício de que, pelo menos no último incidente, houve a participação de, no mínimo, uma delas ou de alguns de seus integrantes/capoeiras. O silêncio das fontes em muitas dessas denúncias, ao não apontá-los diretamente enquanto capoeiras, não necessariamente implica em uma resposta negativa quanto a este fato.

Pela proximidade, alguns dos locais certamente frequentados por esta malta de moleques capoeiras da rua do Sol/Pespontão eram o Canto do Teatro, a Fonte do Ribeirão, além da região das praias de Santo Antônio, Pequena e do Caju locais comumente denunciados como pontos de encontro de moleques e de conflitos, como demonstra uma pequena nota pedindo a manutenção de um guarda na Fonte do Ribeirão, para evitar "reunião de pretos, pretas e moleques, do que sempre resultam brigas e pancadas". [37]

Como afirma Marilene da Silva em relação ao Rio de Janeiro do século XIX,

> Nas fontes de água [...] aglomeravam negros domésticos e de ganho que abasteciam as residências e casas de negócio. As brigas eram constantes, tanto que a polícia frequentemente era convocada para organizar as filas, ou desapartar brigas. [38]

36 O Paíz (24 nov. 1885).
37 Diário do Maranhão (14 out. 1881).
38 SILVA, Marilene R. Nogueira da. **O escravo ao ganho – uma nova face da escravidão (subsídios para o estudo da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro – 1820-1888)**. 1986. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de janeiro. Rio de Janeiro, 1986. p. 80.



fig. 6 Moleques na fonte Ribeirão. Il. Herbet Reis



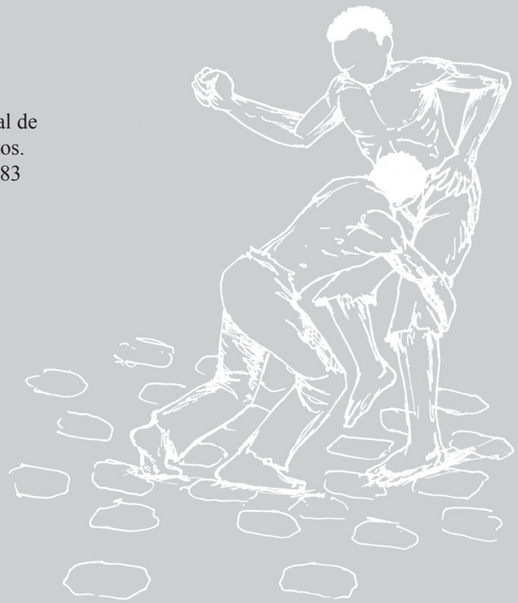
Em São Luís, não era diferente, e, além dos escravos domésticos e de ganho, os moleques eram presença constante fazendo algazarras, tomando banho nus e provocando distúrbios como apontam diversas reclamações. [39] Isto nos leva a deduzir, que em diversos dos incidentes discutidos até agora certamente houve a participação destas prováveis maltas de capoeiras ou de capoeiras pertencentes a elas.

39 Cf, por exemplo, Pacotilha (29 jan. 1884; 26 ago. 1884); Diário do Maranhão (11 dez. 1877).

Na rua do Ribeirão.
Hontem.
Eram 5 horas da tarde.
Ceo azul limpido; auras embalsamadas.
O murmurio da agua crystalina se despejando pelas carrancas da fonte do Ribeirão, completava o fundo do quadro:
Dois typos, de cacetes em riste, esbordoavam-se.
Malharam-se a vontade, porque policia não appareceu.

fig. 7

Fonte do Ribeirão: local de aglomeração e conflitos. Pacotilha, 28 ago. 1883



CRIANDO, RECRIANDO E INVENTANDO "ESPAÇOS DE LIBERDADE"

Observando mais atentamente, nota-se que outras reclamações dão conta de que a subversão da ordem promovida pelos moleques na cidade não se restringia a desacatar os agentes da segurança pública ou a agredi-los como visto anteriormente. Até mesmo o presidente da Província, como registrou o Diário do Maranhão de 19 de junho de 1877, foi vítima das maltas de moleques. Segundo o periódico,

> No domingo, porém, o desacato feito pela cabilda aos passageiros do bonde que se recolhia do Cutim abrangeu a sua excelência, o sr. presidente da província que ali se achava, e participou das mãos cheias de terra, que, a falta de melhores projéteis no lugar atiraram para dentro do bonde, quando este passava ao lado do paredão do Campo de Ourique.

Semelhante ao caso da sociedade baiana, as maltas de moleques e capoeiras foram um dos grandes problemas sociais de São Luís do fim do século XIX. Como explica Walter Fraga,

> A sociedade escravista não oferecia grandes alternativas de ascensão para as gerações mais novas de livres e libertos. Especialmente para os meninos negros, a escravidão continuava a impor-lhes papéis subservientes e serviçais. [...] Diante disso, as vadiações e peraltices de rua apareciam como um misto de desdém, indiferença, protesto e resistência a um mundo adulto de horizontes limitados." [40]

O que para as autoproclamadas "famílias de bem" eram sinais de "selvageria", "atraso", que mereciam dura repressão, partindo de outra perspectiva, era por parte dos moleques e capoeiras um exercício de liberdade, de desprendimento e ruptura das inúmeras

40 Fraga Filho (1994, p. 116).

amarras sociais que os queriam sob as rédeas curtas do trabalho escravo, ou livre sob condições semelhantes. Tratava-se de claras atitudes políticas de subversão da ordem, nas quais estas maltas, conformadas por escravos, livres e libertos, buscavam, nas palavras do renomado historiador Flávio Gomes, "criar, recriar e inventar seus espaços de liberdade".[41]

Em um contexto marcado pela nítida dificuldade "de controle social dos escravos" no meio urbano, como se percebe também em São Luís, a atuação dos moleques e capoeiras deve ser entendida como parte das diversas formas de resistência criadas no "processo de luta dos negros no sentido de instituir a política – ou seja, a busca da liberdade – onde antes havia fundamentalmente a rotina", conforme explica o eminente historiador Sidney Chalhoub.[42]

Como esclarece também Leila Algranti, "O mundo dos homens livres pobres e dos escravos interpenetrava-se formando com frequência um único universo no qual surgiam não só relações amorosas, algumas delas passageiras, mas relações de solidariedade, consequência da própria condição de vida e pobreza que acabava por uni-los".[43] No caso ludovicense, as fontes também indicam para esta confluência apontada por Algranti, assim como para a conformação de relações de solidariedade que se expressavam em maltas integradas, por moleques de "todas as cores", assim como, antes de 1888, conformadas por escravos e libertos, de diversas faixas etárias e tamanhos.[44]

Neste sentido, consoante ao que afirma Soares, ao se referir às maltas de capoeira do século XIX no Rio de Janeiro, acreditamos que as maltas de moleques de São Luís do fim

41 GOMES, Flávio, "No meio das águas turvas": raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro – 1888 -1889. In: GOMES, Flavio, DOMINGUES, Petrônio (Org.). **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1888 – 1889). São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 34.

42 Cf. CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 232.

43 ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente** – estudos sobre a escravidão urbana no Rio de janeiro 1808-1822. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. p. 136.

44 Não pretendemos, a partir desta constatação, contudo, idealizar as relações no interior das maltas, que refletiam também as diversas concepções dominantes da sociedade à época. Como afirma Assunção, ao se referir à complexa questão de identidade "racial" nas sociedades de "plantation" do século XIX, "A ideologia racial da superioridade branca não estava ausente nas classes baixas, especialmente nos grupos intermediários, os quais podiam aspirar a transcender o limite de cor [...]". Cf. ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX.** Revista de Políticas Públicas, São Luís, v.3, n.01, 1999. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3672/0>. Acesso em: 05 abr. 2018. Cf. também Algranti (1998), que aponta ainda, além das relações de solidariedade, os conflitos que havia entre livres, escravos e libertos.



do século XIX, algumas, pelo menos, integradas por capoeiras, como visto, eram "a forma de resistência associativa mais comum entre escravos e homens livres" na cidade,[45] além de terem sido as de maior expressão, ao que parece.

O período aqui tratado, por sua vez, abarca marcos históricos agitados em que ocorreram grandes mudanças nas relações de produção vigentes, com a abolição da escravidão, transformando o que restava da mão de obra escrava em livre; assim como no regime político, com a suplantação da Monarquia pela República.

Este intervalo de tempo foi bastante conturbado também na cidade de São Luís. A partir do que indicam as fontes jornalísticas, no que se refere à atuação das maltas de moleques e capoeiras neste período, não houve qualquer mudança significativa. Mesmo porque as condições da maioria da população negra e pobre, setor em que se incluía este segmento, continuaram bastante precárias, pois "[...] a liberdade jurídica não se transformou em uma imediata passagem para um mundo de plenos direitos e gozos civis. Suas vidas e condições de trabalho continuaram extremamente precarizadas, faltando-lhes todo tipo de proteção legal, trabalhista e social."[46]

Por sua vez, em relação ao fim do regime monárquico na província do Maranhão, apesar de não ter havido um movimento republicano, tendo a maioria dos adeptos do novo regime aderido à causa às vésperas da proclamação da República, [47] no ano final da monarquia, houve – nas ruas de São Luís – um movimento contrário a sua queda, composto principalmente pelos chamados "libertos do 13 de maio".[48] Na então capital federal, tal movimento teve adesão maciça de capoeiras.[49]

45 SOARES, op. cit. 1993, p. 59.

46 CORD, Marcelo Mac; SOUZA, Robério S. Trabalhadores livres e escravos. In SCWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 412.

47 Segundo Barbosa de Godóis (2008, p. 361), "a exceção do Dr. Paula Duarte, que havia meses se declarado republicano, todos os outros seus membros [do novo governo] eram monarquistas até a data da revolução". Cf. GODÓIS, Antonio Batista Barbosa de. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal**. São Luís: AML/ADUEMA, 2008.

48 Cf. MEIRELLES, Mário Martins. O Maranhão e a República. São Luís: Sioge, 1990. p. 19; FERREIRA, Luiz Alberto. "Os clubes republicanos e a implantação da República no Maranhão (1888-1889)". In COSTA, W. C. (Org.). História do Maranhão: novos estudos. São Luís: Edufma, 2004. p. 215.

49 Sobre a atuação política dos capoeiras no Rio de Janeiro, Cf. Pires (2001); Dias (2001); Soares (1993).

No caso de São Luís, apesar de as fontes não indicarem a participação explícita de capoeiras em episódios relacionados ao processo de implantação da República, vários indícios registram a presença dos "moleques" em mobilizações contrárias ao advento do novo regime em São Luís. Uma pequena nota do jornal Pacotilha, por exemplo, de 28 de julho de 1889, denunciava que uma malta de "homens de cor e moleques armados de cacete" se reunira na antiga rua de Nazaré, na Praia Grande, onde se realizaria uma conferência republicana, com o claro intuito de dispersá-la.

Diante de sua demonstrada participação nos mais diversos ajuntamentos e reuniões públicas ao redor de toda a cidade, seria completamente improvável que os moleques e capoeiras, integrantes das maltas ludovicenses, não estivessem presentes no maior ato político ocorrido na então província do Maranhão desde a abolição,[50] pelo menos, que passou à história como "o massacre dos libertos".

Alguns meses depois da frustrada conferência republicana citada, ocorreu o massacre, na rua 28 de julho, na Praia Grande, bairro mais movimentado da cidade, onde ficava o principal porto de entrada e saída de pessoas e mercadorias, ponto de concentração de trabalhadores livres e libertos pobres, que passavam o dia nas imediações transportando mercadorias e sobrevivendo de diversas formas. Eram grandes as reclamações contra a atuação das maltas de moleques também neste trecho.

Segundo estudo recente, em que discute o assunto com minúcias, Matheus Gato afirma que, no dia 17 de novembro de 1889,

> Uma multidão de pessoas, descritas como "libertos", "homens de cor", "cidadãos do 13 de Maio" e "ex-escravos" saiu às ruas numa grande passeata, em protesto contra as notícias da proclamação da República. Na visão dessas pessoas, o novo regime vinha para restaurar a escravidão no país. Os manifestantes percorreram as ruas do centro da cidade, dirigindo-se à sede do jornal O Globo, que havia marcado uma conferência republicana para o fim do dia.[51]

O autor ainda menciona se tratar de um protesto "gigantesco", "eminentemente negro", e cita que algumas fontes indicam a participação de 2000 a 3000 pessoas.

Em um dos documentos produzidos posteriormente ao massacre, o capitão José Lourenço da Silva Milanez, do 5º Batalhão Militar, evidencia a presença dos moleques entre os participantes do ato político. Em seu relato, registrado em primeira pessoa, o capitão afirma que após se retirar da sede do jornal O Globo, local onde o massacre ocorreria,

> ao dobrar, porém o canto da rua sou vaiado por moleques cujo grupo já engrossava, parei e os adverti de que estavam procedendo mal, as minhas reflexões responderam com uma formidável vaia, ameacei-os de manda-los dispersar e eles me desafiaram a que o fizesse e tais eram as ameaças que me seguiram em meio de vaias que eu conhecendo a fraqueza da minha posição (estava completamente desarmado) pus termo a este conflito retirando-me, não sem receio de ser atacado pela costas [...]."[52]

Como trágico resultado, ao anoitecer do mesmo dia, quando as forças policiais já guardavam a frente do jornal O Globo, os militares dispararam contra a multidão deixando três mortos e vários de feridos. A presença dos moleques é um forte indício da participação de capoeiras também neste evento político.

Ademais, além destes, a participação massiva de trabalhadores braçais – segmento que concentrava a capoeiragem, como veremos ao longo do texto – em particular os da região portuária da cidade, é outro forte indício da atuação de capoeiras neste episódio. O literato negro Astolfo Marques, em seu livro "A Nova Aurora", no qual se dedica a retratar o episódio da adesão do Maranhão à República e o "massacre dos libertos", registra a presença ativa e proeminente deste segmento em meio ao ato que culminaria no "massacre".



Sobre a participação política de capoeiras na Bahia no final do século XIX, cf ABREU. Macaco beleza e o massacre do Tabuao. Ilustrações ante Scaldaferri; fotografia Dadá Jacques; revisão Alexandre lyrio e Antonio lyrio. Salvador: Barabô, 2011.

50 Fraga Filho (1994, p. 122), no que se refere ao caso baiano, afirma que "Os moleques de rua também se fizeram presentes nos movimentos sociais urbanos, talvez empreendessem as ações mais audaciosas dos levantes que ocorreram nas décadas de 1820 e 1830." O autor cita ainda sua participação em movimentos posteriores.

51 GATO DE JESUS (p. 16-17, no prelo).

52 MILANEZ, José Lourenço da Silva. República no Maranhão**: Apontamentos escritos pelo Capitão do Exército José Lourenço da Silva Milanez**. Ocorrências de 15 a 18 de novembro de 1889. São Luís, 1889. f. 42.

Segundo o autor, "Estivadores do Jeronymo Tavares, trabalhadores das companhias das Sacas (Prensa), e União (Tezouro) operários da Usina do Rapozo, embarcadiços, catraieiros e pescadores das praias do Caju e do Desterro [redutos da capoeiragem, como veremos], aos magotes todos se vinham juntar àqueles [...]" [53]que estavam concentrados no largo do Carmo e se preparavam para partir em direção a O Globo.

O desfecho do episódio que selou a "[...] implantação do regime republicano, sob o batismo lustral do sangue do povo [...]",[54] parafraseando Astolfo Marques, demonstra que, do mesmo modo que a decaída Monarquia, a República emergente tinha desprezo e aversão a qualquer anseio de participação das camadas negras e pobres.

Consoante a isto, passadas décadas de sua implantação, após a sucessão de vários governos, os problemas crônicos que atingiam principalmente a maioria da população, como a falta de abastecimento de água potável, inexistência de um sistema de tratamento de esgoto, falta de coleta de lixo, altas taxas de analfabetismo (84% da população em 1920), crises sanitárias (epidemias como de peste bubônica em 1903/1904 e febre tifoide), falta de moradias populares, etc., permaneciam sem solução. [55]

Raimundo Palhano, ao sintetizar as primeiras décadas do período republicano afirma que,

> conforme dados censitários de 1890, 1900 e 1920, a urbanização da São Luís republicana chegou aos anos 1920 deixando no seu rastro um contingente muito grande de pessoas morando em bairros sem a menor infraestrutura de saneamento, de serviços coletivos e, no caso específico que estamos apreciando, pessimamente servidas de logradouros, como ruas e praças, tanto quantitativa como qualitativamente.[56]

53 MARQUES, Astolfo. A Nova Aurora. São Luis: Tipografia Teixeira, 1913, p. 55.
54 Id., p. 65-66.
55 Cf. Palhano (2017).
56 Id., p. 281.



No que tange à atuação das maltas de moleques, desde antes mesmo do "massacre dos libertos", já vinham sendo tomadas medidas drásticas, acima de tudo repressivas, no intuito de dissolvê-las. [57] O jornal *Pacotilha*, o mesmo que tanto criticava a atuação dos menores e pedia providências, mostrava-se reticente diante da repressão. Segundo o periódico, "trazem ao nosso conhecimento que os agentes da força pública têm praticado violências prendendo a torto e a direito os menores que encontram nas ruas." Em seguida afirmava achar justa a repressão, contudo pedia "critério afim de evitar que sofram os justos pelos pecadores".[58]

Apesar de tudo, as maltas de moleques e capoeiras continuaram atuando por toda a cidade, pelo menos até o fim do século XIX. Todavia, nos anos finais deste século, ao que parece, sua presença começou a declinar, o que se refletiu claramente nas páginas dos jornais, sem, contudo, desaparecer por completo. Nas primeiras décadas do novo século, ainda havia esparsas reclamações contra maltas de moleques.[59] Acreditamos que alguns dos capoeiras integrantes destas diversas maltas das últimas décadas do século XIX certamente foram personagens, já adultos, de diversos incidentes envolvendo a capoeiragem nas primeiras décadas do século que nascia, como ainda discutiremos.

57 No caso baiano, Walter Fraga afirma que várias medidas foram tomadas pelo governo provincial, que iam desde o recrutamento compulsório para a Marinha, onde os convocados serviam como aprendizes, passando pela da entrega dos menores a mestres de ofícios, até a internação em escolas agrícolas, etc. Todavia, nada disso solucionou o problema até o fim do século XIX. No caso de São Luís, também consta o recrutamento compulsório para a Escola de Aprendizes de Marinheiros, contudo, de acordo com estudo de Freire e Pinheiro (2016), sua estrutura e atuação na cidade era bastante limitada. Em todo caso, somente uma pesquisa específica sobre o tema, o que não é o objetivo deste trabalho, poderia esclarecer quais medidas foram tomadas, além da repressão nas ruas. Cf. FREIRE, Tarantini Pereira; PINHEIRO, Rodrigo Maranhão. "Sahidos da classe menos moralisada da sociedade": os problemas da militarização infantil no Maranhão provincial. **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 30-46, 2016.
58 Pacotilha (22 fev. 1887).
59 Cf., por exemplo, Diário do Maranhão (16 out. 1906; 01 set. 1911).

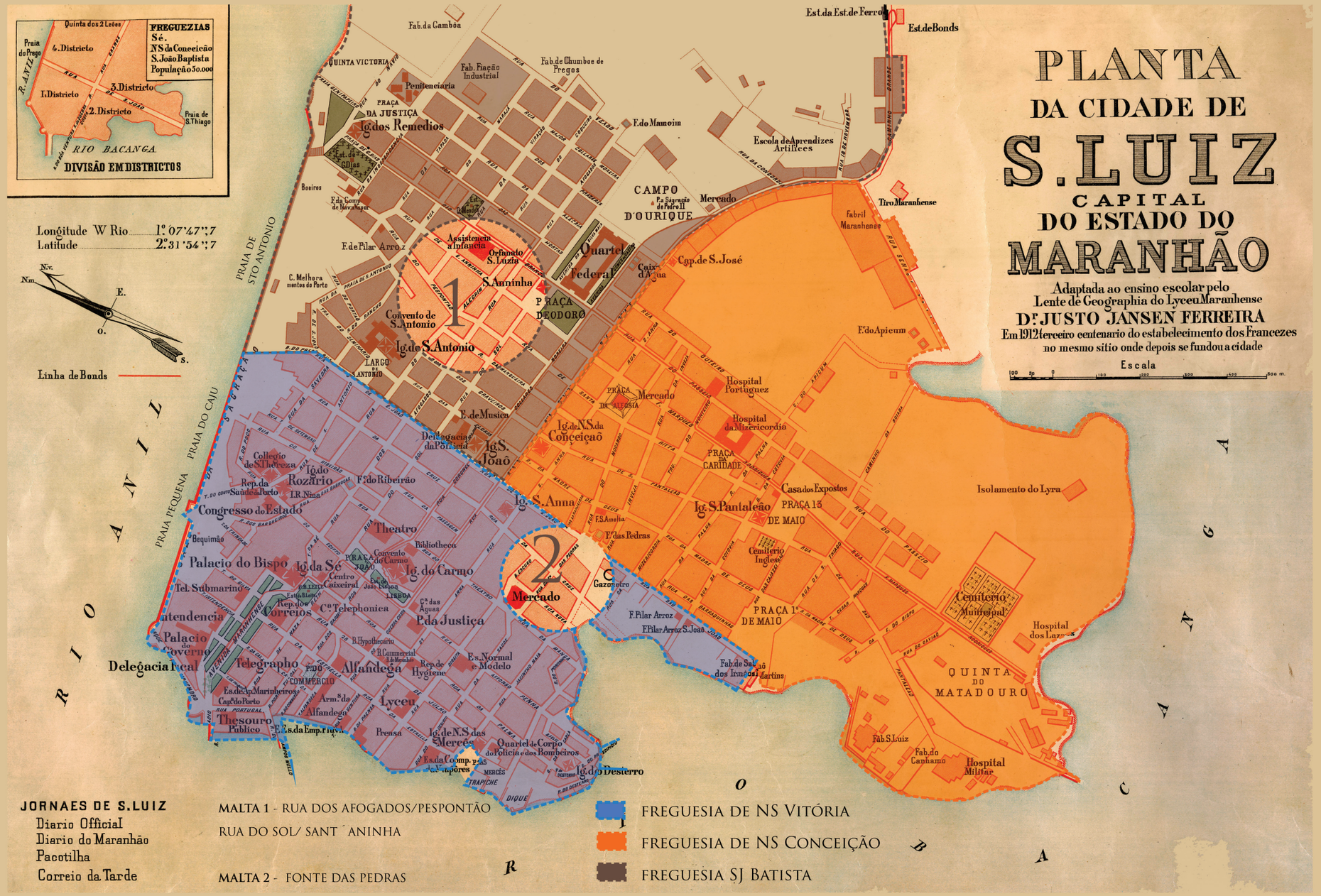


fig. 8

Mapa da cidade de São Luiz

Acervo BN

2.

LAMEGOS



"E quando alguém gostava de capoeira era chamado de "lamego". [60]

Era uma quinta feira, 8 de dezembro de 1881. No calendário católico, dia de Nossa Senhora da Conceição. A Igreja dedicada à santa em São Luís, situada à época no início da rua grande, n. 490, [61] estava lotada devido aos festejos realizados anualmente. O padre Theodoro Castro pregava como de costume, quando de repente se formou um grande tumulto em meio à nave do templo. Os fiéis aterrorizados invadiam a igreja se atropelando, muitos tabuleiros das negras "ganhadeiras" que vendiam doces no festejo caíram pelo chão e foram quebrados em meio à correria. Várias pessoas ficaram feridas. De acordo com os jornais, o tumulto teria começado quando Florêncio José Gonçalves, um marinheiro da canhoneira de guerra Lamego, embriagado, fora advertido por um tenente, por urinar no interior da igreja.

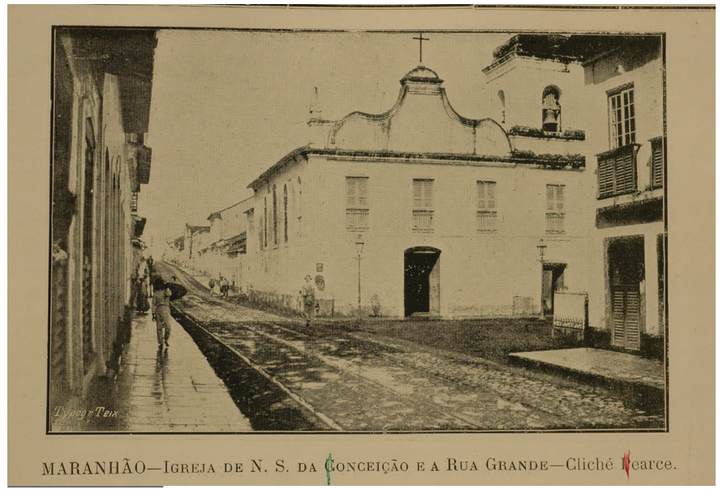


fig. 9

Antiga Igreja da Conceição, local de atuação dos "lamegos".

Acervo do MAVAM

60 Trecho da entrevista concedida pelo Juiz Federal Alberto Tavares V. da Silva ao pesquisador Roberto Augusto A. Pereira e ao capoeira Naasson Salmon de Souza, em 23 set. 2013.

61 A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída pela primeira vez em 1805, ficava localizada onde hoje "se ergue o Edifício Caiçara [...] de frente para o largo do mesmo nome [...] e fundos para a rua de São Pantaleão, conforme explica Carlos de Lima (2002, p. 1834). Cf. LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís**: (ruas, logradouros e prédios históricos). São Paulo: Siciliano, 2002.

Ao ser conduzido "mansamente" pelo oficial, Florêncio "prorrompeu em insultos" ao militar e "*pôs-se a dar saltos* que produziram grande pânico entre o povo aglomerado dentro do templo". Diante disso, ao receber voz de prisão do delegado de polícia que também se encontrava no festejo, Florêncio prontamente desacatou a autoridade, e "*puxando a navalha começou a esgremir no espaço dando saltos por entre o povo*, que espavorido corria para todos os lados" (grifo nosso).

Para dar fim ao incidente, que marcou de forma indelével o festejo daquele ano, foi preciso que "praças do corpo de polícia e do 5º batalhão de infantaria" aparecessem para prender o "desordeiro e mais alguns outros que foram personagens da ação". [62]

A exibição pública de Florêncio em meio a um festejo que reunia e movimentava toda a cidade parece confirmar a característica apontada por Soares de que "O capoeira era figura *sui generis* do universo da criminalidade urbana [...]. Enquanto quase todos os personagens da marginalidade se preocupavam em permanecer ocultos na massa anônima, os capoeiras primavam pela notoriedade e pela fama [...]"[63]

Do mesmo modo, personagens como Florêncio, "marinheiro da canhoneira Lamego", confirmam a tese de que os marinheiros, irrefutavelmente, estiveram entre os grandes protagonistas da capoeiragem antiga, especialmente em algumas cidades negras e portuárias do Brasil – como São Luís – "dominadas por africanos e crioulos" e interconectadas pela imensidão do atlântico negro. [64]

Estes homens do mar, como afirma o historiador inglês Peter Burke, tinham "seu ritmo próprio de trabalho e lazer, com longos intervalos de tédio e frustração crescente a bordo [...] alternados com períodos curtos e violentos de diversão em terra."[65] Além da fama

62 Cf. Pacotilha (9 dez. 1881).

63 Soares (1993. op. cit. p. 102).

64 "A população negra (considerando escravos, africanos, pardos e pretos livres assim classificados) destacava-se no final do século XIX. Entre as principais cidades negras – além do Rio de Janeiro – aparecem nessa ordem: Salvador, Recife, São Luís e Porto Alegre." Cf. MOREIRA et al. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaço urbano no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006. p. 11-12.

65 BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 77.



de briguentos, em embarcações das mais diversas origens, sobre as quais singravam os mares, tripuladas em sua maioria por navegantes negros, os marinheiros levavam a bordo muito além de mercadorias e pessoas. Transportavam consigo e faziam circular variadas culturas, línguas, palavras, modos de falar, de andar, de agir, de vestir, assim como práticas corporais, etc., apropriadas e ao mesmo tempo difundidas ao redor dos diversos portos e inúmeras cidades por onde navegavam.[66]

A capoeira foi um caso típico de prática apropriada, ressignificada e difundida, dentre outros, por marinheiros em suas incontáveis viagens de porto em porto. E o caso dos tripulantes da canhoneira Lamego, como o desordeiro Florêncio, exemplifica bem isto. Este navio de Guerra da Marinha do Brasil foi construído no Rio de Janeiro em 1869, onde permaneceu certo tempo, navegando por diversos lugares em sua missão de policiar os mares e proteger o território nacional. Com este objetivo, dez anos depois veio para São Luís, onde permaneceu estacionado até 1887. [67] Neste intervalo, ainda esteve em Belém (PA) e Recife (PE), cidades, assim como o Rio, reconhecidamente de grande importância na história da capoeira antiga. [68]

Além dos oficiais, a Lamego tinha uma tripulação de cerca de 30 praças. [69] À época, diante das dificuldades de conseguir marinheiros voluntariamente, devido aos baixos salários, péssimas condições de trabalho e severos castigos a bordo, a Marinha recorria constantemente ao recrutamento forçado, geralmente de pessoas das camadas pobres e

66 A este respeito, Cf. Burke (2010, p. 73-79); LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças – marinheiros, escravos e plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**; tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

67 Cf. Diário do Maranhão (30 jul. 1879); Pacotilha (18 jul. 1887). Cf. também <http://www.naval.com.br/ngb/L/L007/L007.htm>. Acesso em: 25 abr. 2018. Sobre a Marinha no Maranhão, ver LEANDRO, Eulálio de Oliveira. A Marinha a as camadas populares no Maranhão (1822-1872). Imperatriz, MA: Ética, 2002.

68 Sobre a capoeira antiga no Rio de Janeiro, Cf. DIAS, Luiz Sérgio. **Quem tem medo da capoeira? Rio de Janeiro, 1890- 1904**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, 2001. 204 p.: il. - (Memória Carioca; v.1); SOARES, op. cit. 1993; e _____.**A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004a. Em Recife, Cf. Marques (2012); Em Belém, Cf. Leal (2008).

69 Cf. O Paíz (12 out. 1878).

negras da sociedade. Dentre os recrutados preferencialmente estavam desordeiros, valentões, moleques e capoeiras, pois como explica Pires, "a política de recrutamento tornou-se uma das formas de as autoridades afastarem das cidades uma série de indivíduos 'indesejáveis' [...]", daí a grande incidência de capoeiras entre os marinheiros. Tratava-se claramente de uma política de disciplinamento e punição.[70]

Deste modo, entre os tripulantes da Lamego certamente havia, sobretudo, negros livres e libertos.[71] Contudo, poderia haver também um ou outro branco pobre, mais raramente. Além destes, possivelmente havia escravos fugidos, pois, de acordo com Álvaro Pereira do Nascimento, muitos escravos burlavam a vigilância senhorial e se alistavam voluntariamente para conquistar a liberdade a bordo dos navios. Muitos deles, ainda com o mesmo intuito, envolviam-se em distúrbios para serem presos e incorporados compulsoriamente à Marinha. O que para a maioria dos brancos pobres e negros livres e libertos era uma punição, para os escravos era uma possível rota para a liberdade.[72]

Antes de levantarem âncora do Rio de Janeiro e rumarem em direção a São Luís, os marinheiros da Lamego deixaram sua marca registrada nas ruas da antiga capital federal. Sob o título de "Capoeiras", uma nota publicada no *Jornal do Comércio*, de 3 de dezembro de 1875, informava que

> Ontem, às 4 horas da tarde, na ocasião em que a guarda de honra se recolhia ao campo da Aclamação, *um foguista da canhoneira Lamego, que ia na frente da música numa malta de capoeiras* deu uma punhalada no pardo Alexandre Fernandes vulgarmente conhecido pela alcunha de Antonio Macaco" (grifo nosso).

70 Pires (2001, p. 32). A este respeito Cf. também NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Marinheiros em revolta**: recrutamento e disciplina na Marinha de guerra (1880-1910). 1997. [s.n.]. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1997.; Fraga Filho (1994).

71 Apesar da carência de fontes, o mais provável é que os marinheiros da Lamego fossem majoritariamente negros. Almeida (2012, p. 16) afirma que "Ainda que houvesse praças da Marinha de outras origens, brancos, mestiços de indígenas, caboclos e até mesmo estrangeiros, muitas fontes indicam a existência de um grande número de negros." A autora indica ainda várias fontes que estimam a grande maioria dos que poderiam ser classificados como "de cor" entre os marinheiros.

72 NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. "Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). In **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n72_009>. Acesso em: 13 fev. 2018.



Como esclarece Soares, "A capoeira não era usada somente contra policiais, soldados ou feitores violentos. Ela servia para acertar diferenças e marcar hierarquias dentro da própria massa escrava [...]"[73], assim como entre livres e libertos. Provavelmente o crime foi motivado por uma rixa entre maltas rivais, pois o jornal informa que a vítima também era capoeira, e que juntamente com o foguista da Lamego "*foram presos dois capoeiras da mesma malta [...] ambos imperiais marinheiros.*" (grifo nosso) O Rio fervilhava capoeira neste período, e a Marinha era um de seus redutos.

Pelo que indica claramente a nota do *Jornal do Comércio*, assim como pelo que pudemos perceber a partir dos diversos incidentes – que serão discutidos –, registrados em São Luís, quando da estadia da embarcação na cidade, havia entre os tripulantes da canhoneira Lamego diversos capoeiras.[74]

Podemos até afirmar, sem risco de exagero, que, junto com a canhoneira Lamego, veio para São Luís e atuou na cidade uma pequena malta de capoeiras do Rio de Janeiro. Entendendo malta aqui enquanto "[...] a forma associativa de resistência mais comum entre escravos e homens livres [...]"[75] que poderia ser composta, ainda segundo o autor, de três, vinte e até mesmo cem indivíduos.

Dentre os integrantes da tripulação da canhoneira Lamego, um dos pioneiros a se exibir em público e demonstrar as suas habilidades de capoeira, tornando-se de imediato conhecido na cidade foi o já referido Florêncio. Toda sua conduta, movimentos de corpo, saltos, a navalha a tiracolo para usar em caso de necessidade, assim como seu uso habilidoso, esgrimindo o "ferro" no espaço enquanto dava saltos em meio à multidão, são fortes elementos da cultura da capoeira. A acusação de capoeiragem por parte do jornal, neste caso, seria desnecessária, diante das claras evidências.

73 Soares (1993, p. 40)

74 Embora originária do Rio de Janeiro, havia a possibilidade de os marinheiros da Lamego terem origens diversas, inclusive maranhenses. João José Reis cita em seu já referido "A morte é uma festa", uma fragata – outro tipo de navio de guerra – que, dentre outros, tinha como tripulantes "dois portugueses, um crioulo pernambucano e um mulato maranhense". (REIS, 1991, p. 137)

75 Soares (1993, p. 59)

"Os longos intervalos de tédio e frustração a bordo", ao que parece, não eram a forma predileta de desperdiçar o tempo do nosso primeiro personagem, Florêncio, assim como de seus companheiros de bordo. Poucos meses depois do incidente no Largo da Conceição, Florêncio novamente havia sido "preso por ter ido, armado de uma navalha, e procurando distúrbios desafiar uma patrulha, o que não é a primeira vez que acontece [...]".[76]

Nos anos que se seguiram foram inúmeros tumultos, desordens, agressões, "desafios" e confrontos diretos envolvendo os tripulantes da canhoneira, tendo como alvo preferencial as autoridades policiais, por quem os primeiros não tinham qualquer respeito e muito menos temor. A atitude dos marinheiros da Lamego, contudo, não era nada incomum,

> Desde muito, marinheiros eram tidos como notórios arruaceiros e fator de desordem nas cidades costeiras. Acostumados a um regime de extrema violência a bordo, estavam calejados para enfrentar a truculência cotidiana da Polícia quando desembarcavam de folga. A capoeira deveria ser um instrumento eficiente para lidar com magotes policiais que circulavam pela cidade à noite.[77]

Este procedimento de desacato e confronto direto e constante às autoridades, comum também aos moleques, como visto, chamou a atenção não só dos jornais para os tripulantes da canhoneira, mas certamente da própria população.

Os tripulantes da Lamego sempre que podiam desafiavam e muitas vezes humilhavam as forças policiais. O jornal *Pacotilha* de 05 de setembro de 1883, em um longo relato discorria sobre um incidente em que um praça de bordo da canhoneira Lamego desafiara e fizera toda uma "patrulha recuar vergonhosamente", "executando dificílimas posições de capoeiragem". Neste confronto, ocorrido na rua 28 de julho, canto com a rua direita, o marinheiro capoeira desobedeceu a ordem de prisão do chefe de polícia, tomou o boné de um soldado e o devolveu "com o mais solene desprezo" no momento em que quis, jogando-o ao chão. Em seguida, "sob a vista de muitos espectadores", retirou-se, segundo o jornal, "com o

76 PUBLICADOR MARANHENSE. Jornal diário. São Luís, 2 mar. 1882.

77 Soares (2004, p. 289).

Capoeira e bumba-meu-boi

Apesar de bem poucos, existem claros indícios, como este, da presença de capoeiras entre as brincadeiras de bumba-meu-boi no Maranhão, no período desta pesquisa. Ademais, é importante destacar que em grande parte os agentes sociais destas diversas manifestações, conhecidas como batuques, eram os mesmos.

Como afirma Pires (2001, p. 218), "a cultura da capoeira estava presente nos diversos eventos sociais. Não se restringia aos próprios capoeiras. Eles influenciaram outras culturas, pois estiveram presentes nos meios religiosos e políticos, nas festas de largo, nos festejos de carnaval e nos sambas [...] Muitas vezes os capoeiras foram também sambistas e pais de santo e com certeza misturaram elementos entre essas práticas organizadas enquanto expressões culturais específicas". No caso maranhense, esta afirmação pode ser estendida também ao bumba-meu-boi.

"A história do Bumba-meu-boi [no Maranhão] na primeira metade do Século XX é caracterizada pela rivalidade entre os Bumbas [...] São recorrentes, em jornais desse período, notícias de brigas envolvendo os participantes da brincadeira [...]" (NUNES, 2011, p. 46). Apesar disso, as fontes não indicam proeminência dos capoeiras do Estado nas contendas ocorridas entre os bois rivais, como no caso paraense, onde, segundo LEAL, "Pelo menos até 1905 era inviável que um boi-bumbá particular se deslocasse de seu território sem a proteção dos capoeiras" (2008, p. 152).

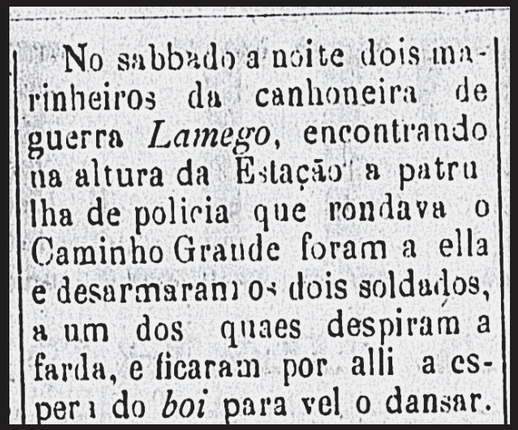

No sabbado a noite dois marinheiros da canhoneira de guerra *Lamego*, encontrando na altura da Estação a patrulha de policia que rondava o Caminho Grande foram a ella e desarmaram os dois soldados, a um dos quaes despiram a farda, e ficaram por alli a esperar do *boi* para vel o dansar.

fig. 10

Pacotilha, 25 de junho de 1883

firme propósito de adiante dar igual lição à tão heroicos soldados."

Alguns meses antes, o mesmo periódico informava, para vergonha e desmoralização das forças policiais que, no local onde se realizaria uma brincadeira de bumba-meu-boi, "No sábado a noite, dois marinheiros da canhoneira de guerra Lamego, encontrando na altura da Estação a patrulha de polícia que rondava o Caminho Grande foram a ela e desarmaram os dois soldados [...]." Se não bastasse, os marinheiros despiram um deles e continuaram "por ali a espera do boi para vê-lo dançar."

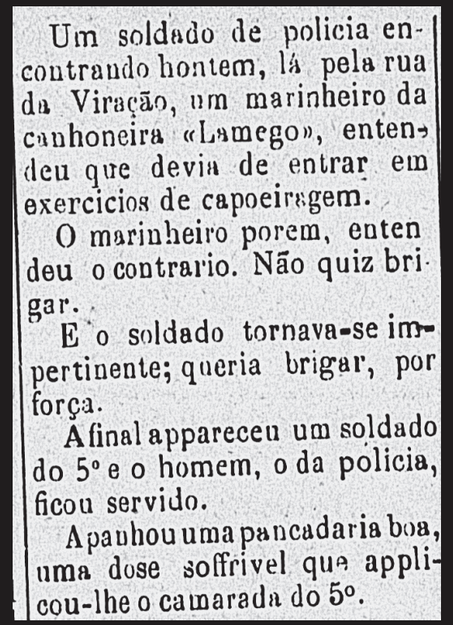
Somente após a busca de reforço – 10 praças da polícia – os marinheiros receberam voz de prisão, e, do "rolo" que daí decorreu, emergiu outro capoeira, Crescêncio Manuel da Conceição, que "pôs-se em guarda para a luta", porém foi bastante espancado, ficando "em estado deplorável". [78] Na ocasião, foram presos três marinheiros. [79] Pouco mais de um mês depois, "algumas praças da canhoneira Lamego, sobressaindo-se entre eles – Crescêncio – o turbulento, tentaram espancar uns rapazes que pacificamente se divertiam numa casa da rua da Fonte das Pedras."[80]

A rotina de brigas intermináveis com as forças policiais, em muitos casos "sob a vista de muitos espectadores", assim como a divulgação destes conflitos pelas páginas da imprensa local, construíram uma imagem dos tripulantes da canhoneira Lamego em São Luís: a de que todos eles eram capoeiras. Esta constatação, depreendemos de duas fontes principais: uma escrita, publicada à época em que atuavam os marinheiros pelas ruas da capital maranhense; e outra, um raro registro de memória oral da capoeira do século XIX em São Luís que sobreviveu atravessando séculos.

O registro escrito é uma pequena nota do jornal *Pacotilha*. Segundo o periódico "um soldado de polícia encontrando ontem, lá pela rua da Viração, um marinheiro da canhoneira "Lamego" , entendeu que devia de entrar em exercícios de capoeiragem. O marinheiro porém,

78 Pacotilha (25 jun. 1883).
79 Pacotilha (26 jun. 1883).
80 Pacotilha (5 ago. 1883).

fig. 11
Pacotilha, 15 de outubro de 1883. "Lamego" no fim do século XIX, sinônimo de capoeira


Um soldado de policia encontrando hontem, lá pela rua da Viração, um marinheiro da canhoneira «Lamego», entendeu que devia de entrar em exercicios de capoeiragem.
O marinheiro porem, entendeu o contrario. Não quiz brigar.
E o soldado tornava-se impertinente; queria brigar, por força.
Afinal appareceu um soldado do 5º e o homem, o da policia, ficou servido.
Apanhou uma pancadaria boa, uma dose soffrivel que applicou-lhe o camarada do 5º.

entendeu o contrário. Não quis brigar."[81]

Este caso nos leva a deduzir que, ou o soldado de polícia conhecia o marinheiro, como sendo capoeira, de algum conflito anterior, o que é provável, porém não podemos depreender a partir da nota; ou então, ao avistar um marinheiro da referida canhoneira, o soldado já fez a associação de que ele seria um capoeira, diante da fama/pecha que tinham, daí ter-lhe lançado o desafio. De um modo ou de outro, o indício sugere que os marinheiros da Lamego, ou alguns deles pelo menos, já eram vistos pela cidade como capoeiras.

Por outro lado, a ação do soldado, ao avistar o "lamego" e desafiá-lo usando os próprios códigos da capoeiragem, indica que havia capoeiras também dentro da polícia local, o que pode ser uma das hipóteses para se entender esta acirrada rixa entre os "lamegos" e os soldados. [82]

A outra fonte citada é um relato oral de um quase octogenário, o Dr. Alberto T. Vieira da Silva (1939), descendente de uma família "tradicional" do Maranhão. Em um depoimento sobre a capoeira no Estado, o jurista introduz o assunto afirmando que a prática

> [...] surgiu no Maranhão, como notícia remota, com a passagem de uma canhoneira da Marinha de Guerra do Brasil, chamada Lamego, que trouxe na sua tripulação vários marinheiros, e naquele tempo era tradição da Marinha ter no seu meio capoeiristas, e *eles, como todo solteiro em terra alheia, arrumaram algumas confusões, e a capoeira não ficou muito bem vista. E quando alguém gostava de capoeira era chamado de "lamego"*. Eu não era nascido nesse tempo, essa história me chegou através de mais velhos quando eu pesquisava a respeito de capoeira no Maranhão[83] (grifo nosso).

Nota-se, a partir do depoimento do magistrado, que a fama de capoeiras e de desordeiros dos "lamegos" corriam juntas, assim como a identificação feita pelos seus contemporâneos, e repassada para ele, entre ser capoeira e ser um "lamego". O termo "lamego", deste modo, teria virado, para esta geração mais velha, sinônimo de capoeiragem, usado como adjetivo para qualificar quem era ou praticava capoeira, o que ratifica mais ainda a hipótese levantada de que havia uma malta de capoeiras entre os marinheiros da canhoneira.



81 Pacotilha (15 out. 1883).

82 Conforme explica Pires (2001, p. 33), "a penetração da cultura da capoeira nas fileiras policiais e militares acabou tornando-se uma característica geral da prática cultural nas diversas cidades brasileiras [...]". A presença de capoeiras entre as força policiais e militares de São Luís segue o padrão existente em outras cidades como Rio de Janeiro, Belém e Salvador no mesmo período. Algumas denúncias confirmam esta constatação. O jornal *Pacotilha* (23 abr. 1902), por exemplo, relata o caso de um conflito envolvendo um soldado "com ares de capoeira, [que] bamboleando o corpo, salta do bando e de rifle desembainhado, vibra um golpe num de seus companheiros [...]"; Dias depois deste episódio, uma longa reclamação contra a polícia, publicada no mesmo jornal, em 29 de abril de 1902, afirma que seus agentes provocam as pessoas e, diante de qualquer reação, o cidadão "ver-se-á, então em frente de um desordeiro a desfazer-se em movimentos de capoeiragem [...]". Como ainda explica Pires (2001, p. 178), "A cultura da capoeira esteve presente de forma crucial nos conflitos entre as forças responsáveis pela manutenção da ordem pública. O espírito corporativo dos grupos, as sociabilidades desenvolvidas no interior das corporações militares, policiais e mesmo civis, como no caso dos marítimos, explica, em parte, estes confrontos de poder, de autoridade, de busca de reconhecimento e respeito". Acreditamos que a rivalidade entre os "lamegos" e os policiais deve ser analisada a partir desta perspectiva.

83 Silva (2013).

NAVEGANDO POR ENTRE CIDADES DA CAPOEIRA ANTIGA

No intervalo de tempo em que estiveram em São Luís, os "lamegos" tiveram presença constante nas páginas dos jornais. Todavia, acompanhando sua trajetória a partir dos periódicos, percebemos um clarão entre janeiro de 1884 e fins de 1885, em que não se tem notícia de qualquer atividade dos marinheiros pela capital da província. Neste período, a canhoneira foi transferida para reparos em Belém do Pará, outro reduto da capoeiragem antiga. [84]

Entre o fim do século XIX e início do XX, segundo o pesquisador Luiz Leal, a capoeira "era um fenômeno cultural amplamente disseminado na sociedade paraense". [85] Neste intervalo de quase dois anos em que estiveram em Belém, certamente os "lamegos" tiveram oportunidade de trocar experiências com a movimentada capoeiragem local.

O que reforça esta possibilidade é que, de acordo com Leal, "havia "uma grande predominância de atividades de capoeiras nas zonas portuárias (Arsenal da Marinha, Docas do Ver-o-peso, Doca do Reduto, além dos numerosos trapiches)[...]" de Belém. [86] Para termos uma ideia melhor da presença e força da capoeiragem paraense e da intensidade da participação dos homens do mar em seu meio, em um dos períodos de maior repressão à capoeiragem no Estado, alguns anos após a passagem dos "lamegos" por Belém, dentre os mais de 30 deportados para o Amapá, apontados como capoeiras/vagabundos, quase metade "tinha ocupação vinculada aos portos e embarcações". [87]

A circulação, proporcionada pelo trabalho itinerante dos marinheiros em seus navios de guerra ou mercantes, já foi apontada por outros historiadores como de grande importância para o intercâmbio entre estas muitas experiências subversivas representadas por

84 Cf. Diário do Maranhão: (17 jan. 1884).
85 Leal (2008, p. 201-202).
86 Id. (p 62).
87 Id. (p. 119).



diversas capoeiras. [88]No dizer de Linebaugh e Rediker, "O navio tornou-se senão o viveiro de rebeldes, pelo menos o ponto de encontro onde várias tradições se apinhavam [...]",[89] tradições de contestação direta da ordem estabelecida nas diversas cidades por onde os marinheiros capoeiras passavam, a partir da desobediência em guardar o silêncio noturno, ou desmoralizar um agente da lei, despindo-o em plena rua; não acatar ordens de prisão, enfrentando de igual para igual a polícia, mesmo sabendo das implicações certamente daí decorrentes.

Não somente estes atos, dentre outros, realizados comumente pelos capoeiras, como os "lamegos", eram plenamente "subversivos", mas a própria capoeira em si era uma prática subversiva que circulava a bordo dos navios. E as "autoridades não conseguiam impedir facilmente o fluxo de experiências subversivas, pois", como ainda apontam os autores, "uma cidade portuária era difícil de policiar."[90] O caso específico dos "lamegos" demonstra isso cabalmente, pois seu navio de guerra, como já apontamos, navegou por entre algumas das principais cidades onde aflorava a capoeiragem antiga no século XIX, como o Rio de Janeiro, São Luís e Recife, por exemplo.

Após sua estadia no Pará, os "lamegos" retornaram para São Luís e, em poucos meses, já voltavam a se defrontar com os mantenedores da ordem. A Secretaria de Polícia da Província do Maranhão em seu "Livro dos crimes e fatos notáveis" registrou neste período duas ocorrências relacionadas aos "lamegos". Na página 254, [91]consta que, no dia 21 de fevereiro de 1886, quatro praças da canhoneira Lamego agrediram o guarda urbano Emiliano Carneiro por ter prendido um desertor do navio. [92]O registro não traz mais detalhes, além da

88 Cf., por exemplo, Soares (2004); Pires (2001).
89 Linebaugh & Rediker, (2008, p. 163).
90 Id (p. 194)
91 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Livros de crimes e fatos notáveis da Província do Maranhão, 1881. Arquivo Público do Estado do Maranhão. (Sec. de Polícia) – 1880-1886. L.2115.
92 As condições dos marinheiros da Lamego seguiam a regra da época. Além das deserções, algumas notas denunciam a situação dos tripulantes a bordo. O Diário de Pernambuco, de 27 de dezembro de 1881, por exemplo, período em que a canhoneira se encontrava em São Luís, informava acerca do suicídio de um grumete da canhoneira motivado pelo "receio da continuação do castigo em que incorrera por crime de furto". Sobre as condições dos marinheiros, Cf. Almeida, 2012 (p.15-33).

solidariedade dos marinheiros – que podemos deduzir em relação ao desertor – e sua atuação em bando, com o espírito de malta.

Alguns meses depois, outro incidente drástico, registrado na página 285 do mesmo livro, iria ser o ponto alto das diversas contendas dos "lamegos" pela cidade. Trata-se do homicídio de um tripulante da canhoneira chamado Antônio Custódio Alves, "de cor preta", no dia 11 de julho de 1886, na rua de São Pantaleão.

O registro não traz maiores detalhes sobre o acontecido e não encontramos no Arquivo Público do Estado do Maranhão, nem no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado, o processo referente ao crime, o que nos daria certamente mais detalhes acerca da atuação dos "lamegos". Apesar de o assassinato ter sido amplamente divulgado pela imprensa local, com versões de parte dos acusados e dos investigadores, as informações são sucintas e repetitivas não proporcionando uma visão geral do *modus operandi* dos "imperiais marinheiros" no incidente.

Das diversas outras notícias, inquérito policial e relatório publicados pela imprensa, [93]em síntese podemos dizer que a confusão se iniciou em uma taverna da rua de São Pantaleão, onde os "lamegos" – "acostumados a frequentar aquele bairro" – um dia antes do assassinato, passaram para comprar cachaça e cana, acompanhados de várias mulheres.

Segundo o dono do estabelecimento, a partir de um desentendimento na taverna, eles teriam prometido voltar para ajustar contas, o que fizeram. No dia seguinte, armados de "achas de lenha" (cacetes), teria ocorrido um grande conflito entre os "lamegos" e o corpo de polícia, chamado pelo taverneiro, que resultou na morte do grumete. Os jornais informaram ainda que a causa da morte de Antônio foram pancadas na cabeça, e que ele teria falecido no dia seguinte ao incidente, no Hospital da Misericórdia.

A despeito do depoimento notadamente parcial do taverneiro, visando extrair sua responsabilidade e atribuir à vítima e a seus companheiros a culpa pelo acontecido, o inquérito não apontou os policiais como autores do crime, mas o próprio taverneiro juntamente com um

93 Cf., por exemplo, Pacotilha (13 jul. 1886; 15 jul. 1886; 23 ago. 1887); O Paíz (21 jul. 1886; 23 ago. 1887).



mandatário seu. Porém, ambos foram processados e absolvidos em um julgamento em que certamente a fama de desordeiros e capoeiras dos "lamegos" deve ter pesado bastante.

Após o assassinato do grumete, ao que parece, os "lamegos" ficaram de quarentena no navio, como sugeriu o subdelegado que fosse solicitado ao Comandante da canhoneira, para que não se reproduzisse o fato. [94]

Todavia, alguns meses depois o Jornal Pacotilha publicava mais uma queixa de alguns moradores contra os "lamegos". Tratava-se de "um grande chinfrim que florescia ontem às dez e meia da noite na rua da Calçada, [no qual] desenvolveu-se um formidável "rôlo" que terminou por pancadaria grossa e insultos a valer [...]". Segundo o periódico, seus autores foram

> cinco mulheres de vida livre, que hoje de manhã deram entrada triunfal no ameno palacete do largo dos Amores, e alguns *praças da canhoneira lamego*, que após o rôlo, retiraram-se *armados de cacete*, passando formados e de braços com as damas pela frente da guarda que antes recusara-se a contê-los. Parece que foram propositalmente afrontá-la (grifo nosso).[95]

A despeito destes inúmeros distúrbios envolvendo os "lamegos", no decorrer dos anos em que estiveram na cidade, devemos lembrar que as limitações que derivam de conhecer determinados agentes sociais, como os capoeiras da canhoneira Lamego, a partir do ponto de vista de seus antagonistas e detratores, impossibilitam uma visão mais abrangente a seu respeito, assim como sobre o seu cotidiano. A partir das denúncias dos jornais e dos demais registros sobre eles, seria fácil imaginá-los como um grupo de desordeiros que andava pela cidade unicamente a procura de distúrbios. O que decerto não é completamente verdadeiro.

Nas entrelinhas destas muitas denúncias, podemos ter uma ideia aproximada das sociabilidades destes personagens quando estavam em terra. Os "lamegos", como era comum aos trabalhadores do mar, em seus momentos de folga, buscavam lazer e diversão.

94 O Paíz (21 jul. 1886).
95 Pacotilha (22 out. 1886).

Deste modo, costumavam frequentar festas de bumba-meu-boi, tavernas, andavam geralmente acompanhados por "mulheres de vida airada", consumindo bebidas "espirituosas", comumente "quebrando o sossego público com infernal gritaria" e circulando pela parte, digamos, da boemia pobre da cidade, ponto de concentração de "chinfrins" e "batuques", ou seja, locais de divertimento.

"Escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, [...]",[96] podemos perceber – por trás de todas estas expressões depreciativas, geralmente usadas pelos jornais para se referir aos divertimentos, locais e conduta da população negra e pobre, assim como às mulheres desta parcela da população – que a vida destes personagens ia muito além de intermináveis brigas.

A vida de um marinheiro destes anos passados, além da dureza do dia a dia dos navios, das brigas em terra e da imensidão do mar, era permeada por divertimentos de porto em porto, onde acumulavam histórias e cicatrizes para mostrar, em

> bares, tavernas e casas de "bagunça" na zona portuária [onde comumente se reuniam] "para tomar aguardente, ponche e outras bebidas fortes", ficando geralmente "até duas ou três horas da manhã, [...] bebendo, cantando e jogando dados". Ali contavam histórias, às vezes exageradas, às vezes verdadeiras [...]"[97]

com frequência, em companhia de mulheres e novos amigos que faziam pelas cidades por onde passavam.

Certamente, nestes momentos de lazer, os "lamegos", muito além de provocar distúrbios, estabeleciam relações sociais das mais diversas pela cidade, que iam desde relações amorosas, com as chamadas "mulheres de vida livre", por exemplo, até relações de amizade. Como afirma Leila Algranti ao se referir à intersecção do "mundo dos homens livres pobres e dos escravos" no ambiente urbano, estes diversos tipos de trabalhadores, como marinheiros, negros ao ganho, vendedores ambulantes, etc. além de compartilharem um mesmo espaço de trabalho – as ruas e o porto –, era também "nos mesmos bares e nas mesmas praças que paravam para descansar ou se refrescar do calor estonteante", [98]ou seja, compartilhavam os mesmos espaços de lazer, e, em geral, também de moradia.

Destas diversas relações costuradas pelos "lamegos" pelas cidades por onde passavam, algumas, ao que parece, tornaram-se tão estreitas que compartilhavam com eles tanto a alegria, quanto as brigas. É o que revelam determinados incidentes em que estes marinheiros estavam acompanhados de civis, ou seja, certamente moradores da cidade com quem já haviam estabelecido relações amistosas.

O jornal *O Paíz*, de 26 de junho de 1883, por exemplo, informava a prisão de dois lamegos, Crescêncio e Romão, juntamente com o "indivíduo Manoel de Nascimento Gomes da Costa por espancarem o soldado de polícia Nonato dos Santos".

No caso do assassinato do grumete Antônio, por sua vez, o proprietário da taverna, em que pese seu exagero, afirmava que, no dia que antecedeu ao crime, no qual os "lamegos" se divertiam e compraram cachaça e cana no seu estabelecimento, ao se retirarem após a confusão "havia nunca menos de trinta pessoas entre praças da Lamego, *paisanos e mulheres*" [99] (grifo nosso).

Por outro lado, não podemos descartar por completo a possibilidade de que entre estes "paisanos", prováveis amigos, parceiros civis de divertimentos e desordens, que aparecem em alguns incidentes junto com os "lamegos", existissem também capoeiras, haja vista que além de estarem envolvidos com personagens reconhecidamente capoeiras, estavam também diretamente envolvidos em conflitos de rua junto com eles.

Além disso, é necessário destacar que os "lamegos" não foram os únicos marinheiros capoeiras que agitaram a vida social e policial da provinciana São Luís do Maranhão de fins do século XIX. Como uma importante cidade portuária, São Luís recebia



96 GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo, Companhia das Letras 2007. p. 11.

97 Lenebaugh & Rediker (2008, p. 194)

98 Algranti (1988, p. 136)

99 Pacotilha (15 jul. 1886).

inúmeras embarcações vindas das mais diversas partes do país e de fora. Em meio a estes muitos navios, pisaram em terras maranhenses diversos outros marinheiros capoeiras, como Vicente, praça da armada da canhoneira Cabedello, também originária do Rio e que estava de passagem pela cidade no ano de 1890.

Em uma noite do mês de julho, o marinheiro, que exercia o ofício de corneteiro no navio, divertia-se com outros praças da armada e algumas "bailarinas" do cortiço "Gruta do Camões", sito na rua da Saúde. Quando a festa ia alta, "uma das bailarinas correndo da parte da rua disse assustada: "Ali no canto tem dois poliça! Se não se botar eles daí pra fora tudo vai preso".

A incômoda presença da polícia nas imediações do "pagode", como demonstra o alerta da "bailarina", era um sinal de que o divertimento poderia acabar mal. Diante disso, Vicente

> encheu-se de entusiasmo, e *de navalha em punho atirou-se aos soldados numa capoeiragem valente*. O ferro de Vicente escalou a farda de um soldado, o que foi o bastante para que tanto ele como seu companheiro de ronda dessem sebo às canelas, num carreirão doido e debaixo de uma vaia formidável do mulherio do cortiço[100] (grifo nosso).

A navalha, arma que se tornaria símbolo da capoeiragem na segunda metade do século XIX,[101] em São Luís também era comumente usada por capoeiras em diversos conflitos.

Alguns anos depois, próximo ao limiar do século, Raimundo Itaqui do Norte, marinheiro de 1ª. Classe do Transporte de Guerra Carlos Gomes, era ironicamente denunciado pelo jornal Pacotilha por aterrorizar "com suas bravatas de beberrão as famílias burguesas da rua da Paz". Na ocasião, segundo o periódico, o marinheiro ainda invadira um estabelecimento comercial, e, "quando fazia exercícios de capoeiragem" na rua referida, deixara cair seu documento do bolso. A polícia, chamada pelos donos do estabelecimento, não compareceu ao local. [102]

100 Pacotilha (09 jul. 1890)
101 Soares (1993. p. 40-41)
102 Pacotilha (16 jul. 1897).



Por sua vez, há ainda a possibilidade de algum destes capoeiras terem se radicado em São Luís, haja vista que os jornais noticiaram a presença de "desertores" após a partida da canhoneira "Lamego". "Aniceto de tal", por exemplo, um deles, pouco menos de um mês após a "Lamego" deixar a cidade, "agrediu a patrulha do 5º. Batalhão que rondava a praia de Santo Antônio e com um cacete fez uma sofrível brecha na cabeça de um dos soldados."[103]

Pelo que dizem as diversas fontes apresentadas, grande parte dos marinheiros capoeiras que estiveram em atividade pelas ruas, tavernas, festejos e diversos outros pontos de São Luís nas últimas décadas do século XIX eram passageiros pela cidade. Alguns, como os "lamegos", chegaram a viver poucos anos na capital maranhense deixando, além de histórias nas páginas dos jornais, imagens gravadas na memória de muitos moradores de gerações passadas.

Outros foram bem mais breves, como o marinheiro da "Carlos Gomes". Destes, poderíamos perguntar: quantos capoeiras anônimos, por ventura, não aportaram na ilha do Maranhão, andaram pelas ruas tortuosas e enlameadas da cidade antiga, beberam nas tavernas da freguesia da Conceição, ou passaram noites se divertindo pelos "chinfrins" da Praia Grande? E quem sabe quantos destes não sacaram de sua navalha, como fez Florêncio, "esgremindo-a no espaço", ou resolveram seus problemas, surgidos em meio ao lazer, à base de cabeçadas e rabos de arraia? Vários, possivelmente. Todavia, não tiveram seus "fatos notórios" registrados nos livros de crimes da polícia ou nas queixas maledicentes dos jornais do dia seguinte. O mundo real é bem maior que a pequena amostra seletivamente registrada para virar notícia.

Dos poucos, que deixaram para a posteridade tortuosos rastros de sua existência, alguns ficaram pelo caminho, viravam histórias tristes, guardadas na memória, se não de muitos, pelo menos de seus companheiros de mar e guerra, histórias contadas quiçá em outros paradeiros, como a do pobre Antônio Alves, que teve em São Luís seu derradeiro porto.

103 Pacotilha (17 jul.1887).

Pouco menos de um ano após a sua morte, o jornal *Pacotilha*, em uma minúscula nota informava, quase que declaradamente em tom de alívio: "Agora a tarde seguirá para Pernambuco [outro reduto da capoeiragem antiga] a canhoneira Lamego que há muito achava-se estacionada no porto desta cidade" [104]

104 Pacotilha (18 jun. 1887).

Tury-Assú, os "lamegos" e a proibição da capoeira no interior da Província do Maranhão

Uma curiosa lei de Tury-Assú, cidade localizada no noroeste do Maranhão, interior da Província, reproduzida no jornal Publicador Maranhense de 2 de agosto de 1884 – a lei 1341, de 17 de maio, – determinava em seu artigo 42 que: "É proibido o brinquedo denominado ou jogo capoeira ou carioca", sob pena de multa de 5 mil réis, e em caso de reincidência o dobro e mais quatro dias de prisão. Trata-se de uma das raras evidências de capoeiragem na província fora do centro urbano de São Luís.

Segundo o censo de 1872, Tury-Assú tinha uma população de 6.787 habitantes, tendo uma esmagadora maioria de pretos e pardos, 4.989, dentre os quais 1.480 eram escravizados. A forte presença negra na cidade se deve a utilização de mão de obra escravizada nas plantações de arroz e algodão de Tury-Assú, que abastecia em grande parte o mercado de São Luís. Além disso, a cidade ficava em uma agitada área de fronteira entre as Províncias do Pará e Maranhão, e era uma região onde havia "dezenas de quilombos, muitos dos quais com centenas de habitantes [...]" , em permanente guerra com fazendeiros locais, além de constantes conflitos entre fazendeiros e indígenas, ou seja, tratava-se de um importante foco de resistência negra e indígena.

A edição de uma lei proibindo a capoeiragem – que seria mais lenha nesta fogueira – além de indicar a presença inconteste de capoeiras na cidade, certamente tem a ver com este estado de agitação social e com o ambiente conturbado produzido pela resistência negro indígena na região. Deste modo, existe a possibilidade de esta lei ter sido uma medida preventiva. Contudo, longe de tentar explicar as origens ou a dimensão da capoeira em Tury-Assú, o que requer uma pesquisa específica, pretendemos apenas levantar algumas questões iniciais para se compreender a existência de tal lei na cidade.

Tury-Assú era um centro urbano, importante cidade portuária e rota de navegação e comércio, localizada entre Belém do Pará e São Luís, duas cidades, como visto, onde a capoeiragem antiga estava em plena atividade no período. Como afirma Sueny de Souza, Tury-Assú "era um ponto estratégico de comunicação entre Pará, Maranhão e o resto do Brasil. De lá navegava-se constantemente para São Luís. E, de São Luís a navegação para o restante do Brasil era tida como menos penosa e por isso mais realizada por cabotagem." Deste modo, a circulação de pessoas das duas Províncias, de outras partes do Brasil, e em particular de marinheiros, por Tury-Assú era comum e frequente, o que é comprovado, por exemplo, pela presença de desertores tanto do Maranhão como do Pará na cidade, como aponta ainda Sueny de Souza. Além disso, é importante lembrar que exatamente neste período, a canhoneira Lamego e seus capoeiras transitavam entre as duas Províncias, tendo como rota de passagem obrigatória a cidade de Tury-Assú.



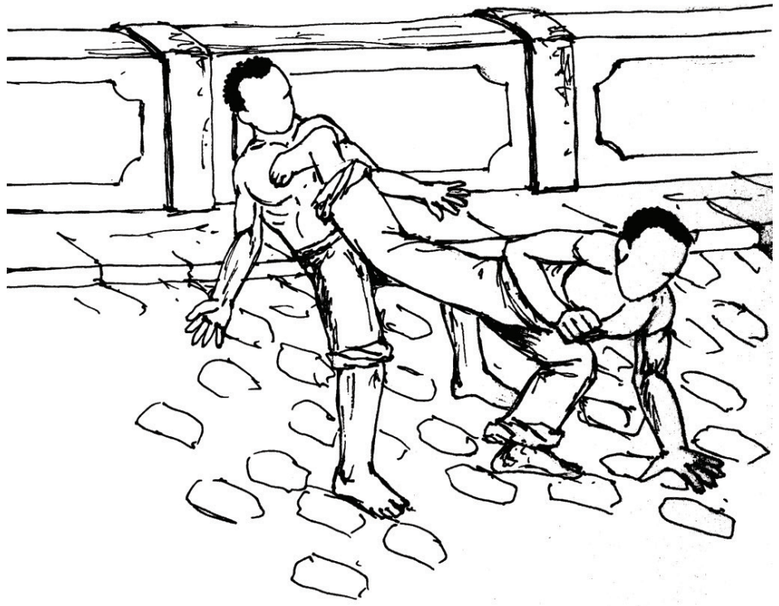
fig.12 Canhoneira Lamego. Foto Marc ferraz
http://www.naval.com.br/ngb/L/L007-f01.htm/

Resta observar ainda que a Lamego patrulhava a costa maranhense, podendo ter estacionado na cidade em diversos momentos. Deste modo, talvez não seja mera coincidência o fato de que o ano da edição do artigo proibindo a "capoeira ou carioca" na cidade, 1884, tenha sido o mesmo ano em que a canhoneira Lamego se deslocou para o Pará, a fim de fazer reparos, certamente com passagem por Tury-Assú. No ano de 1879, por exemplo, a canhoneira esteve pelo menos uma vez mais no Pará. Deste modo, contando apenas estas duas viagens comprovadas à vizinha Província do norte, entre idas e vindas, a canhoneira Lamego possivelmente esteve pelo menos quatro vezes em Tury-Assú, o que abre a clara possibilidade de os "lamegos" terem atuado na cidade, e estarem diretamente relacionados à edição da lei que proibia a capoeira ou "carioca".

A lei é citada também pelo Atlas do Esporte no Brasil. Rio de janeiro: CONFEF, 2006. Da Costa, Lamartine (Org.), 3-2.6, porém, sem qualquer contextualização ou análise. Nota-se, por outro lado, a partir do texto da lei, que a capoeira no Pará era nominada de "carioca", o que, a primeira vista, é uma clara referência a presença de capoeiras do Rio de Janeiro naquela Província. Cf., também. LEAL. Op. Cit., 2008, p. 175.)
Cf. GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos – uma história do campesinato negro no Brasil. 1 ed. – São Paulo: Claroenigma, 2015.)
SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. Um rio e suas gentes: ocupação e conflitos nas margens do rio Turiaçu na fronteira entre Pará e Maranhão (1790-1824). 2012. 119f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
Cf. Monitor Campista (RJ), 8 jul. 1879; O Apóstolo (RJ), 6 jul. 1879.)

3.

PRESA "POR CAPOEIRAGEM"



Nas memórias relacionadas à capoeira baiana, são famosas, dentre outras, mulheres como "Maria Doze Homens, que numa briga da Saúde até o antigo Cinema Olímpia, bateu em doze marmanjos", ou "Maria Palmeirão, 1,90 de altura, mulher de dar e receber navalhada, seca como o diabo que lutava como homem", como contava o Mestre Canjiquinha.[105] Mulheres que romperam com as convenções sociais e com o lugar imposto ao então chamado "belo sexo" pela sociedade patriarcal brasileira.

Dentre estas mulheres – negras, diga-se – das camadas populares que abandonavam o espaço do lar, e ganhavam as ruas para garantir a sua sobrevivência, muitas vezes enfrentando os problemas do cotidiano com o uso da violência, como faziam os homens, certamente figuravam diversas capoeiras.[106] Contudo, se a história da capoeira, até os dias de hoje, tem profundas lacunas, a participação feminina neste processo traz deficiências ainda maiores.[107] Como afirmam Josivaldo de Oliveira e Luiz Leal, ao se referirem à capoeira baiana nas primeiras décadas do século XX,

> A prática da capoeira [...] remete à valentia e a habilidades corporais nas contendas entre indivíduos, [...] Trata-se de uma prática diretamente associada ao homem por comportar elementos constitutivos da masculinidade, a exemplo do biotipo e das ações de violência física. *Porém, alguns registros existem sobre a presença de mulheres neste universo* [...][108] (grifo nosso).

105 ABREU, Frederico José de; CASTRO, Maurício Barros de (Org.). **Encontros – Capoeira**. Fotografia de Eduardo Monteiro/ fotonauta. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. p. 43.

106 OLIVEIRA, Josivaldo Pires; LEAL, Luis Augusto P. **Capoeira, identidade e gênero. Ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 134.

107 Esta carência de estudos não se restringe à capoeira. Como destacam Marcelo Paixão e Flávio Gomes, "ainda são poucos os estudos no Brasil que tratem das sociabilidades e do cotidiano de escravas, libertas, africanas e crioulas" (PAIXÃO; GOMES, 2008, p. 950). Neste capítulo, por sua vez, não pretendemos adentrar em uma discussão de gênero e capoeira, mas apenas apontar indícios da participação feminina na capoeiragem do Maranhão.

108 Oliveira; Leal (2009, p. 64)

Frederico de Abreu, ao tratar da presença de mulheres em meio à capoeiragem, afirma que, nas suas gravuras, o pintor alemão Johan Moritz Rugendas

> escancarou as evidências da presença delas nos locais e ambientes das rodas. [...] Nos jornais da época, muitas vezes, figuravam responsabilizadas por muitas das cotidianas "desordens" que grassavam nas cidades. [...] Mulheres que em atos de defesa pessoal usaram de gestos e golpes de lutas de homens – a capoeira – com os quais poderiam ter intimidade.[109]

109 Abreu, (2005. p. 156) .



fig. 13 Johann Moritz Rugendas. Jogar Capoëra ou danse de la Guerre. Note-se, como indicado por Abreu, a presença feminina em meio à capoeiragem. Litografia, 1835. Fonte: BN



Em São Luís, os indícios que apontam para a participação feminina em meio à capoeiragem também estão relacionados ao uso da violência em situações do dia a dia. Este, ao que parece, foi o caso de Margarida, uma "cabocla reforçada, de pulsos rijos e gênio zangado", companheira de certo falastrão chamado Martiniano Santos, conhecido por apregoar "o seu incomensurável valor na *capoeira*, no *rabo de arraia*, etc. (grifo no original). No bairro da Camboa, ele era tido e havido como o campeão e, por isso, temido e respeitado ao extremo." Contudo, a fama de Martiniano "caiu por terra" quando Margarida "zangou-se com o companheiro, e avançou-lhe na proa, que logo ficou avariada. [...] Passado o primeiro susto", Martiniano ainda a agrediu, mas foi posto para correr pelos vizinhos.

Com a repercussão negativa do ocorrido, e preocupado com a sua reputação – não de agressor da mulher, mas de valentão –, no dia seguinte ele procurou *O Jornal* "mostrando o nariz arroxeado" para explicar que aquilo não fora um murro de Margarida, mas uma queda, "no momento em que ia mostrar à companheira que com *home* não se brinca!"[110]

Não podemos afirmar categoricamente, a partir desta curta narrativa, que Margarida era uma mulher capoeira. Todavia, não resta dúvida que de seu convívio com um capoeira, certamente esta prática tornou-se também parte de sua vida atribulada. Das diversas brigas em que Martiniano provavelmente se envolveu no bairro da Camboa – note-se que se tratava de um capoeira "temido e respeitado ao extremo" –, das estórias surgidas a partir destes diversos confrontos, contadas talvez em detalhes; da própria observação cotidiana do companheiro ou mesmo da observação de sua atuação em lutas pelas ruas da cidade, podem ter surgido aprendizados, quiçá postos em prática, quando ela teve que se defrontar com ele próprio, nocauteando-o.

Conjecturas à parte, como afirmam Oliveira e Leal,

> Estas mulheres [como Margarida] eram, geralmente, pobres que conviviam com outros indivíduos também marginalizados: os capoeiras. A relação entre elas e os capoeira não eram bem vistas pela imprensa pois sua forma de viver e de se comportar não era adequada ao que propunha o modelo feminino pregado pelos articulistas.[111]

110 O Jornal: jornal diário. São Luís,12 jul. 1918.
111 Oliveira; Leal (2009, p. 55).

Daí se compreende facilmente o termo utilizado para se referir ao tipo de relação conjugal que tinha Margarida com Martiniano, a pejorativa expressão "amasiado", quer dizer, amancebado, referente à concubina, amante, mulher não casada.

Josivaldo de Oliveira e Luis Leal ainda fazem uma observação importante para compreender esta relação entre gêneros e se cogitar, assumindo o risco do erro, a possibilidade de ser, a própria Margarida, uma mulher capoeira, pois, segundo eles,

> a convivência com os capoeiras poderia representar para elas a própria aprendizagem das habilidades com o corpo e a utilização de instrumentos de capoeiragem. Era desse modo que se formava a mulher capoeira, especialmente no uso que fazia do próprio corpo.[112]

De modo semelhante ao caso de Margarida, no levantamento que fizemos para esta pesquisa nos jornais, identificamos muitos incidentes de violência envolvendo mulheres. Algumas eram desordeiras conhecidas, apesar de não serem identificadas como capoeiras. Outras se envolveram em brigas utilizando os métodos da capoeiragem, como se percebe no caso de duas denunciadas pelo jornal *Pacotilha* que se engalfinhavam na Praça da Alegria, no momento em que um guarda chegou e lhes deu ordem de prisão. Segundo o jornal, "uma delas que não estava pelos autos, dirigiu uns insultos ao guarda, *passou-lhe uma rasteira, atirando-o ao chão e enchendo-o de grossas bofetadas*" [113] (grifo nosso).

Os indícios da cultura da capoeiragem encontrados em São Luís, como estes, apontados pelos jornais no período estudado, ratificam o que Oliveira e Leal afirmam ao se referirem à participação feminina no mundo da capoeira na parte ao norte do Brasil. Segundo estes autores,

> a princípio, aos olhos da atualidade, pode parecer insólita a associação da mulher à capoeira em pleno século XIX e em uma região pouco conhecida em relação à história da capoeira.

112 Id. (2009, p. 56)
113 Pacotilha (11 set. 1911).





fig. 14 Mulher capoeira.
Il. Herbet Reis

> Contudo, é no norte do Brasil que as evidências mais antigas sobre a participação da mulher na arte-luta são mais conhecidas até o momento. [114]

Ademais, percebemos no caso maranhense que a área de atuação destas mulheres era também o centro comercial e região portuária, pois, como afirma a historiadora Maria da Glória Correia,

> [...] o trabalho era a condição de vida de um amplo universo de mulheres, cuja presença no chão da cidade é marcada pelo seu labutar, costurando, cozinhando, engomando, lavando roupa "em casa de branco", ou nas fontes e poços da cidade; vendendo doces e comida pronta, frutas, legumes e verduras pelas ruas; andando apressadas ou correndo para as fábricas em que trabalhavam ou ocupadas em outros misteres, como expressam os mais diferentes registros sobre o cotidiano da cidade [...].[115]

Não por coincidência, nesta área emergiram algumas capoeiras como revela

114 Oliveira; Leal (2009, p. 67).
115 CORREIA, Maria da Glória Guimarães. Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: Edufma, 2006, p. 33.

uma outra denúncia a respeito de "duas tipas [que "exibiam-se"] às 9 horas da manha, em plena rua do Trapiche, em frente à Rampa Campos Melo [...]. Após suculentos tiroteios de palavrões nus e descabelados e insufladas por não pequeno número de espectadores [...] *as duas lançaram-se uma a outra com trejeitos de capoeiras eméritas*[116] (grifo nosso).

Além do inconfundível "jogo de corpo" percebido e denunciado pelo periódico, o local em que as duas mulheres se digladiavam, a rampa Campos Melo, era conhecido reduto de capoeiras. E a presença feminina neste trecho da cidade, em meio aos denunciados desordeiros, valentões e capoeiras, era notável, pois assim como os homens, estas "[...] mulheres habilidosas e maliciosas, prontas para enfrentar o perigo do turbulento mundo das ruas[...]" disputavam,[117] muitas vezes "aos pontapés", fregueses, espaços de venda, a própria sobrevivência, para conseguir ao final do dia garantir o seu sustento, de sua família, ou o "jornal" pago ao seu senhor, no período da escravidão, neste último caso.

"As ruas eram espaços hostis, considerados perigosos, lugar de violência, do crime. Era um espaço privilegiado dos homens, todavia as mulheres também os ocupavam com as suas atividades produtivas [...]"[118]. Consoante ao que afirmam os autores, outra nota publicada pelo jornal *Pacotilha*, nos dá uma impressão visual do ambiente ruidoso e tumultuado da Praia Grande, habitado por pessoas que diariamente jogavam dados e cartas – certamente em horários de folga entre a chegada de uma embarcação e outra – com as suas algazarras, muitas vezes descambando em distúrbios permeados de "bofetadas", "pauladas" e "canivetadas", além da presença de conhecidos "desordeiros" que frequentavam o local, alguns citados nominalmente, como Benedicto Zarolho, Hygino Testa, Theodoro Surdo, Relâmpago, Caboclinho Athanázio e Horácio. O jornal pedia ainda para dispersar também "as várias negrinhas que no mesmo lugar se juntam para vender frutas, pois concorrem bastante para esse abominável adjunto".[119]

As lacunas no que se refere à relação das mulheres com a capoeiragem no período

116 Pacotilha (10 jun. 1887).
117 Abreu (2005, p. 46).
118 Oliveira; Leal (2009, p. 118).
119 Pacotilha (19 jul. 1890).



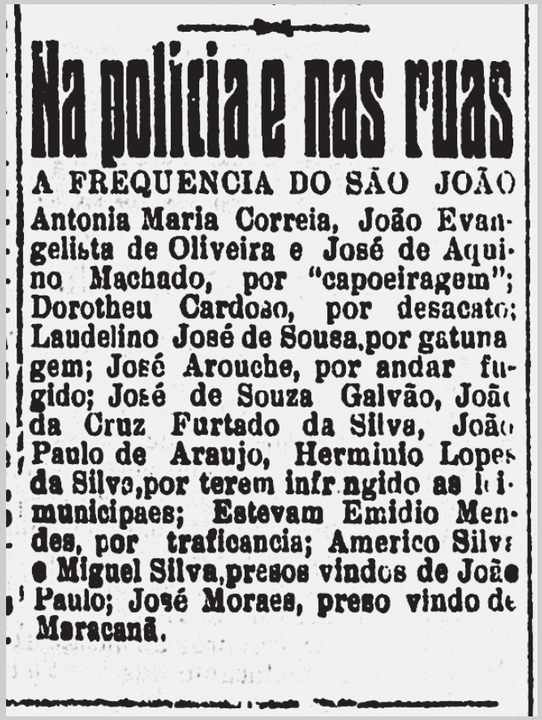
são muito grandes, apesar de, inegavelmente, existirem diversos registros de sua presença. Na segunda metade da década de 1920, por exemplo, período em que ocorre um direcionamento repressivo contra a capoeira por parte do Estado no Maranhão, como discutiremos no próximo capítulo, um dos casos que salta aos olhos é a prisão de diversas pessoas pelo crime de capoeiragem, dentre elas a de uma mulher: Antônia Maria Correia.

Lamentavelmente no jornal que publicou o incidente – assim como nos números de dias anteriores e posteriores a ele – não há informação maior a seu respeito. Não sabemos, portanto, quem era ela, onde morava, qual sua idade, em que circunstância foi presa, com quem aprendera a capoeiragem. Assim como sobre os outros dois companheiros de prisão e de crime, João Evangelista de Oliveira e José de Aquino Machado.

Do mesmo modo, não encontramos os seus rastros no que restou dos documentos policias e judiciais no Arquivo Público do Estado, nem no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, que poderiam guardar algum inquérito policial ou processo contra os presos. O que pode indicar, por outro lado, que tenha se tratado apenas de uma detenção temporária, na qual os envolvidos eram postos em liberdade nos dias seguintes.

Na década de 1930, ainda encontramos algumas raras notas denunciando a presença de mulheres entre os capoeiras que restavam em São Luís. Em dois anos seguidos, *O Imparcial* denunciava duas mulheres, a primeira, Joana Francisca de Araújo, segundo o periódico "uma eva metida a bamba" que "espalhou-se, ontem na rua Henriques Leal, botando muita gente boa para correr." Além da valentia e do ato de "espalhar-se" característico da cultura da capoeiragem, outro indício de que se tratava de uma capoeira é a referência a Joana enquanto "bamba". De acordo com Dias, o "bamba" era o remanescente da capoeiragem no Rio de Janeiro do início do século, ou como sintetiza Pires, era o termo pelo qual "eram conhecidos os capoeiras que trabalharam como capadócios [capangas] na Primeira República".[120]

120 Dias (2001), traça uma caracterização pormenorizada dos bambas. PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937). 1996. [s.n.]. Dissertação (Mestrado em: História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas,



Na policia e nas ruas

A FREQUENCIA DO SÃO JOÃO

Antonia Maria Correia, João Evangelista de Oliveira e José de Aquino Machado, por "capoeiragem"; Dorotheu Cardoso, por desacato; Laudelino José de Sousa,por gatunagem; José Arouche, por andar fugido; José de Souza Galvão, João da Cruz Furtado da Silva, João Paulo de Araujo, Herminio Lopes da Silva,por terem infringido as leis municipaes; Estevam Emidio Mendes, por traficancia; Americo Silva e Miguel Silva,presos vindos de João Paulo; José Moraes, preso vindo de Maracanã.

fig. 15
Pacotilha, 26 de maio de 1928. Dentre os presos "por capoeiragem", na primeira linha: "Antonia Maria Correia".



Ademais, a nota afirmava, em tom de sarcasmo, que "não estamos na Bahia", possivelmente mais uma alusão à capoeira. Esta hipótese se fortalece quando, no ano seguinte, ao se referir a uma "muito conhecida da polícia como desordeira a compradora de barulho, a mulher Josepha da Conceição, residente à praia da Madre Deus" – outro reduto da capoeiragem, como também veremos –, o jornal intitula a nota denúncia de "bahianadas".[121] Josepha, segundo o periódico, teria entrado no Hospital dos Lázaros para espancar uma pessoa.

A brevidade das fontes, mais uma vez, além de impossibilitar um dimensionamento da presença feminina em meio à capoeira do período, impede que tracemos uma caracterização mais precisa destas mulheres capoeiras, em termos etários, de ocupação, de sua localização na geografia da cidade, assim como a respeito da própria prática da capoeira em si por parte delas.

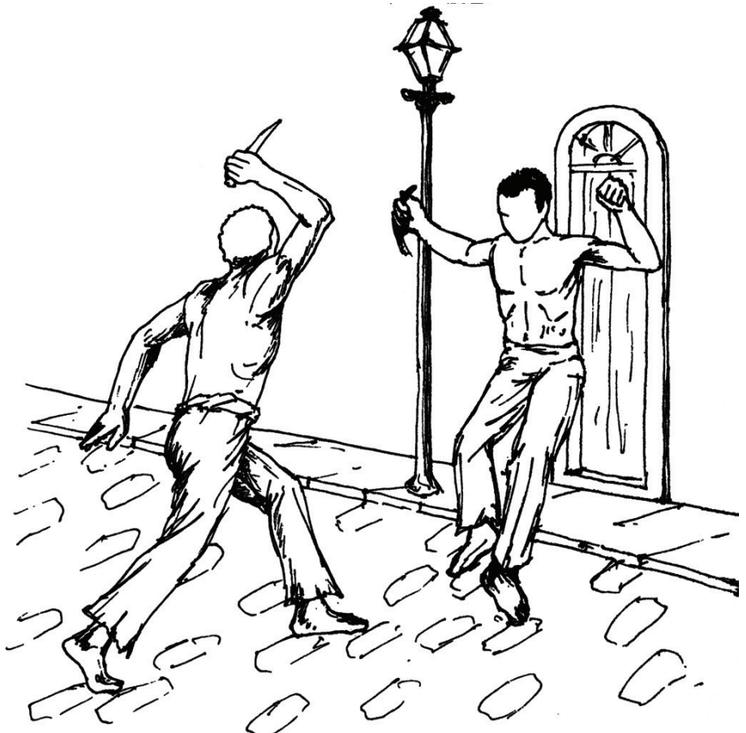
A partir dos pequenos indícios encontrados, constatamos que, de modo semelhante ao ocorrido em Belém do Pará, onde se tem pesquisas mais relevantes acerca da participação feminina na capoeira, em São Luís, as mulheres capoeiras compunham os segmentos pobres da sociedade, frequentavam as áreas de grande movimentação, como a Praia Grande, e imediações, o que pode indicar que se tratava de mulheres trabalhadoras, e eram malvistas por uma sociedade que tinha modelo de lugar social para as mulheres, o lar, assim como um padrão de comportamento recatado e submisso.

Campinas, 1996. p. 128.

121 O Imparcial (10 mar. 1933).

4.

DOS REDUTOS DE CAPOEIRAGEM PARA A TINTA DOS LITERATOS



No fim do mês de julho de 1899, estreava nos palcos dos teatros "Provisório, ao Largo da Estação" e "São Luíz", hoje Artur Azevedo, a peça "espetaculosa" intitulada "Os milagres de São José de Riba-mar". Seu autor era o funcionário da Alfândega e "festejado comediógrafo" maranhense Américo Azevedo. De sobrenome conhecido no país, Américo era o irmão caçula dos renomados escritores Artur e Aluízio Azevedo, a esta época já radicados no Rio de Janeiro.

A peça era uma "comédia de costumes, em 3 actos e 4 quadros" ambientada em São Luís e São José de Ribamar, hoje cidade vizinha à primeira. O enredo gira em torno de um casal: Romão, um homem bruto que espanca constantemente sua mulher, Maria, uma deficiente física, que o sustenta com o dinheiro de esmolas. Entre os personagens de destaque, segundo o *Diário do Maranhão* de 24 de julho de 1889, encontrava-se ainda certo "Manesinho", desempenhado pelo ator J. Braga.

O que nos despertou um interesse especial por esta peça foi o fato de "Manesinho", um dos personagens principais da trama, ser um capoeira carioca radicado em São Luís, além das implicações que decorrem disto. A primeira delas é que a comédia tem claras e diversas referências à capoeira, como, por exemplo, quando "Manesinho" afirma que "não há filho do Rio que não entenda um pouco de capoeiragem". Ou ainda quando declara literalmente: "Ah! Eu cá sou carioca da gema e capoeira que entende do ofício. Duvido que haja alguém que eu não estire no chão com uma rasteira. Sujeito a quem eu passar a perna, esse pode jurar que fica de papo para o ar".[122] Américo de Azevedo, pelo que se depreende, estava a par da capoeiragem que se desenvolvia na capital federal ou pelo menos do imaginário que existia em torno dela, bem como possivelmente das aparições de capoeiras do Rio entre os maranhenses, como os marinheiros da Lamego.

122 AZEVEDO, Américo. **Os milagres de S. José de Riba-Mar**: comedia de costumes em 3 actos e 4 quadros. Maranhão: Typ. da Alfaiataria Teixeira, 1889, p. 24. [A peça completa pode ser acessada em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5325>. Acessado em 09 mai. 2016].

Além destas referências, "Manesinho", em vários outros momentos, menciona movimentos típicos de capoeira como cabeçadas, rasteiras e pontapés. Entretanto, o ápice da participação da capoeiragem na peça do ilustre maranhense ocorre quando na cena VI, "Manesinho", ao narrar sua própria ação, "faz uns passos de capoeiragem, atirando sem querer o soldado ao chão".[123]

Em um momento em que esta atividade era duramente reprimida, a peça de Américo Azevedo curiosamente foi uma das pioneiras a levar a capoeira aos palcos. E é importante destacar, ainda, que, mesmo em meio a uma conjuntura adversa para a prática e em meio a um público certamente nada simpático a ela, o capoeira "Manesinho" não desempenhava papel de vilão da estória, assim como a capoeiragem não era apresentada de maneira depreciativa no espetáculo, mas louvada, por seu personagem, como uma luta eficiente.

Entre os anos de 1889 e 1900 a peça circulou em São Luís, nos teatros referidos, com ampla divulgação na imprensa e grande aceitação de público.[124] Além de São Luís, onde teve mais de doze representações, "Os milagres de São José de Riba-mar" foi apresentada em Recife, no Teatro Santa Isabel.[125] Os jornais informam ainda que após a morte precoce e inesperada de Américo Azevedo, aos 40 anos, em 1900, a peça foi encenada novamente no Teatro São Luís.

Américo Azevedo, ainda que sem intenções, proporcionou a exibição pública, autorizada e honrosa da capoeira pela primeira vez em São Luís, como forma de espetáculo, em um espaço de lazer privilegiado – o teatro – e frequentado por muitas das "pessoas de bem", que no dia a dia clamavam pelas páginas dos jornais pelo extermínio da prática.

Apesar deste pequeno desvio de percurso, o lugar da capoeira por muitas décadas continuou sendo as ruas e as páginas policiais. Todavia, a literatura maranhense de fins do século XIX até meados do XX foi, até certo ponto, generosa em deixar pequenos rastros e sinais da

123 Id. (1889, p. 14).
124 Cf., por exemplo, Jornal Pacotilha (24 jul. 1889; 19 mai. 1889; 03 out. 1889; 25 nov. 1889).
125 Cf. Jornal Pacotilha (20 nov. 1900).





THEATRO PROVISORIO

Ultima representação

8--Domingo--8

Os Milagres de S. José de Riba-Mar

1.ª ás 4 horas—2.ª ás 8 da noite em beneficio da

Santa Causa d'Aguas á Riba-Mar

Uma orchestra composta de 9 figuras e um bom piano fará as delicias dos apreciadores.

Attenção !

O compositor—IGNACIO CUNHA

de accordo com o auctor o sr.

Americo Azevedo,

fig 16
Capoeira no Teatro. Anúncio da peça de AméricoAzevedo. Dentre os protagonistas o capoeira "Manesinho". *Pacotilha*, 4 de outubro de 1899.

presença da capoeiragem e de capoeiras por São Luís. Estas obras, claro, não tratavam da capoeira como tema específico, mas seus autores, em meio aos enredos e tramas que construíram, vez ou outra, em uma linha, que seja, apontaram, despretensiosamente, diversos indícios de que uma capoeira local lhes era conhecida.

Um dos mais antigos rastros que acusam uma possível presença da capoeiragem na capital maranhense, que não aprofundaremos, pois extrapola o arco temporal desta pesquisa, é apontado por Dunshee de Abranches em seu livro de memórias "O Cativeiro". Ao relembrar as cartas de sua avó materna, dona Martinha, ao seu consorte, Garcia de Abranches, o literato maranhense, no curto capítulo intitulado "os escravos e a independência" – em que discorre sobre o tumultuado processo de adesão do Maranhão à independência do Brasil –, afirma, pelas palavras de sua avó, o seguinte:

> Os negros africanos e seus descendentes tornaram-se assim os instrumentos mais preciosos para os que lutavam pela separação da metrópole. *Tomaram parte principal nos lustros, isto é, nas surras que, durante a noite, sofriam os lusos quando se recolhiam a seus lares.* E finalmente acabaram formando o grosso das forças libertadoras que chegaram a acercar São Luís e privá-la de alimentos nas vésperas da chegada de Lord Cochrane à Baía de São Marcos. [126] (grifo nosso).

Tal referência aos "lustros" contra os portugueses se torna um indício da atuação dos capoeiras neste processo quando relacionamos esta passagem de Abranches com um trecho do livro História do Comércio do Maranhão, de Jerônimo de Viveiros, em que, após traçar o perfil do colono português e de suas tavernas "imundas", este autor afirma, também ao se referir ao episódio da independência:

> Nesta atitude conservou-se o português, aqui domiciliado, até a emancipação política da colônia, quando a teimosia agressiva das Cortes de Lisboa deu lugar a que os motejos se transformassem em insultos *e destes se passasse à pancadaria. Então, a Praia Grande recebeu de vara-pau as visitas dos rabos-de-arraia do bairro do Desterro.* Mas não esmiuçemos essas exibições de força bruta. [127]

A referência ao mesmo episódio da luta de independência contra os portugueses, protagonizado amplamente por "africanos e seus descendentes" e marcado por surras a base de "rabos de arraia", aplicadas por gente do Desterro – um dos redutos da capoeiragem, até meados dos anos 1930, como veremos – é claro indício da participação de capoeiras neste processo, assim como de sua presença em São Luís desde este período, pelo menos.

Outro literato já citado, cujas lembranças da capoeiragem, que conheceu na juventude, deixaram-lhe marcas, foi o velho Nascimento Moraes. Tais marcas, por sua vez, foram certamente um gatilho para o autor, em sua principal obra literária – "Vencidos e degenerados" –, publicada em 1915, destacar a presença notória da capoeira na cidade de São Luís. [128]

Em uma conhecida passagem do romance, lemos que

> No adro de São Pantaleão, em dias de festa, não se encontram à ufa leões da moda, os princípios da elegância e do bom tom. O bairro pode-se dizer que é da pobreza, e por isso ela é quem se diverte nesses dias, mal vestida, em geral, modesta e simples, mas arruaceira, armada de grossos cacetes [...] e por – dá cá aquela palha – o pau é trunfo e há pancadaria de criar bicho. *A polícia não é bem vista por lá, a cabroeira dos outros bairros também não é bem recebida, e assim quando menos se espera, por causa de uma raparigota qualquer, que se faceira e requebra com indivíduo estranho ali, o rolo fecha, a capoeiragem se desenfreia e quem puder que se salve* [...][129] (grifo nosso)



126 ABRANCHES, Dunshee de. O cativeiro. São Luís: Alumar, 1992. p. 47-8. Mathias Assunção corrobora esta assertiva ao afirmar que "No Maranhão também houve intensa mobilização popular em prol da independência, envolvendo homens livres e escravos; brancos, caboclos, pardos e negros." Ainda segundo este autor, os lustros eram "ações violentas das tropas e da população de cor contra portugueses abastados" (ASSUNÇÃO, 2005, p. 346; 352). Cf. ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. "Miguel Bruce e os "horrores da anarquia" no Maranhão, 1822-1827". In: JANCSÓ István (Org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

127 VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. p. 153.

128 As referências à capoeira feitas por Nascimento Moraes na obra destacada foram citadas pioneiramente por SOUSA, Augusto Cássio Viana de Soares. **A capoeira em São Luís**: dinâmica e expansão no século XX dos anos 60 aos dias atuais. 2002. 72 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2002; e MARTINS, Nelson Brito. **Uma análise das contribuições de Mestre Sapo para a capoeira em São Luís**, 2005. 58 f. Monografia (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

129 MORAES, Nascimento. **Vencidos e degenerados**. São Luís: Centro cultural Nascimento Moraes, 2000. p. 95.

Ao descrever um de seus personagens, o capoeira e capanga Domingos Aranha, Nascimento Moraes, ao estilo de Luís Edmundo [130]ou Adolfo Melo Moraes Filho,[131] escrevia:

> Ninguém melhor do que ele vibrava a cabeçada, passava a rasteira. Armado de um "lenço" roliço e pesado, espalhava-se com destreza irresistível, como se as suas juntas fossem molas de aço. Força não tinha, mas sabia fugir-se numa escorregadela dos pulsos rijos que avidamente o tentassem segurar no rolo. Torcia-se e retorcia-se, pulava, avançava num salto, recuava ligeiro noutro, dava de braço e pés para a direita e para a esquerda, aparando no "lenço" as pauladas da cabroeira, que o tinha à conta dos curados por feiticeiros de todos os males.[132]

O romance-denúncia de Moraes, ao mesmo tempo em que transportava uma capoeiragem deveras existente no mundo real para o imaginário, tecia duras críticas às desigualdades sociais, políticas e raciais da época. Trata-se de uma obra que, para o próprio autor, não era mera ficção, mas representava "um estudo da sociedade maranhense". [133]

Parafraseando Ginzburg, ao se referir ao escritor francês Stendhal e a outros "romancistas do início do século XIX", Nascimento Moraes, claramente em seu "romance-crônica", "por meio de um relato baseado em personagens e acontecimentos inventados [...] procurava alcançar uma verdade histórica mais profunda."[134] As críticas contundentes do literato, perpetradas por seus personagens, denunciavam problemas que lhe eram caros, como por exemplo, a falta de condições dignas de vida para a população de cor após o fim do cativeiro, assim como a decepção com a República instituída há poucos anos.[135]

130 EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-reis**: 1763 – 1808. Niterói: Imprensa Oficial, 2007. p. 48-9.
131 Moraes Filho, (2002, p 326).
132 Moraes, (2000, p. 41).
133 DIÁRIO DE SÃO LUÍZ: Jornal diário. São Luís. 21 fev. 1921.
134 Ginzburg (2007, p. 174)
135 A decepção de Moraes com o cenário construído após a abolição – e com a República – era compartilhada por outros intelectuais negros, a exemplo do já citado Astolfo Marques, seu contemporâneo. A este respeito, Cf. GATO DE JESUS, Matheus. Tempo e melancolia: república, modernidade e cidadania negra nos contos de Astolfo Marques (1876-1918). In: **Lua Nova**, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 85, p. 133-185, 2012.



Deste modo, o bairro de São Pantaleão, em meados do século XIX, pintado por Nascimento Moraes de forma ácida como o bairro da pobreza, de desordeiros e capoeiras, ou no qual a polícia era mal vista, em nada destoava do real. Basta folhear uma página de qualquer periódico da época para constatar que os próprios moradores se queixavam – com a tinta do preconceito, no caso destes – de que ele "[...] está completamente fora das vistas da polícia. Constantemente o sossego das famílias é interrompido por vozerias, sambas e batuques que terminam em pancadaria a valer." [136]

Neste sentido, a presença da capoeiragem e de um personagem capoeira, como Aranha, neste trecho da cidade não era em nada inverossímil. Todavia, a leitura de Moraes, mais do que apontar a existência de um capoeira especificamente, indica que esta área da cidade era um reduto de "desordeiros" e capoeiras.

Ainda em "Vencidos e degenerados", Moraes destacava que existia no interior de São Pantaleão um trecho bastante conhecido à época, chamado "Carrapatal, núcleo do bando mais terrível de desordeiros do bairro."[137] Analisando em conjunto o parágrafo construído pelo literato, podemos depreender que em meio aos desordeiros do Carrapatal havia capoeiras.

O folclorista Domingos Vieira Filho, em seu "Breve história das ruas e praças de São Luís", ajuda-nos a confirmar esta informação, quando em uma das passagens de sua obra relata que

> Em 1890 contava a rua do norte [paralela à de São Pantaleão] com um afamado estabelecimento comercial, a "Cabana de Pai Tomás" de propriedade de Marcelino Nunes, ponto certo da boemia da cidade, onde, não raro *havia cachaçadas medonhas, nas quais o cacete e a navalha faziam as honras da festa.* [...] Nos cortiços pertencentes à Rosa Percevejo, Rosa Emiliano Branco, mulher ilustrada e dona de muitos prédios, *surgiam também vez por outra arruaças promovidas por cabras e capoeiras que punham meio mundo a correr com suas pernadas ágeis e suas fuzilantes cabeçadas. Gente quase sempre egressa do carrapatal, bairro mal afamado que abrigava a mala vita da cidade*"[138] (grifo nosso).

136 Pacotilha (22 ago. 1881).
137 Moraes (2000, p. 95). Não confundir com a ilha de Carrapatal, município de Humberto de Campos.
138 VIERA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís, Maranhão**. São Luís:

Este trecho da cidade concentrava uma quantidade significativa e constante de denúncias e reclamações nas páginas dos jornais, e indo ao encontro do que os literatos apontavam, as fontes indicam que se tratava de um dos principais redutos dos capoeiras de São Luís entre o fim do século XIX e primeiras décadas do XX.

Diversos, 1971. p. 79.



DA SÃO PANTALEÃO À MADRE DEUS

O jornal *O Imparcial,* em uma matéria sob o título "Madre Deus – Favela maranhense", queixava-se de que "Aquele alto da rua de S. Pantaleão, até a praia da Madre Deus, tem a sua história ingrata, aliás, como ponto costumeiro de barulhos e arruaças, bebedeiras e depredações." Ainda segundo o relato do periódico,

> [...] não há quem não sinta um calafrio na espinha ao recordar as agressões do "Banqueiro da Madre Deus" e do "Antonio 19" *e as brigas do "Cabeleira", bam bam bam que durante muito tempo não fez outra coisa senão "espalhar-se" em golpes, capoeiras e rabos de arraia, naquela zona da cidade* [139] (grifo nosso).

O palco de atuação dos personagens citados era um trecho do perímetro urbano de São Luís que a partir de meados do século XIX começara a se expandir, ganhando impulso na última década com a implantação de algumas fábricas, dentre elas, a Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, instalada em 1891 no bairro da Madre Deus e a Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís, criada em 1894, ao lado da primeira, empreendimento que atraiu para as cercanias parte da população pobre da província.[140]

Deste modo, ao redor destas fábricas surgiram vilas, pequenos bairros operários e inúmeros cortiços abrigando desde seus trabalhadores até diversos outros segmentos populares. Nota-se claramente a partir da última década do século XIX e primeiras do XX um deslocamento da atuação dos capoeiras para este trecho de São Luís, acompanhando a expansão da cidade no sentido São Pantaleão-Madre Deus.

Cabeleira, o capoeira "bam bam bam", referido anteriormente na nota, foi um dos que fez fama nesta área no período e deixou seu nome gravado em algumas outras denúncias que o acusavam de envolvimento em brigas desde o início dos anos 1920 pelo menos.

139 O Imparcial (29 set. 1932).

140 Acerca do surto industrial, Cf. CALDEIRA, José R. Chaves. **Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense (1875-1895)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. Mimeografado; Viveiros (1954).

O termo usado para se referir a sua forma de atuação – "espalhar-se" – era bastante comum no período para se referir aos capoeiras em ação, quando de suas brigas, como se perceberá ao longo de todo o texto. "Espalhar-se", deste modo, é um claro elemento da cultura da capoeiragem, pois como muito bem descreveu Melo Moraes Filho, "O capoeira, colocado em frente a seu contendor, investe, salta, esgueira-se, pinoteia, simula, deita-se, levanta-se e, em um só instante, serve-se dos pés, da cabeça, das mãos, da faca, da navalha [...]",[141] em suma, "espalha-se".

Além da Madre Deus, onde atuava Cabeleira, outro reduto da capoeiragem, apontado como "zona de arrelia", era o bairro do Codozinho, também no trecho Madre Deus-São Pantaleão. Segundo *O Imparcial*, naquele lugar "quem menos briga sabe dar rabo de arraia, cangapé,[142] cabeçada, rasteira deitada, lamparina, etc., etc."[143] Manoel Luiz da Cunha era um dos capoeiras que atuava neste perímetro da cidade. Segundo o mesmo periódico, sempre em tom jocoso, Manoel era "formado' mesmo em dar cabeçadas, rabo de arraia, bezerro, e outros bichos semelhantes." Depois de "espalhar-se" no Codozinho acabou sendo preso. [144]

Cinco anos depois da primeira denúncia citada, o bairro ainda era apontado pelo mesmo jornal como "*zona de bambas* e arrelias" (grifo nosso), onde os problemas se resolveriam "no terreno da força muscular". Esta queixa se referia a dois contendores que "foram aos bofetes e pontapés."[145]

141 Moraes Filho (2002, p. 326). Um trecho de nota de O Imparcial deixa claro que o termo "espalhar-se" tratava-se de uma gíria do meio da capoeiragem: "O Reino Unido depois que ficou só na luta, espalhou-se, como dizem os bambas da capoeiragem." Cf. O Imparcial (19 ago. 1940).

142 Cangapé mais de uma vez surgiu ao longo da pesquisa, nas notas dos jornais, como sendo um golpe de capoeira, todavia não é citado enquanto tal nem por Plácido de Abreu (1886), nem por Burlamaqui (1928) que, em suas obras, relacionam os golpes existentes – os principais pelo menos – entre o fim do XIX e primeiras décadas do XX. Quatro dicionários, Beaurepaire-Rohan (1889), Houaiss (2009), Aulete (2011), Dicio (2009-2017)), citados por Anielle de Oliveira, trazem em comum a definição de que se trata de "um pontapé na panturrilha para fazer o adversário cair durante a luta", o que seria algo semelhante a uma rasteira, daí certamente a relação feita pelos periodistas. Os dois primeiros dicionários informam, ainda, que no Maranhão, Alagoas e Ceará trata-se de um movimento realizado em contendas dentro d'água. Cf. OLIVEIRA, Anielle Souza de. **Léxico brasileiro em dicionários monolíngues e bilíngues**: estudo metalexicográfico da variação em perspectiva dialetal e histórica. 2017. 354f. Tese (Doutorado em Linguísttica) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017. p. 307; 309.

143 O Imparcial (19 fev.1927). Em relação aos golpes citados, alguns de seus nomes estão em desuso ou foram renomeados, como a "lamparina", que segundo Plácido de Abreu, em "Os capoeiras" é uma "bofetada".

144 O Imparcial (04 jan. 1929).

145 O Imparcial (24 dez. 1932).



Para compreender a relação da capoeiragem com esta parte da cidade, é necessário esclarecer ainda que toda esta área, desde meados do século XIX pelo menos, era

> marcada pela grande concentração de pardos e pretos livres [...] distinguia-se pelas práticas sociais e culturais que regulavam o estilo de vida dos pobres na capital maranhense. [...] junto à região do bairro do Desterro na 1ª Freguesia, abrigava a *cidade negra* de São Luís, os territórios marcados simbolicamente como de "pretos", da "arraia miúda", de "negrinhas", "ninfas de cortiço", de "pés-frescos", da "rapaziada de cor", e outras metonímias para designar o povo. Ali se localizavam os principais terreiros da cidade, a *Casa das Minas* e a *Casa de Nagó*, também existiam esconderijos de escravos fugidos, alguns cortiços afamados pela "desordem" e "barulheira" de seus habitantes, além de muita feitiçaria, chinfrins e festas de tambor.[146]



fig. 17 1 – São Pantaleão; 2 – Codozinho; 3 – Madre Deus

Não por acaso, era uma das áreas frequentadas pelos marinheiros da canhoneira Lamego e local onde aconteceu o trágico assassinato do grumete Antônio Alves.

146 Cf. GATO DE JESUS, Matheus. **Racismo e Decadência: sociedade, cultura e intelectuais em São Luís do Maranhão**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Ibidem.

De preferência em meio a este ambiente e contexto, mas também ao longo de toda a área urbana de São Luís, emergiram "em dias de festa" ou em dias comuns, pelas ruas, tavernas, chinfrins, pagodes, etc., diversos personagens que a partir de variados elementos, como sua conduta, movimentos de corpo, destreza, dentre outros, podemos afirmar que possivelmente eram capoeiras. Assim como outros sobre os quais não paira qualquer dúvida a este respeito.

Assim como as fontes literárias, as notas dos jornais com certeza dão apenas uma pequena mostra do conjunto de capoeiras que circulava pela cidade. Eram pessoas como o magarefe Serafim, segundo o jornal *Pacotilha*, "um crápula de força, cheio de insolência [que] pôs ontem à noite de sobressalto a burguesia pacata da rua de São Pantaleão, proximidades da Igreja." Ainda segundo o periódico, Serafim, que era "um capoeira traquejado", conhecido e reincidente em episódios deste tipo, teria espancado barbaramente Madureira, o acendedor de lampiões, e saído incólume. Sem contar que dias antes também teria espancado "o escravo Juvêncio do Major João da Matta." [147]

A mesma coluna do jornal trazia ainda uma denúncia contra Gil-Braz, um valentão distinto em exercícios de capoeiragem", [148]que "aboleta-se" a algumas quadras da São Pantaleão, "à rua direita canto da praça do mercado". Gil-Braz era acusado de provocar e fulminar "um palavreado sujo" contra um homem morigerado residente à rua do Teatro. O fato de esta curiosa nota não retratar um capoeira em ação, mas ainda assim apresentá-lo como tal, indica que se tratava de um personagem conhecido na redondeza enquanto capoeira e certamente protagonista de outros episódios não registrados pelos jornais.

O jornal Pacotilha denunciava no mês de fevereiro de 1904 que certo Maducheau, "desordeiro provecto, andou ontem a tarde, no trecho da rua da Cruz, entre as de Sant'Ana e Grande, jogando tabefes com um seu digno colega de capoeiragem."[149] A denúncia não revela os motivos da briga, nem quem seria o outro capoeira adversário do recorrente desordeiro de nome tão incomum. Por sua vez, "O valentão Benedito Santos, pondo em prática suas proezas

147 Pacotilha (31 mar. 1884).
148 Id.
149 Pacotilha (15 fev. 1904).



de capoeira, quis quebrar a cabeça de um policial com uma pedrada [...]".[150]

Meio-Kilo, também denunciado pelo jornal *Pacotilha* como um célebre turbulento, conhecido da polícia e morador do "bairro das Barraquinhas", nas imediações da São Pantaleão, segundo o periódico,

> às nove horas da noite, no soturno largo da Fonte das Pedras, sem mais cerimônia, *apareceu à frente de um grupo de desordeiros e aplicou o cacete que trazia no lombo de Izidoro* e com tal gana que o lançou por terra. Aos gritos da vítima o dono de uma quitanda vizinha veio em seu auxílio, mas o *Meio-kilo, desenvolvendo capoeiragem e arrotando valentia, atirou-se ao quitandeiro que conseguiu a custo tomar o cacete*[151] (grifo nosso).

Note-se que o protagonista capoeira do bairro das Barraquinhas, pelo que indica o relato, não agia sozinho. Era o chefe de um grupo de desordeiros que perturbava o sossego da cidade, o que pode indicar a existência de outros capoeiras entre eles, além do que o referido "grupo de desordeiros", se não fora uma malta de capoeiras, era liderada por um, Meio-Kilo, como denunciado pelo jornal.

Por outro lado, apesar de a maioria dos episódios que traziam à luz capoeiras acontecessem em tavernas, nas ruas e festas populares denunciadas depreciativamente como "bródios", "pagodes", "batuques", nada impedia que os capoeiras frequentassem outros ambientes, como demonstra um decepcionado missivista do *Diário de São Luíz* que reclamava de um incomum "baile [familiar], à rua de São Pantaleão [que] acabou anteontem em arrelia. Bofetes, cabeçadas, rasteiras, rabos de arraia, capoeiragem, gritos de raiva, desafios, pragas, o diabo a quatro!"[152]

Por outro lado, raros foram os capoeiras no Maranhão que conseguiram, por conta de suas proezas, sair das obscuras seções policiais dos periódicos e despontar nas páginas da literatura, mesmo que como caricatos "tipos" locais, conhecidos na cidade.

150 Pacotilha (05 set. 1923).
151 Pacotilha (20 jan. 1891).
152 Diário de São Luíz (21 fev. 1921).

O folclorista e escritor maranhense Fulgêncio Pinto (1894-1960) foi responsável por eternizar um destes personagens quando publicou em 1924, "Dr. Bruxelas e Cia", obra, segundo ele próprio, "realista [...] copiado do que eu vi nas ruas", "resultado do que li nas colunas do Pessoal do Bródio", ou seja, das bebedeiras, festas e chafurdos, que acabavam em brigas. Nesta crônica da cidade de São Luís do início do século XX, Fulgêncio Pinto traça um panorama da capital maranhense, dando destaque ao "submundo", habitado por "canalhas", "vadios" e "malandros", como o gigolô Dr. Bruxelas, protagonista de seu livro.

Dentre os diversos personagens marginais que permeiam a obra, o autor se recorda em primeira pessoa de um que o defendeu quando criança, na iminência de ser agredido: "um homem valente, de bons pulsos – Pedro Grão-Pará –, capoeira temível, valente de verdade" que, com um cascudo, mandou de encontro à parede o caldeireiro que o queria agredir.[153]

Não por coincidência o jornal *Pacotilha* de 12 de novembro de 1898 acusa um certo Pedro do Grão Pará, junto com outros, "muito conhecidos no bairro de São Pantaleão", de consumir em uma taverna do bairro, não pagar e ainda tentar "esbordoar" o dono do estabelecimento. Pela proximidade temporal com o episódio narrado por Fulgêncio Pinto, assim como pelos indícios de cultura da capoeiragem do episódio narrado pelo jornal, tudo leva a crer que este era o capoeira a que se referia o escritor.

153 PINTO, Fulgêncio. Dr. Bruxelas e Cia. São Luís: Instituto Géia, 2013. p. 128.



O ENTORNO DA PRAIA GRANDE: O PORTO E AS PRAIAS

Algumas décadas depois de Fulgêncio Pinto, o jornalista Lopes Bogéa (1926-2004), ao perpetuar em seu livro "Pedras da rua" alguns dos personagens que "marcaram época na capital maranhense",[154] registrou, dentre eles, a existência de pelo menos um capoeira: o "celebérrimo Cacaraí". Este é um dos únicos capoeiras deste período sobre quem pudemos traçar um perfil mais completo. Segundo o autor, "Cacaraí" era

> baixo, entroncado, [...] tinha os cabelos "meio cá, meio lá", decorrência de sua raça negra. [Trajava] calça de brim, riscado e mescla azul, camisas de malha ou túnica de marítimo, todos de segunda mão. Os pés eternamente descalços, parece que nunca viram um par de calçados ou chinelos. Quando não estava brigando, o que era uma constante em sua vida, "Cacaraí" vivia de fazer carretos, mandados, e mariscagem na praia Grande, Rampa do Palácio ou Rampa Campos Melo.[155]

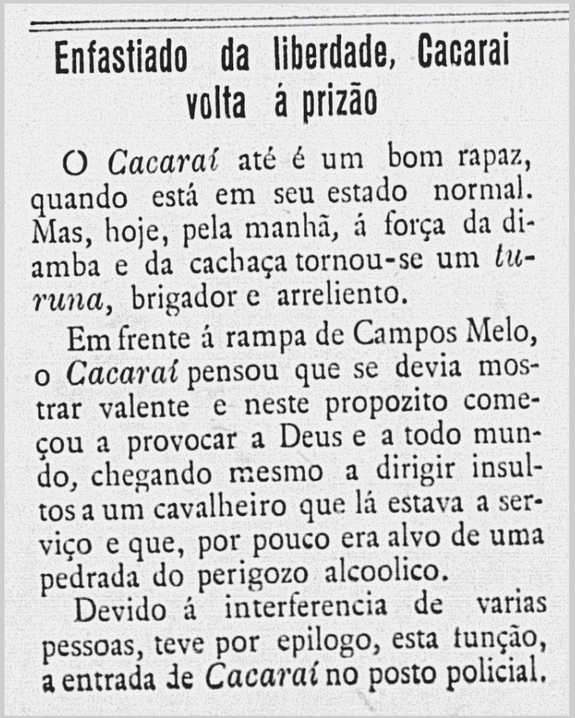
Segundo os diversos registros de sua *mala vita* nas páginas dos jornais dos anos 1910 aos 1920, "Cacaraí" tinha por nome de batismo "Emídio Simião dos Reis" e era catraieiro (barqueiro) da rampa Campos Melo. Neste período, fora várias vezes recolhido ao xadrez por distúrbios.

Segundo as fontes jornalísticas e também de acordo com o relato literário, Cacaraí era "bom de briga" e de modo recorrente dava trabalho para a polícia, ao se recusar a ir preso, após as confusões em que se envolvia. Ainda de acordo com Bogéa,

> Não raras vezes colocava a polícia para correr, quando não atirava soldados dentro da maré [...]. Diz o pessoal que Cacaraí deixou muita gente aleijada pois era bom em lutas tipo "cangapé",

154 Além de jornalista, Lopes Bogéa era poeta e compositor. Nascido em Guimarães, cidade do interior do Maranhão, radicou-se em São Luís ainda criança. A obra em questão é uma espécie de livro de memórias, tanto suas quanto da capital maranhense.
155 Bogéa (1988, p. 116).

fig. 18
Nota sarcástica informa mais uma prisão do capoeira Cacaraí. O Jornal, 06 de julho de 1916.



Enfastiado da liberdade, Cacarai volta á prizão

O *Cacaraí* até é um bom rapaz, quando está em seu estado normal. Mas, hoje, pela manhã, á força da diamba e da cachaça tornou-se um *turuna*, brigador e arreliento.

Em frente á rampa de Campos Melo, o *Cacaraí* pensou que se devia mostrar valente e neste propozito começou a provocar a Deus e a todo mundo, chegando mesmo a dirigir insultos a um cavalheiro que lá estava a serviço e que, por pouco era alvo de uma pedrada do perigozo alcoolico.

Devido á interferencia de varias pessoas, teve por epilogo, esta tunção, a entrada de *Cacaraí* no posto policial.



"capoeira" e "rabo de arraia". Tinha prazer em lutar contra os piquetes e, para tentar regenerá-lo o chefe da Polícia da época, Augusto Bello chegou a nomeá-lo inspetor de Quarteirão, com jurisdição pela Praia do Caju.[156]

As constantes lutas travadas por Cacaraí na área mais movimentada da cidade, a região portuária de São Luís à época, além de sua fama de habilidoso na capoeira, cangapé, e no rabo de arraia, fizeram dele uma figura conhecida na cidade. Uma das últimas notas publicadas pelos jornais a seu respeito, dizia que o "conhecidíssimo Cacaraí voltou a espalhar-se na rampa Campos Melo, querendo dar em Deus e no mundo, como diz o vulgo."[157] Segundo Lopes Bogéa, as espadas da polícia e a velhice o debilitaram bastante. Todavia, sua morte foi no mar, após uma queda no Cais da Sagração.

Este importante registro de Lopes Bogéa a respeito deste personagem que, como muitos capoeiras, trabalhava e circulava pela região portuária de São Luís e em suas imediações, ratifica o que dizia o "velho" Firmino Diniz (1929 – 2014) em suas memórias,[158] ao apontar esta área da cidade como outro dos redutos da capoeiragem.

Cassio de Souza, em sua monografia sobre a dinâmica e expansão da capoeira em São Luís no pós 1960, ao citar rapidamente alguns indícios anteriores a este período, afirma que o mestre Diniz fazia referência à "capoeira praticada na rampa Campos Melo onde ficava esperando seu pai voltar com as mercadorias [que ia comprar] e observava os estivadores jogando [capoeira],"[159] por volta de meados da década de 1930, ainda em sua infância.

156 Ibidem. (p. 116-117).
157 Pacotilha (31 jul. 1920).
158 Mais antigo mestre de capoeira ludovicense do século XX. Único dos mestres do Maranhão a ter contato com a capoeira ainda na primeira metade do século. Cf. PEREIRA, Roberto Augusto A. O mestre Sapo, a passagem do quarteto Aberrê por São Luís e a (des)construção do "mito" da "reaparição" da capoeira no Maranhão dos anos 60. **Recorde**: Revista de História do Esporte. v. 3, n. 1, jun. 2010; Id. **Roda de Rua**: memórias da capoeira do Maranhão da década de 70 do século XX. São Luís: EDUFMA, 2009.
159 Souza (2002, p. 43)



fig 19
A região portuária, local de atuação de capoeiras como Cacaraí. Acervo MAVAM.

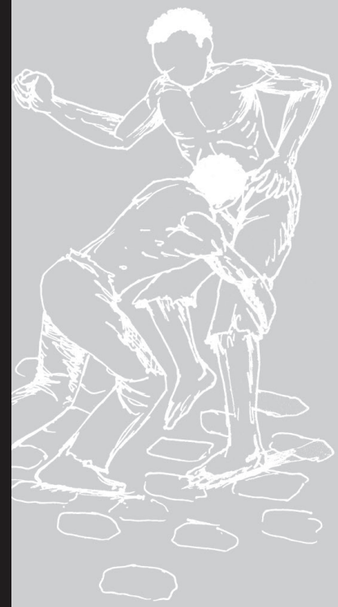




fig. 20
Mestre Firmino Diniz (1929 - 2014) tocando berimbau. “O velho”, como era conhecido, testemunhou na infância a capoeira ludovicense da primeira metade do século XX. Na imagem ainda, com tambor, Mestre Patinho. Foto: (Bruno Ferreira, 2004)

Estes diversos pontos de ajuntamentos de trabalhadores geralmente localizados nas regiões portuárias das cidades e seus arredores, que em São Luís correspondiam, além da Rampa Campos Melo, à Rampa do Palácio, ao Cais da Sagração e às praias, eram também pontos de encontros de moleques, desordeiros valentões e capoeiras, desde as últimas décadas do século XIX pelo menos. Todo este trecho que circundava a Praia Grande era, na verdade, além de região de trabalho, outra área de moradia de segmentos pobres da sociedade ludovicense. Conforme afirma Ananias Martins, entre o fim do século XIX e início do XX

> as referências aos lugares para essa gente remetem cada vez mais às Praias, designação que se refere às duas margens dos rios Bacanga e Anil que se encontram na Baía de São Marcos e circundam a paisagem do núcleo principal da cidade na época, como a do Caju, do Desterro, Praia Pequena, Madre de Deus, Jenipapeiro, Praia do Açougue, Praia do Armazém e Praia de Santo Antonio[160](ver mapa, p. 50).

160 MARTINS, Ananias Alves. **A mobilidade da ordem urbana - A reconstrução dos lugares na São Luís do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. p. 108.

O *Diário de São Luíz*, de 04 de agosto de 1924, denunciava que na Rampa do Palácio "reúnem-se os gatunos, os vagabundos, os assassinos e os desordeiros". Muitos destes supostos criminosos, como várias denúncias deixavam transparecer nas entrelinhas, eram, na verdade, trabalhadores, como o catraeiro Cacaraí, para ficarmos em um exemplo conhecido. Como afirma Câmara,

> Nessa sociedade onde se forjava uma nova ordem, pautada nos ideais de civilidade e progresso, cujos padrões distantes estavam de grande parcela da população, composta em sua maioria de analfabetos e ex-escravos, os *trabalhadores de rua* foram apontados nos jornais como contumazes agentes de desordem e sujeira do espaço público.[161]



fig. 21 Trabalhadores da região da Praia Grande, reduto da capoeiragem ludovicense. Foto: Galdêncio Cunha. Álbum do Maranhão,1908. Acervo MAVAM

161 Cf. Câmara (2008, p. 85).



Neste ambiente concentrado, em meio à disputa por trabalho, a inimizades, rixas, à brincadeiras, no intervalo de um serviço e outro, que às vezes acabavam em pancadaria, etc. vez ou outra emergiam episódios nos quais afloravam os capoeiras da cidade.

Não por acaso, as praias do Caju, Pequena e de Santo Antônio eram pontos de forte atividade dos capoeiras. Localizadas na área urbana de São Luís, estas praias eram conhecidas como "zona turbulenta" da cidade, e eram frequentadas por pescadores, "vendedeiras", moleques e ainda por toda sorte de desordeiros. Eram vistas como uma espécie de "submundo" de São Luís, pelo menos até as primeiras décadas do século XX. [162] Um do seus *habitués* era o capoeira Cacaraí. [163]

Em 28 de fevereiro de 1917, por exemplo, o periódico *O Jornal* se queixava de que "mal os moradores do bairro do Caju haviam tomado café com pão, quando dois cabras capoeiras, um preto e um caboclo, julgaram de bom juízo jogar as cabeçadas numa quitanda ali ao beco." A luta que ainda envolveu uma "renhida batalha de pedras" atraiu a atenção de muitos espectadores, menos da polícia, ainda segundo o periódico.

Alguns anos depois, agora nas imediações da praia de Santo Antonio, "uma das mais antigas referências de moradias de baixa renda",[164] continuavam as queixas contra a presença de capoeiras. Uma nota publicada pelo jornal *O Imparcial* informava de "constantes reclamações contra um ajuntamento de desocupados que todas as noites [...] fazem o diabo e *os seus passa-tempos são os mais estúpidos possíveis, constando de capoeiras, pesadas, rasteiras, cabeçadas, num divertimento primitivo e grosseiro".* (grifo nosso)

A frequência com que estes capoeiras costumavam se reunir para se exercitar naquele trecho da cidade, ao que parece, era tamanha que o redator chegou a afirmar que "aquilo

162 Cf. Bogéa (1988, p. 175). Fulgêncio Pinto, em "Dr. Bruxelas e cia", no mesmo sentido que Bogéa, faz algumas referências a este trecho da cidade como área como área de "sambas", "fuzuês" e brigas que terminavam em "cabeçadas. Cf. Pinto (2013, p. 73; 95-96).
163 Cf. Pacotilha (5 abr. 1923).
164 MARTINS (2005, p. 109).

até parece academia de capoeiragem."[165] O que de fato não era de todo fora de cogitação, dado que os "desocupados" se encontravam "todas as noites" com o fim de praticarem "cabeçadas", "rasteiras", "pesadas", "capoeiras".

Note-se ainda que não se tratava de um ou outro capoeira, mas um "ajuntamento" de capoeiras. Além disso, consoante ao que se depreende da denúncia, não se tratava de um "rolo", tumulto ou desordem, os capoeiras não estavam brigando, mas se "divertiam". Tinham na prática um "passa-tempo", o que denota que, ao contrário do que insistentemente querem mostrar as reclamações, a capoeira não era usada unicamente enquanto luta violenta, de vida ou morte, como quando se apresentava em alguns confrontos entre dois capoeiras, como os que se digladiavam na praia do Caju. Além deste caráter, a prática apresentava aspectos lúdicos, observados particularmente nos momentos em que os capoeiras se "divertiam", ou se "exercitavam", de modo semelhante aos moleques do final do século XIX.

Observa-se também, que do mesmo modo que os setores das classes possidentes da sociedade e outros que também dispunham de melhores condições financeiras tinham seus divertimentos – bailes, circos, teatros, práticas desportivas e de ginástica, etc., como aponta o historiador Victor Melo (2015), ao discutir a necessidade de uma ampliação do conceito de esporte, em particular no que se refere ao século XIX –, desde este século pelo menos, a capoeira desempenhava, de modo semelhante, esta mesma função de "divertimento", em várias partes do Brasil, para parte das camadas mais pobres da sociedade.[166]

Por outro lado, registros como este, em que a prática se apresentava de forma coletiva, são cada vez menos comuns no Maranhão. Ao que parece, a prática da capoeira em São Luís da virada do século XIX para o XX sofreu uma transformação qualitativa, perdendo em grande parte seu caráter de prática coletiva e se transfigurando em uma cultura mais individualizada, encarnada em personagens capoeiras como os diversos apontados até agora, acusados de desordeiros, turbulentos e valentões. Todavia, como as fontes disponíveis são bastante fragmentárias e a capoeira figurava ainda como prática proibida, pode haver a possibilidade de que ela enquanto prática coletiva estivesse camuflada, escondida misteriosamente pelos becos escuros da cidade.



O mais provável, contudo, é que estes capoeiras que figuraram nas páginas dos jornais, agindo isoladamente, ou em brigas com outros capoeiras, fossem os derradeiros agentes da capoeiragem que remontava ao século XIX. Alguns destes desordeiros-valentões-turbulentos-capoeiras do século XX talvez estivessem entre os moleques que andavam em correrias pelas ruas da cidade no século anterior. Outros, pelo lapso de tempo, talvez aprenderam com os capoeiras daquele período, pelo menos.

165 O Imparcial, (02 out. 1932).

166 Pires (2001) e Soares (1993; 2004) fazem referência a este aspecto de divertimento da capoeiragem em seus estudos. Cf. MELO, Victor Andrade de. O esporte: uma diversão no Rio de Janeiro do Século XIX. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 49-66, set./dez. 2015. p. 63

O GOLPE MORTAL NA CAPOEIRA DE RUA LUDOVICENSE

Pelo que ficou claro até aqui, por sua vez, no Maranhão tanto a capoeira perpetrada por indivíduos isoladamente, quanto a praticada de forma coletiva foram objeto de denúncias e repressão. A despeito da ausência de leis locais e específicas que criminalizassem a capoeiragem em São Luís, o percurso e a atuação destes capoeiras, desde o século XIX era acompanhado de perto e disciplinado por outras leis e posturas municipais que englobavam suas ações, como as que puniam os desordeiros ou vadios. Como afirma Leal ao se referir ao caso da capoeira paraense,

> Ao longo do século XIX as leis do Império [no Pará] nunca apontaram diretamente a capoeira como crime. A perseguição, a captura e a punição do capoeira eram fundamentadas nos mais variados códigos: da desordem ao desrespeito à moralidade pública, do ajuntamento aos pequenos furtos, tudo poderia abranger a atividade do então capoeira.[167]

Além desta legislação paralela, outras medidas foram tomadas com o mesmo intuito. Adelino Ribeiro, colunista de *O Imparcial* na longínqua década de 1930, certo dia do mês de março daquele ano, escreveu um pequeno texto, entremeado de memórias, de grande valia para alumiar, mesmo que de forma provisória e superficial, as estratégias utilizadas pelo Estado e seu aparato repressivo no intuito de dar cabo destas diversas "zonas de arrelia", habitadas por desordeiros, valentões e capoeiras.

No texto, escrito em primeira pessoa, Ribeiro inicia dando notícia, da capoeiragem no Rio de Janeiro:

> Ontem, abri um jornal carioca e encontrei, por acaso, a notícia de um capoeira que *virava bicho*, na Penha e *comera*, com formidáveis *cabeçadas* e *rasteiras* tremendas quantos se lhe meteram na frente, conseguindo mesmo escarreirar três policiais que o queriam conduzir para o duro.

167 Leal (2008, p. 155).



Este cenário, "em que os valentões pululam e os macacos conquistam a imortalidade com inacreditáveis rabos de arraia e horizontais lamparinas", fê-lo lembrar

> desta cidade do glorioso e não menos mofento Sr. De La Touche com suas zonas perigosas, com seus Cacarahis e Cabeleiras; na praia do Caju, berço de Sina Braba [...] no Desterro, cujos arruaceiros célebres até bem pouco tempo davam que fazer à polícia...

Não por acaso, a leitura de notícias sobre a capoeira carioca trouxe à baila nada menos que dois capoeiras locais, os nossos conhecidos Cacaraí e Cabeleira, além de fazer emergir novamente o Desterro, como reconhecida área de atuação dos capoeiras.

Mas o periodista não escrevia para denunciar os capoeiras, e sim para relembrar como "[...] O Capitão Anthenor [...] conseguiu, de vez, acabar com a conflagração desse arreliado bairro." Diante da constante prisão dos desordeiros e capoeiras e de sua permanente reincidência, Anthenor vendo que "o xadrez não amansava os *valentes* daquela zona" decidiu que dali em diante

> todo valentão do Desterro que surgia encrencado com a polícia, de lá saía nomeado [...] inspetor de quarteirão. E graças a essa medida, a esse cargo, que, aliás, não tem remuneração alguma, os valentões do Desterro transformaram aquela zona numa das mais pacatas de S. Luís.[168]

Esta observação recordada por Ribeiro corrobora o que afirmara o jornalista Lopes Bogéa em seu relato sobre o capoeira e desordeiro Cacaraí, nomeado inspetor de quarteirão com o objetivo de ser disciplinado.

No que se refere às conclusões de Ribeiro, nota-se que o otimismo do colunista certamente era, em termos, exagerado, pois desordeiros, valentões e capoeiras continuaram atuando no Desterro e outras áreas da cidade ao longo da década de 1930, pelo menos. O que não refuta, todavia, a eficiência da medida no sentido de "domesticar" parte dos desordeiros,

168 O Imparcial (10 mar. 1930).

como se deduz. Importa destacar ainda, que esta estratégia de combate à criminalidade foi utilizada em outras partes do Brasil, e também teve como alvo os capoeiras.[169]

Além da repressão nas ruas, com as constantes prisões desde o século XIX e a incorporação aos aparatos militares, [170] que atingiam diretamente os capoeiras, medidas mais drásticas foram tomadas para dar cabo destes personagens que agiam por todo perímetro urbano de São Luís, e ao que parece a década de 1920 foi decisiva neste sentido.

Uma minúscula nota publicada pelo jornal *Pacotilha*, em 23 de dezembro de 1927, na seção "na polícia e nas ruas", que informava diariamente sobre os distúrbios, crimes e pessoas presas no Estado, arrolava entre "larápios, "gatunos" e outros, os nomes de Manoel Pereira Nunes e Custódio Rocha, presos "por capoeiragem".

Importante destacar que nas duas primeiras décadas após a entrada em vigor do Código Penal de 1890, período em que se poderia imaginar que houvesse alguma prisão pelo crime de capoeiragem no Maranhão, não encontramos uma nota sequer nos jornais, assim como inquéritos policiais ou processos que apontassem para isto. Deste modo, estas, até o momento, foram as primeiras e únicas prisões que encontramos pelo referido crime em São Luís. Cerca de seis meses depois, o mesmo periódico informava a prisão de mais três pessoas "por capoeiragem", já referidas no capítulo anterior. [171]

Esta incidência de prisões indica um claro direcionamento da repressão à capoeiragem neste período em São Luís. Note-se que estas prisões aconteceram em um momento em que a capoeira em outros estados, como o Rio de Janeiro e Bahia, dava passos iniciais e importantíssimos em direção a sua descriminalização.[172]

169 Cf. SILVA, Wellington Barbosa da. "Uma autoridade na porta das casas": os inspetores de quarteirão e o policiamento no recife do século XIX (1830-1850). **Saeculum**, Revista de História [17], João Pessoa, jul/ dez. 2007; Fred Abreu cita uma tentativa infrutífera de integrar o Mestre Bimba à função de Inspetor de Quarteirão. Cf. ABREU, Frederico José de. **"Bimba é bamba"**: a capoeira no ringue. Salvador: Instituto Jair Moura, 1999. p. 36.

170 Para uma discussão pormenorizada acerca dos aparatos policiais até o século XIX, Cf. FARIA, Regina Helena Martins de. Em nome da ordem: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX). 2007. 252f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

171 Pacotilha (26 mai. 1928).

172 Entre o fim dos anos 1920 e a década de 1930, a capoeiragem – a partir do protagonismo dos próprios





Na policia e nas ruas

O «PERÚ» NAS GRADES

O agente Lopes «unhou» hontem o conhecido larapio Marcello Mello, vulgo «Perú», que roubou umas madeiras do sitio Primavera, de propriedade do dr. Waldemar Britto.

A FREQUENCIA DO S. JOÃO

Foram presos: Cyro Soeiro e Waldemar Saraiva, por gatunagem; Manoel Pereira Nunes e Custodio Rocha, por capoeiragem; Joaquim da Silva Maya, Waldemar Vieira Cabral, por «canniographia».

fig.22

Presos "por capoeiragem". No fim dos anos 1920 intensifica-se a repressão à capoeira em São Luis.

Uma das hipóteses que podemos levantar para compreender esta nova política repressiva no Maranhão direcionada à capoeira é a contratação do Coronel Euclides Zenóbio da Costa, um militar formado no Rio de Janeiro e com grande experiência em repressão a manifestações de caráter popular, para o cargo de "chefe de polícia e de comandante da Força Pública do Estado do Maranhão" entre os anos de 1926 e 1930.[173]

Este período corresponde ainda ao Governo do também militar, oficial da Marinha, e oligarca, Magalhães de Almeida. Segundo o jornal *Pacotilha*, foi durante o seu mandato que

> Os bairros infestados pelos desordeiros voltaram á tranquilidade, não mais se verificaram cenas de sangue quase diárias na praia do Caju, porque a frente do departamento policial de achava um cidadão da têmpera moral de Sampaio Ferraz, que liquidou a capoeiragem no Rio de Janeiro, o atual cel. Euclides Zenóbio da Costa.[174]

A prisão dos capoeiras neste período não se trata de mera coincidência. Para compreendê-la, é fundamental levar em conta o fato de que tanto o governador do Estado à época, quanto o chefe de polícia haviam iniciado sua carreira militar no Rio de Janeiro entre o fim do século XIX e a primeira década do XX, período em que a capoeira carioca acabara de passar e ainda passava por dura repressão, chegando a quase perecer por completo.[175]

A alusão a Sampaio Ferraz, no trecho da matéria, também não parece fortuita, Zenóbio da Costa, como militar de alta patente, certamente o tinha como referência e talvez

capoeiras, particularmente do Rio de Janeiro e Bahia – atravessou um processo de desportivização que culminou, dentre outras coisas, em sua descriminalização. Para mais a este respeito, Cf. Pires (2001).

173 Cf. DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Zenobio_da_Costa>. Acesso em: 12 jan. 2017.

174 Pacotilha (28 jul. 1938). Segundo José de Ribamar Caldeira, que destaca o prestígio de Zenóbio da Costa no governo, além da violência contra setores populares, Magalhães de Almeida frequentemente recorria à violência, através de seu Chefe de polícia, contra alguns de seus inimigos políticos, o que reforça o argumento de uso da violência contra os primeiros. Cf. Caldeira (1981. p. 31).

175 A respeito da repressão à capoeiragem, Cf., dentre outros, Dias (2001); Soares (1993; 2004); Pires (2001).



tenha usado sua função no governo do Maranhão para reeditar em outro local e outra conjuntura o feito de Ferraz: acabar com os capoeiras e desordeiros.

Estes fatores são fundamentais para compreender o declínio da capoeiragem em São Luís a partir da década de 1930 e seu desaparecimento por volta da década de 1940. Além disso, no Maranhão, diferentemente do que ocorreu na Bahia e Rio de Janeiro, a capoeiragem, nos anos 1930, não transitou das ruas para o mundo dos esportes. A subida da capoeira aos ringues de forma mais intensa e organizada nestes dois Estados – parte deste processo de desportivização – também foi um fator ausente no que tange à capoeira maranhense.

Enquanto na Bahia e Rio de Janeiro a capoeiragem e os capoeiras ganhavam destaque nas páginas esportivas dos periódicos, reivindicando e defendendo nos ringues a capoeira enquanto "luta nacional" e conquistando reconhecimento social à prática, em São Luís, no mesmo período, a capoeiragem era corrente apenas nas degradantes páginas policiais dos jornais.[176]

Além disso, por mais que diversos intelectuais maranhenses tivessem citado *en passant* a capoeira em suas obras, como visto, não houve qualquer tentativa de valorização, resgate ou apoio à prática, como ocorrido na Bahia de forma intensa a partir dos anos 1930, ou mesmo no Rio de Janeiro desde fins do século XIX, quando segmentos da intelectualidade e até das forças armadas reivindicavam a capoeira enquanto "luta nacional", e alguns chegaram a defender a sua inclusão em escolas e instituições militares. [177]

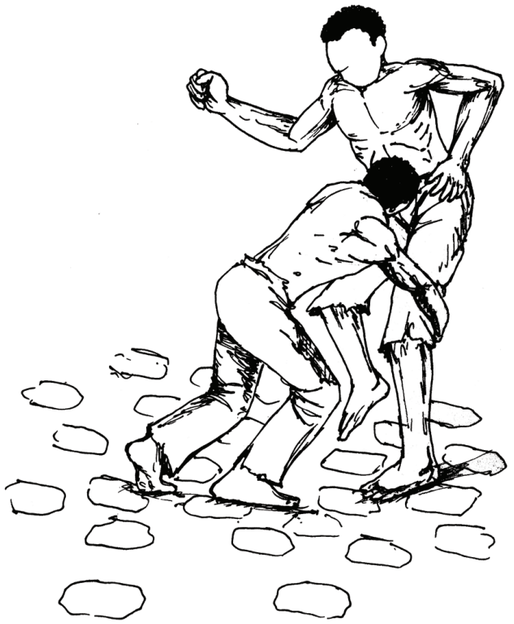
No caso do Maranhão, de acordo com Barros, "Durante praticamente toda a primeira metade do século XX, enquanto se louvavam através de celebrações, festas e outras

176 Para uma discussão acerca da formação da capoeira contemporânea, entendida aqui como angola e regional, Cf. Pires (2001) e Letícia Reis (1997); sobre a capoeira nos ringues, Cf. Fred Abreu (1999); PEREIRA, Roberto Augusto A. O mestre Artur Emídio de Oliveira e a defesa da capoeiragem enquanto "luta nacional". Recorde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1-24, jul./dez. 2018.

177 A este respeito, Cf. Pires (2001) e Reis (1997); o intelectual maranhense Coelho Neto, já radicado no Rio de Janeiro, destacou-se nacionalmente como um dos defensores da capoeira enquanto "luta nacional", todavia, os ecos de seu clamor não tiveram reflexo no Maranhão. Cf. BARBOSA, Wallace de Deus (Coord.). **Dossiê – Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura; IPHAN, 2007.

comemorações os símbolos maranhenses eurocentrados, tentava-se disciplinar ou mesmo banir práticas como o bumba-meu-boi e o tambor de mina". [178] Todavia, ainda segundo o autor, "Há um interesse crescente, sobretudo a partir do Estado Novo (1937-45), de membros das elites intelectuais e políticas pela cultura popular e negra [...]" [179] notadamente pelo bumba-meu-boi, apontado como uma espécie de símbolo de identidade local, e o tambor de mina. Neste período, contudo, podemos afirmar que a capoeira ludovicense, que vinha minguando desde o fim do século XIX, já não tinha mais qualquer expressão.

178 Barros (2010, p. 149).
179 Id. (2010, p. 201)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A silhueta que pudemos compor com esta pesquisa, a partir do conjunto das fontes levantadas, representa uma pequena parte do que era a capoeiragem maranhense entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX. É sempre bom lembrar que os dados apresentados são apenas uma mostra de um universo certamente bem maior.

Apesar destas limitações, podemos afirmar que São Luís, como havia apontado Soares, [180]foi uma das cidades negras e portuárias onde a capoeira antiga teve um relevante papel. A capoeiragem estava integrada ao ambiente e contexto em que vivia e trabalhava a população de maioria negra e pobre de São Luís; seus lugares de lazer, como festas, batuques, tavernas, bumbas; e em meio a formas de organização de alguns destes setores como as maltas de moleques ou a dos "lamegos".

Apesar de sempre tachados como vadios pelas "boas famílias" e tratados "na forma da lei" como tal, consoante ao apontado por Pires [181] em relação à capoeira baiana e carioca, parte considerável dos capoeiras de São Luís eram trabalhadores pobres. Contudo, devido ao caráter sucinto das fontes, não conseguimos identificar o ofício de boa parte deles. Dentre as diversas categorias em que se encontravam os capoeiras, notamos, no fim do século XIX em particular, uma presença considerável entre os marinheiros. No geral, houve ainda a incidência de capoeiras exercendo funções diversas como magarefe, catraeiro e pescador, dentre outras. Por outro lado, diferentemente do caso baiano e carioca, não encontramos qualquer indício da presença de capoeiras entre setores abastados da sociedade maranhense.

Consoante a isto, a partir dos dados levantados, que confirmam a presença indubitavelmente majoritária de capoeiras entre os trabalhadores pobres de São Luís, com grande incidência entre marinheiros e trabalhadores da região portuária, áreas dominadas

180 Soares (2006).
181 Pires (2001).

por negros e seus descendentes, além da presença significativa de capoeiras entre os moleques, podemos afirmar que, também de modo semelhante ao que aponta Pires em relação à capoeira baiana e carioca, [182]a capoeira maranhense do período era "eminentemente negra".

Por sua vez, comparando a incidência da capoeiragem em São Luís antes e depois da edição do código penal de 1890, percebemos que não houve alterações no sentido de uma repressão direcionada à capoeiragem por conta da lei. Os únicos casos encontrados foram as prisões citadas quase quatro décadas após a edição do código, em meio a uma conjuntura específica. Do mesmo modo, pelo que se depreende das fontes, não houve uma diminuição da prática após 1890.

O que não significa, por sua vez, uma ausência de repressão à prática. Em geral, notamos que a perseguição aos capoeiras no Maranhão ocorria a partir do enquadramento de seus agentes sociais em outros tipos de crimes e contravenções e não pelo crime de capoeiragem. Deste modo, quando se prendia um capoeira, com base em uma postura que reprimia desordens, agressões ou crimes maiores, logicamente se estava reprimindo a própria prática.

Outra característica de grande importância, semelhante ao que já observado nos estudos da capoeira baiana e carioca, [183] refere-se ao traço marcadamente urbano da capoeiragem no Maranhão. São raras as incidências da prática na zona rural de São Luís ou no interior da/o Província/Estado. As fontes apontaram "insistentemente" que as áreas de atuação dos capoeiras se concentravam, desde meados do século XIX, até as primeiras décadas do XX, no perímetro urbano de São Luís, principalmente no trecho próximo à região portuária da cidade, ponto de concentração de trabalhadores braçais, assim como os bairros que concentravam a população negra e pobre da cidade. Nota-se ainda, na virada do século, uma expansão da capoeira para áreas da cidade que estavam em crescimento, como o trecho São Pantaleão-Codozinho-Madre Deus.

182 Ibid., p. 201.

183 Como afirma Soares, "Documentos históricos brasileiros são insistentes em mostrar a capoeira como fenômeno urbano da cultura escrava. As indicações documentais mais antigas remontam ao século XVIII, quando da gênese da vida urbana na colônia". Cf. O Poder da Capoeira. **Revista Nossa História**, n. 5. Biblioteca Nacional, mar. 2004".



No que tange à participação dos capoeiras na política local, traçando um paralelo com o que ocorria no mesmo período no Rio de Janeiro, Salvador e Belém, onde alguns pesquisadores demonstraram a atuação direta de capoeiras enquanto "capadócios", capangas de políticos, não encontramos, a partir das fontes jornalísticas, indícios similares em São Luís. [184]A única referência encontrada foi a feita por Nascimento Moraes, que, em sua obra citada, apresenta o capoeira Aranha como capanga de seu senhor.

Isso não significa, contudo, que os capoeiras locais estavam alheios ao que ocorria na província. Pelo contrário, as fontes indicam nas entrelinhas, a sua participação em momentos importantes da vida política do Maranhão, como no referido ato massivo que desembocou no "massacre dos libertos", no qual identificamos a presença dos moleques e trabalhadores da região portuária, em um momento de clara atuação dos capoeiras em seu meio.

A presença de capoeiras em um ato de tamanha envergadura, entre o bairro do Desterro, a região portuária da cidade,– local de trabalho do grosso da população –, e a área que concentrava a maioria negra e pobre de São Luís– a freguesia de Nossa Senhora da Conceição –, era quase, se não, inevitável.

Ademais, o próprio fato de a capoeiragem se tornar mais visível a partir das páginas dos jornais nas últimas décadas do século XIX, ao que parece, está relacionada ao momento político que atravessava o país e a província do Maranhão, tendo esta como centro político São Luís. Nestes anos, além do crescimento populacional, da superação numérica dos livres sobre a população escrava, houve um ascenso do movimento de contestação à escravidão representada pelo crescimento das fugas, pelo surgimento de clubes abolicionistas, dentre outras formas de luta. [185]

184 Sobre a atuação política da capoeira no Rio de Janeiro, Cf. Soares (1993); em Salvador, Cf. Pires (2001); no Pará, Cf. LEAL (2008).

185 Como aponta Jalila Ribeiro, "Na década de 1880, a marcha progressiva da campanha abolicionista em todo o território nacional, contribuiu para que engrossasse ainda mais o movimento emancipacionista provincial." Cf. RIBEIRO, Jalila. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão 18850 – 1885**. São Luís, SIOGE, 1990, p. 140.; No mesmo sentido, Flávio Soares afirma que "[...]segmentos diversos da sociedade maranhense, no decênio de 1880, se mobilizaram no intuito de promover com recursos próprios a libertação de escravos ou, pelo menos, divulgar

Não podemos, por exemplo, deixar de relacionar a atuação convulsiva dos moleques/capoeiras, com o ambiente agitado que precedeu a abolição da escravidão e a proclamação da República no Maranhão. Como afirma Flávio Gomes, ao se referir a este mesmo contexto na então capital federal, o setor da população negra e pobre, ao contrário do que muitos pensavam, estava completamente antenada com as mudanças por que passava o país, e em meio a este turbilhão, tinha um modo próprio de intervir, utilizando-se principalmente da ação direta, [186] manifestações de rua, confrontos com os agentes da lei, fugas, etc. como visto em diversas ocasiões citadas nesta pesquisa.

Ademais, a própria presença dos capoeiras em ambientes recriminados, vigiados e denunciados, como os batuques e "chinfrins"; sua insistência em permanecer transitando a noite na cidade em horários não permitidos, "perturbando o sossego público"; desacatando, desafiando e muitas vezes enfrentando e agredindo as autoridades, dentre outras condutas, devem ser encaradas como atitudes eminentemente políticas. A afronta direta à força policial – responsável por garantir a integridade e segurança das classes abastadas e manter a sua propriedade, incluindo a propriedade escrava no pré-1888 –, perpetrada pelas maltas de moleques e capoeiras, pelos "lamegos", ou por outros capoeiras individualmente, como Cacaraí, não deve ser encarada de outra forma, se não como atuação política.[187]

A capoeira maranhense permaneceu desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século passado como uma de prática de rua, eminentemente masculina, com uma pequena participação de mulheres, que emergia geralmente nos ambientes frequentados pela maioria negra e pobre: os bairros populares, com suas tavernas, festas, chafarizes, praias, etc. além da região portuária da cidade. A partir da segunda metade dos anos 1930 as fontes que

com mais vigor as ideias antiescravistas", em um período em que, ainda segundo o autor, cresciam as fugas de escravos. Cf. SOARES, Flávio. **Escravidão no Maranhão do século XIX**: situações e características das fugas nos anos oitenta. 1988. 63f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, 1988. p. 16.

186 Gomes (2011).

187 Como afirma Fraga Filho (1994, p. 105), "a desordem muitas vezes ocultava manifestações de resistência dessa gente pobre ante a atitude crescentemente hostil das autoridades policiais". [...] As "desordens" também estavam muito estreitamente relacionadas às atitudes de desdém e desprezo por parte do pobre em relação aos valores morais de uma sociedade excludente.



indicam sua presença tornam-se cada vez mais escassas, até desaparecerem na década seguinte.

Curiosamente, no final da década de 1940, pelos braços da lei, haveria uma tímida tentativa de ressuscitar a capoeiragem no Maranhão. O caso ocorreu quando o delegado de polícia do Rio de Janeiro Fernando Bastos Ribeiro, segundo *O Combate*, encarregado da reforma da organização da Polícia Civil no Estado, resolveu implantar à força "um treinamento exaustivo de capoeiragem para homens mal alimentados, que passam as noites acordados". Os "desaventurados" soldados, para garantir a ordem na cidade, teriam a partir de então que se tornar "peritos no rabo de arraia, na cabeçada, na rasteira, na tesoura e em todas as negaças do jogo dos antigos e celebrados capoeiras [...]".[188]

A aventura, denunciada com letras garrafais em primeira página pelo jornal, não vingou. A capoeiragem no Maranhão só reapareceria anos depois, com uma nova geração, sem qualquer apoio do Estado, e tendo como protagonistas os próprios capoeiras.

188 Cf. O Combate (5 set. 1947). O Delegado Fernando Ribeiro era, como se percebe, adepto da implementação da capoeira como prática desportiva e luta de autodefesa. No livro "Crônicas da polícia e da vida do Rio de Janeiro (1958 – Rio de Janeiro), de sua autoria, dedicou um capítulo à capoeiragem. Por sua vez, esta tentativa de implementação da capoeira em meio às forças armadas e demais aparelhos repressivos foi colocada em prática algumas vezes. Um de seus maiores defensores foi o capoeira – aluno do mestre Agenor Moreira Sampaio, Sinhozinho (RJ) – Inezil Penna Marinho, que, nos anos 1940, esquematizou esta proposta em formato acadêmico, tendo certamente influenciado o referido delegado. Cf. MARINHO, Inezil Penna. **Subsídios para o estudo da metodologia do treinamento da capoeiragem**. Rio de Janeiro, 1944. Cf. também O COMBATE: Jornal diário. São Luís, 5 set. 1947.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Dunshee. **O cativeiro**. São Luís: Alumar, 1992.

ABREU, Frederico José de. **"Bimba é bamba"**: a capoeira no ringue. Salvador: Instituto Jair Moura, 1999.

_____. **Capoeiras – Bahia, séc XIX**: imaginário e documentação. Salvador: Instituto Jair Moura, 2005. v. 1.
_____. **Macaco beleza e o massacre do Tabuao**. Ilustrações ante Scaldaferri; fotografia Dadá Jacques; revisão Alexandre lyrio e Antonio lyrio. Salvador: Barabô, 2011.

_____.; CASTRO, Maurício Barros de (Org.). **Encontros – Capoeira**. Fotografia de Eduardo Monteiro/ fotonauta. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. p. 43.

ABREU, Plácido. **Os capoeiras**. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola Serafim Alves de Brito, 1886.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente** – estudos sobre a escravidão urbana no Rio de janeiro 1808-1822. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. Corpo, saúde e alimentação na Marinha de Guerra brasileira no período pós-abolição, 1890-1910. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012.

ARAÚJO, Adriana Gama de. **Em nome da cidade vencida**: A São Luís republicana na obra de José do Nascimento Moraes (1889 – 1920). 2011. 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

ARIZA, Marília B. A. Crianças/Ventre livre. In: SCWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v.3, n.01, 1999. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3672/0>. Acesso em: 05 abr. 2018.

_____. A formação da cultura popular maranhense. Algumas reflexões preliminares. In: **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, n. 14, ago. 1999.

_____. Miguel Bruce e os "horrores da anarquia" no Maranhão (1822-1827). In: JANCSÓ István (Org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005a.

_____. **Capoeira**. The history of an Afro-brazilian martial art. Routledge: London, 2005b.

_____; MANSA, Mestre Cobra. A dança da zebra. Será que foi do 'n'golo, jogo de combate angolano, que nasceu a nossa capoeira? In: FIGUEIREDO, Lucio (Org). **Raízes africanas**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

AZEVEDO, Américo. **Os milagres de S. José de Riba-Mar**: comedia de costumes em 3 actos e 4 quadros, Maranhão. São Luís: Typ. da Alfaiataria Teixeira, 1889.

BARBOSA, Wallace de Deus (Coord.). **Dossiê – Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura; IPHAN, 2007.
BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **O processo de formação de "identidade maranhense" em meados do século XX. TOMO** - Revista do Núcleo de pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais Universidade federal de Sergipe São Cristóvão-SE, n. 17 jul./dez. 2010.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. **Diccionario de vocabulos brazileiros**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

BOGÉA, Lopes. **Pedras da rua**. São Luís, 1988.

BRAS, Helayne Xavier. **Os marginalizados pela república**: o discurso sobre modernidade e cidadania na obra de José Nascimento Moraes. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BURLAMAQUI, Aníbal. **Gymnastica Nacional (capoeiragem) Methodizada e Regrada**. Rio de Janeiro, 1928.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão – Um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós 30**. 1981. 312f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1981.

_____. **Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense (1875-1895)**. 1988. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. Mimeografado.

CÂMARA, Paulo Roberto Pereira. Trabalho e Rua: dinâmicas do trabalho no mundo da rua. **Outros Tempos**, v. 5, n. 6, dez. 2008. Dossie Religião e Religiosidade. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/issue/view/14/showToc>. Acesso em: 19 fevereiro 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. **El mundo como representacion**. Barcelona: Gedisa editorial, 1992.
_____. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1988.

CORD, Marcelo Mac; SOUZA, Robério S. Trabalhadores livres e escravos. In SCWARCZ,



Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama**: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: Edufma, 2006.

CUNHA, Pedro Figueredo Alves da. **Capoeiras e valentões na história de São Paulo (1830-1930)**. 2011. 341f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIAS, Luiz Sérgio. **Quem tem medo da capoeira? Rio de Janeiro, 1890- 1904**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Divisão de Pesquisa, 2001. 204 p.: il. - (Memória Carioca; v.1).

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-reis**: 1763 – 1808. Niterói: Imprensa Oficial, 2007.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem**: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX). 2007. 252f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

FERREIRA, Luiz Alberto. "Os clubes republicanos e a implantação da República no Maranhão (1888-1889)". In COSTA, W. C. (Org.). **História do Maranhão**: novos estudos. São Luís: Edufma, 2004.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos e vadios na Bahia do século XIX**. 1994. 226f. Dissertação (Mestrado em: História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 1. ed. digital. São Paulo: Global, 2013. p. 150-151.

FREIRE, Tarantini Pereira; PINHEIRO, Rodrigo Maranhão. "Sahidos da classe menos moralisada da sociedade": os problemas da militarização infantil no Maranhão provincial. **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 30-46, 2016.

GATO DE JESUS, Matheus. Tempo e melancolia: república, modernidade e cidadania negra nos contos de Astolfo Marques (1876-1918). In: **Lua Nova**, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 85, p. 133-185, 2012.

_____. **Racismo e Decadência Sociedade, Cultura e Intelectuais em São Luís do Maranhão**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, SÃO PAULO, 2015.

_____. GATO DE JESUS, Matheus. **O MASSACRE DE LIBERTOS** - Raça, Emancipação e a República de 1889 em São Luís. São Paulo: Editora Perspectiva, p. 60. (NO PRELO).

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

_____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo, Companhia das Letras 2007.

GODÓIS, Antonio Batista Barbosa de. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal**. 2. ed. São Luís: AML/ADUEMA, 2008.

GOMES, Flávio, "No meio das águas turvas": raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro – 1888 -1889. In: GOMES, Flavio; DOMINGUES, Petrônio (Org.). **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1888 – 1889). São Paulo: Selo Negro, 2011.

LEANDRO, Eulálio de Oliveira. **A Marinha a as camadas populares no Maranhão (1822-1872).** Imperatriz, MA: Ética, 2002.

_____. **Mocambos e quilombos – uma história do campesinato negro no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Claroenigma, 2015.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **A política da capoeiragem**: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888 – 1906). Salvador: EDUFBA, 2008.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís**: (ruas, logradouros e prédios históricos). São Paulo: Siciliano, 2002.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças – marinheiros, escravos e plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário.** Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LISE, Riqueldi Straub. **Entre diretos,** ***ceintures avant*****, chaves de braço e rabos de arraia**: os primórdios dos combates Intermodalidades na cidade do rio de janeiro (1909-1929). Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LOPES, André Lacé. **A capoeiragem no Rio de Janeiro**: primeiro ensaio: Sinhozinho e Rudolf Hermanny. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 2002.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARANHÃO ILLUSTRADO. São Luiz: Typ. da Alfaiataria Teixeira, 1899. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20150723155400.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MARINHO, Inezil Penna. **Subsídios para o estudo da metodologia do treinamento da capoeiragem**. Rio de Janeiro, 1944.

MARQUES, Astolfo. **A Nova Aurora**. São Luís: Tipografia Teixeira, 1913.

MARQUES, Carlos Bittencourt Leite. **Brinquedo, luta, arruaça**: aspectos da capoeira no Recife no findar do império e alvorecer da República. Recife, PE: Documentação e Memória/ TJPE, v.3, n.5, jan./dez. 2012.

MARQUES, Cezar. **Dicionario Historico-Geographico da Província do Maranhão**. São Luís: Typ. do Frias, rua da Palma, n. 6, 1870.

MARTINS, Ananias Alves. **A mobilidade da ordem urbana - A reconstrução dos lugares**



na São Luís do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MEIRELLES, Mário Martins. **O Maranhão e a República**. São Luís: Sioge, 1990.

MELO, Victor Andrade de. O esporte: uma diversão no Rio de Janeiro do Século XIX. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 49-66, set./dez. 2015.

MILANEZ, José Lourenço da Silva. República no Maranhão**: Apontamentos escritos pelo Capitão do Exército José Lourenço da Silva Milanez** – ocorrências de 15 a 18 de novembro de 1889. São Luís, 1889. f. 42. Diponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20150722152617.pdf>.Acesso em: 25 março 2018.

MORAES FILHO, Adolfo Mello [1843-1919]. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Prefácio de Sílvio Romero; desenhos de Flumen Junius. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2002.

MORAES, Nascimento. **Vencidos e degenerados**. São Luís: Centro cultural Nascimento Moraes, 2000.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Marinheiros em revolta**: recrutamento e disciplina na Marinha de guerra (1880-1910). 1997. [s.n.] Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1997.

_____. "Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). In **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n72_009>. Acesso em: 13 fev. 2018.

NUNES, Izaurina Maria de azevedo (Coord.). **Dossiê de registro do complexo cultural do bumaba-meu-boi no Maranhão**, instituto do patrimônio histórico e artístico Nacional. São Luís: Iphan, 2011.

ODC. **Guia do Capoeira ou Ginástica Brasileira** – À disticnta mocidade. Rio de Janeiro, 1907.

OLIVEIRA, Anielle Souza de. **Léxico brasileiro em dicionários monolíngues e bilíngues**: estudo metalexicográfico da variação em perspectiva dialetal e histórica. 2017. 354f. Tese (Doutorado em Linguiística) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires; LEAL, Luis Augusto P. **Capoeira, identidade e gênero. Ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 424, set.-dez. 2008

PALHANO, Raimundo Nonato Silva. **A produção da coisa pública**; serviços e cidadania na primeira república ludovicense. 2. ed. São Luís, 2017. v. 3. (Biblioteca Básica Maranhense).

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravatura na imprensa jornalística no Maranhão na década de 1880**. 2006. 191f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

PEREIRA, Roberto Augusto A. O mestre Sapo, a passagem do quarteto Aberrê por São Luís e a (des)construção do "mito" da "reaparição" da capoeira no Maranhão dos anos 60. **Recorde**: Revista de História do Esporte. v. 3, n. 1, jun. 2010.

_____. **Roda de Rua**: memórias da capoeira do Maranhão da década de 70 do século XX. São Luís: EDUFMA, 2009.

PINTO, Fulgêncio. **Dr. Bruxelas e Cia**. São Luís: Instituto Géia, 2013.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. A capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937). 1996. [s.n.]f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

_____. **Movimentos da cultura afro-brasileira, 1890-1950**. 2001. [s.n] Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

REGO, Waldeloir. **Capoeira angola:** ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Itapoã, 1968.

REIS, Flávio A. M. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850-1930)**. 1992. 222f. Dissertação (Mestrado em: Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. **O mundo de pernas para o ar**: a capoeira no Brasil. São Paulo: Publisher Brasil. 1997.

RIBEIRO, Jalila. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão 18850 – 1885**. São Luís: SIOGE, 1990.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo**: a imprensa no Maranhão. 3 ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

SILVA, Alberto Tavares V. da. Entrevista concedida pelo Juiz Federal ao pesquisador Roberto Augusto A. Pereira e ao capoeira Naasson Salmon de Souza, 23 set. 2013.

SILVA, Marilene R. Nogueira da. **O escravo ao ganho – uma nova face da escravidão (subsídios para o estudo da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro – 1820-1888)**. 1986. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

SILVA, Wellington Barbosa da. Uma autoridade na porta das casas": os inspetores de quarteirão e o policiamento no recife do século XIX (1830-1850). **Saeculum**, Revista de História [17]; João Pessoa, jul/ dez. 2007.



SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição**: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890. 1993. 451f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

_____. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004a.

_____. 'O poder da capoeira – navalhas e rabos de arraia na luta política do Rio antigo'. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 05, março 2004b. Editada pela Biblioteca Nacional.

_____. Capoeiras e a cultura urbana. In. MOREIRA, Carlos Eduardo, et. al. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaço urbano no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

SOARES, Flávio. **Escravidão no Maranhão do século XIX**: situações e características das fugas nos anos oitenta. 1988. 63f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, 1988.

SODRÉ, Muniz. **Mestre Bimba**: corpo de mandinga. Rio de Janeiro: Manati, 2002.

SOUSA, Augusto Cássio Viana de Soares. **A capoeira em São Luís**: dinâmica e expansão no século XX dos anos 60 aos dias atuais. 2002. 72 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2002;

SOUZA Sueny Diana Oliveira de. **Um rio e suas gentes**: ocupação e conflitos nas margens do rio Turiaçu na fronteira entre Pará e Maranhão (1790-1824). 2012. 119f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

VIEIRA, Luiz Renato; ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. "Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira". **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, n. 34, 1998.

VIERA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís, Maranhão**. São Luís, 1971.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.




PLANTA
da
Cidade de São Luiz
do
MARANHÃO
Levantada em 1858
por
J. Veiga.
Terreno da Camboa do Mato
Terreno e Quinta de J. G. da Costa
Fonte e Poços do Apicum
Fonte do Apicum
Quinta do Barão de Bagé
Quinta do Monteiro
Quartel Militar
Praça da Correição
Praça da Alegria
Campo d'Orique
Largo dos Remedios
Largo de São Thiago
Largo do Carmo
Largo da Fonte das Pedras
Rua do Trapiche
Rua Nova
Rua do Giz
Rua da Palma
Rua Formosa
Rua das Flores
Rua da Cruz
Rua da Paz
Rua da Madre de Deos
Rua da Santa Rita
Rua da Porca Velha
Rua do Craveiro
Rua do Passeio
Rua do Outeiro
Rua do Trapiche
Rua do Retiro
Rua do Viradouro
Rua do Cajueiro
Rua do Apicum
Rua do Mercado
Rua do Egypto
Rua do Nazareth
Rua do Sol
Rua da Estrella
Rua da Palma
Rua da Formosa